
A CIDADE EMPREZA

O JORNAL *FOLHA DO ACRE* (1910)

E UM MOVIMENTO CHAMADO AUTONOMISTA

Sandra Teresa Cadiolli Basilio



Edufac

SINOPSE

*A cidade Empreza, o jornal Folha do Acre (1910) e
um movimento chamado Autonomista*

Sandra Teresa Cadiolli Basilio

O presente livro aborda, através da formação socioeconômica da região acreana e de sua anexação ao Brasil, a trajetória de um movimento chamado Autonomista, que tinha como um de seus baluartes o jornal *Folha do Acre*, lançado na cidade da Empreza, hoje Rio Branco, capital do Estado do Acre. Esse jornal cristalizava e fortalecia a vontade política que refletia uma tendência à consolidação pacífica o quanto antes possível, cujos pressupostos iam sendo impressos em suas tiragens. Como nos dias atuais, jornais e imprensa em geral, são reconhecidos como contribuição à produção historiográfica, enquanto fontes de pesquisa, assim escolhemos para este estudo uma parte da série do jornal *Folha do Acre* no ano 1910, que se encontra depositada nas bases de dados da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A CIDADE EMPREZA

O JORNAL *FOLHA DO ACRE* (1910)

E UM MOVIMENTO CHAMADO AUTONOMISTA

Sandra Teresa Cadiolli Basilio



Edufac



A cidade Empreza, o jornal *Folha do Acre* (1910) e um movimento chamado Autonomista

Sandra Teresa Cadiolli Basilio

ISBN 978-85-8236-122-1

Copyright ©Edufac 2024

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos.

Coordenadora Comercial e Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

Projeto Gráfico e Capa

Rogério da Silva Correia

Imagem da Capa e Contracapa

Gerada por IA no Adobe Photoshop com o termo “Textura de papel de jornal envelhecido amarelado”.

Revisão Textual

Luciana Marino do Nascimento

Ormifran Pessoa Cavalcante

Universidade Federal do Acre

Biblioteca Central

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B312c Basilio, Sandra Teresa Cadiolli
A cidade Empreza, o jornal *Folha do Acre* (1910) e um movimento
chamado Autonomista [recurso digital] / Sandra Teresa Cadiolli Basilio. – Rio
Branco: Edufac, 2024.
109 p. [recurso digital]

ISBN: 978-85-8236-122-1

1. História do Acre. 2. Jornal (*Folha do Acre*). 3. Movimentos Sociais
(Autonomistas). I. Título.

CDD: 918.12

AGRADECIMENTOS

À professora-doutora Luciana Marino do Nascimento, minha orientadora, pelo incentivo, interesse, carinho e paciência dedicados em todos os momentos deste trabalho.

Ao amigo professor-doutor Francisco de Assis Pinheiro, à Profa. Dra. Simone de Souza Lima, cujo carinho e apoio foram fundamentais para que este trabalho chegasse a termo.

À Ormifran Pessoa Cavalcante e Daniela Barivieri, pelos serviços técnicos de revisão textual e digitação.

Aos amigos em geral, no Acre e São Paulo, cujo apoio foi fundamental.

À Universidade Federal do Acre (Ufac), através do Centro de Filosofia e Ciências Sociais (CFCH), pelo apoio oferecido.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através da Faculdade de Letras, Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, pela acolhida acadêmica deste trabalho.

O meu profundo agradecimento aos professores-doutores que compuseram minha Banca: Enock da Silva Pessoa – Ufac; Siumara Aparecida de Lima – Universidade Federal do Paraná; Miguel Nenevé – Universidade Federal de Rondônia e Ana Cristina de Sousa Aldrigue – Universidade Federal da Paraíba.

Por fim, aos meus familiares, em especial, minha mãe, Helydia Cadiolli Basilio (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho, como também a meus irmãos Vera Lúcia, Walter e Adriana, pela amizade e trajetórias.

A todos, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
I Formação sócio-econômica do Acre.....	08
II A disputa pelo Acre	21
III A construção do movimento Autonomista	49
IV A cidade da Empreza, o jornal <i>Folha do Acre</i> e um movimento chamado Autonomista.....	68
Considerações finais.....	102
Referências	103
Sobre a autora	108

INTRODUÇÃO

O estado do Acre, inserido no contexto sócio-econômico da Amazônia, teve no extrativismo gumífero sua base de formação e sustentação. Sua ocupação se deu de forma lenta e gradual, a partir de meados do século XIX, através de expedições colonizadoras, dentre as quais se destacam a de Manoel Urbano da Encarnação (Purus) e a de João Gabriel (Acre).

Houve um longo processo de lutas, tanto no que se refere à resistência boliviana e peruana quanto à luta interna junto ao Estado nacional para o território acreano tornar-se autônomo.

Foi essa conjuntura de lutas que nos propusemos acompanhar, reconstituir e analisar até o ano 1910, quando eclodiu um movimento ao qual se deu o nome de Autonomista.

Como nos dias atuais, jornais e imprensa em geral são reconhecidos como contribuição à produção historiográfica, enquanto fontes de pesquisa, assim escolhemos para este estudo uma parte da série do jornal *Folha do Acre* no ano 1910, editado na então cidade da Empreza, e que se encontra depositada nas bases de dados da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Dividimos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro, denominado *Formação sócio-econômica do Acre*, busca relatar, com base na literatura existente, a constituição da empresa extrativista no Acre e a ocupação da região.

No capítulo II, intitulado *A disputa pelo Acre*, discorreremos sobre o processo de conflitos pela incorporação do Acre ao Brasil e suas contradições.

O capítulo III versa sobre *A construção de um movimento chamado de Autonomista*, destacando sua trajetória, agruras e dilemas.

A última parte, intitulada *A cidade Empreza, o jornal Folha do Acre e um movimento chamado de Autonomista*, apresenta a formação da cidade da Empreza sob a égide da economia extrativista e o jornal *Folha do Acre*, editado nessa cidade em 1910, analisando o papel que esse periódico teve para o desdobramento da luta pela autonomia do Acre.

I

FORMAÇÃO SÓCIO- ECONÔMICA DO ACRE

O Estado do Acre tornou-se o centro obrigatório do grande movimento comercial da borracha na região amazônica, portanto, um “lugar de atração de todas as cobiças e das mais extravagantes pretensões” (Rocha, 1903 *apud* Martinello, 2018, p. 40). Isso, numa economia de mercado, em que imperava a concorrência comercial, gerando conflitos por muito tempo.

Por isso, com a “marcha para o oeste”, para o chamado deserto ocidental¹, na busca por seringueiras, iniciou-se um processo de desbravamento que levou a uma ocupação extensiva da floresta, como também houve a incorporação de áreas não pertencentes ao território brasileiro, como a anexação do Acre, que pertencia à Bolívia antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903. Os aventureiros seguiam os cursos dos rios, em busca de árvores seringueiras, para a produção do *ouro negro*, a borracha, o que se tornou um *frenesi*. Cada vez mais, novas áreas iam sendo incorporadas, com o afã da exploração de árvores seringueiras, produtoras do látex, cientificamente chamadas de *Hevea brasiliensis*.

Esse movimento revelou-se importantíssimo, pois essa região que, mais tarde veio a constituir-se no Acre, mostrou-se desde cedo, o maior reservatório natural de seringueiras da Amazônia e, quiçá, do mundo, com a vantagem ainda, de uma superior qualidade do produto ali encontrado, cuja produção, resultante de sua extração, aqueceu de forma acelerada, o processo revolucionário industrial, tonando-se uma matéria-prima viável para o desenvolvimento econômico, principalmente dos países europeus. A partir do século XIX, sua demanda externa

1 “Conquista do Oeste” é uma designação geopolítica, em que sua conotação vincula-se a processos de ocupação do território, considerado “intocado”, árido e despovoado, e sua progressiva integração à economia nacional.

era cada vez maior, sobretudo por causa da utilização dos elastômeros e derivados, bem como da invenção da técnica de vulcanização, por Charles Goodyear, em 1839, e Hancock, em 1842, contribuindo para que a borracha se tornasse mais resistente e quase insensível às variações de temperatura (Martinello, 2018).

Mas foi com a invenção do pneumático que a industrialização da borracha tomou grande vulto, aumentando consideravelmente sua cotação no mercado internacional. Iniciou-se, então, o chamado “ciclo da borracha” (1879 a 1912), cujo auge recaiu entre os anos 1880-1890, perdurando até o início do século XX, impulsionado, por sua vez, pelo processo de industrialização dos Estados Unidos e Europa (Nascimento; Basilio, 2016).

Conforme o aumento na produção e o interesse em sua maior lucratividade, o extrativismo gumífero passou por alguns reajustes em seu formato, como um todo. Se, em um primeiro momento, essa atividade configurou-se como nômade, condicionada pelas características de uma operosidade desordenada, quando o domínio da terra não se fazia necessário, posteriormente, iria aumentar as áreas de trabalho. Dessa maneira, os espaços dispersos seriam abolidos e as terras teriam uma ocupação permanente, havendo, portanto, o interesse por legalizá-los. Com isso, inaugurou-se a concorrência e disputa entre aqueles que viviam da comercialização desse produto (Martinello, 2018; Costa Sobrinho, 1992; Calixto, 1993).

Tais áreas se transformaram em grandes latifúndios (os seringais) pela dispersão e raridade das árvores no meio da floresta, sempre seguindo os cursos dos rios, margem esquerda ou direita, não tendo limites definidos em hectares, pois eram estimados da seguinte forma: Seringal Oco do Mundo, tantas braças de frente do rio, limitando-se com o Seringal Tal, pelo Igarapé Tal (Basilio, 2001)². Esse tipo de ocupação sem limites definidos, na maioria das vezes sem documentação ou com documentação falsa, forjada em cartórios, ocasionou o chamado “esticamento das terras”, além de muitas violências. No Acre, mais precisamente nos Vales do Acre e Purus, a luta pela terra, a partir da década de 1970 do século XX, durante o período da ditadura militar, alcançou o seu auge.

Primeiramente, o investimento da indústria gumífera se deu nos limites dos recursos existentes na região. Posteriormente, com o aumento da produção (de mil toneladas, em 1849, para quase 17 mil toneladas em 40 anos), exigiu-se

2 Seringais eram grandes áreas de terra onde se produzia a borracha, que apresentava determinada quantidade de árvores gumíferas (*Hevea brasiliensis*) das quais se extraía o látex.

mobilização de capital que somente fontes externas de financiamento poderiam dispor (Costa Sobrinho, 1992, p. 25).

Fruto do novo contexto tecnológico mundial, o capital estrangeiro direcionado às casas exportadoras de Manaus e Belém, bem como bancos, foi monopolista, dadas as corporações gigantescas que reunia, principalmente compostas por ingleses e americanos. Após a livre concorrência, houve o domínio de grandes grupos monopolistas, constituídos pelos fortes trustes empresariais e pelo surgimento de novas potências, como o Japão, EUA e Alemanha. Esse período histórico tornou-se conhecido como o estágio imperialista do capitalismo, situando-se entre 1890 e 1940 (Paulo Netto, 1992). Com isso, representantes de firmas inglesas, francesas, norte-americanas, alemãs e, até belgas, instalaram-se nas praças de Belém e Manaus, para operarem no comércio de compra e venda de borracha (Basilio, 2001). Segundo Martinello, a política imperialista do grande capital monopolizador e financeiro encontra plena corporificação no financiamento da economia da borracha na Amazônia, porque:

Inicialmente, o capital empregado na exploração da borracha, oriundo ou não da região, era privado e inexpressivo. A crescente procura, no entanto, da matéria-prima nos mercados mundiais, atraiu de imediato o capital estrangeiro, que paulatinamente veio a se constituir no sustentáculo da atividade para toda a região, quer quanto ao crédito para as exportações e importações, quer como capital de giro e ainda para empréstimos aos governos locais (Martinello, 2018, p. 35).

Para se ter uma ideia, a empresa *United States Rubber*, em 1907, era responsável por cerca da metade das compras de borracha realizadas na Amazônia. Inicialmente, essas empresas, chamadas de Casas Exportadoras/Aviadoras, realizavam o comércio de importação de gêneros alimentícios do exterior e os fornecia aos comerciantes atacadistas. Mais tarde, afastam-se desse comércio importador de mercadorias e se especializam na compra final, para a exportação da borracha, produto este destinado aos grandes centros econômicos, situados no exterior, principalmente em se tratando de Nova Iorque, Londres e Liverpool (Basilio, 2001). Assim sendo, o controle do processo de produção e os cursos da economia extrativista do látex estiveram essencialmente no controle dos centros industriais situados na Inglaterra e Estados Unidos (Costa Sobrinho, 1992). Tanto essas Casas Exportadoras quanto os bancos ingleses, instalados em Belém e Manaus, passaram a oferecer facilidades de créditos para aqueles que pretendessem abrir seringais (Carneiro, 2015).

Além dos capitais externos serem aplicados majoritariamente no financiamento privado de importações, houve também, aplicações em investimentos diretos ou capitais de risco, principalmente de origem britânica e americana; em menor volume, por parte de belgas e franceses, nos setores de serviços urbanos, portos e navegações, estradas de ferro etc.; além de substanciais empréstimos aos governos locais (Martinello, 2018). Alguns seringalistas, que prosperavam tão bem no negócio, também aplicaram seus capitais em outros investimentos, como: imobiliários rurais, pecuária, pequenas indústrias, atividades urbanas, bem como em algumas aplicações na construção civil e naval (Basilio, 2001). Concomitantemente, os comerciantes locais também faziam vários investimentos. Segundo Petit:

Apesar de boa parte dos benefícios da exportação da borracha ter ficado nas mãos das empresas comerciais e financeiras estrangeiras, não pode ser desconsiderada a riqueza acumulada pelos comerciantes da Amazônia nesse longo período de prosperidade econômica, graças ao controle dos seringais, das redes de comercialização da borracha em nível local e regional e do abastecimento dos produtos de que precisava o seringueiro para subsistir na floresta e extrair o látex (Petit, 2003, p. 56).

Essa comercialização local era possível porque os seringais ficavam localizados perto das margens dos rios e em solos mais firmes, cujo funcionamento era controlado pelo proprietário a partir de uma sede, de onde se exercia o poder de mando para todos os espaços, chamada de sede administrativa. Ao proprietário, dava-se o nome de patrão-seringalista ou coronel de barranco. Segundo Tocantins (1979 *apud* Basilio, 2001), a alcunha “coronel” era dada aos proprietários de seringais financeiramente influentes, condição exacerbada no período da República oligárquica brasileira (1889-1930), quando, através de “arranjos” políticos dos governadores – um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido em todas as suas esferas –, reativou-se o fenômeno do coronelismo. Alguns proprietários tinham obtido essa patente comprando-as para ampliar os seus poderes, principalmente sobre a política e tomada de decisões que afetavam diretamente a vida dos cidadãos mais pobres. Quanto ao designativo “barranco”, era empregado de forma pejorativa, pelo fato de a ocupação do espaço ter se dado pela via fluvial (Tocantins, 1979 *apud* Basilio, 2001).

Havia nos seringais dois núcleos específicos: a margem e o centro. Na margem, que era a sede, localizava-se o barracão central, principal ponto de venda de mercadorias para o consumo no interior da empresa; o escritório administrativo onde se faziam todos os negócios, bem como era o local de entrega de toda a borracha produzida no seringal. Ali, o seringueiro se abastecia de suas necessidades

cotidianas. Na margem, agregavam-se ainda, atividades agrícolas, de prestação de serviços e de transporte, cujas tarefas eram realizadas por diferentes trabalhadores. O centro era a unidade produtiva da empresa extrativista, localizado no interior do seringal e constituído pelas várias colocações de seringueiros. Tais áreas se constituíam em clareiras no interior da floresta, que serviam de postos de trabalho, moradia e abrigo para as famílias seringueiras. Nas colocações, como mais um dos componentes das unidades produtivas dos seringais, situavam-se as estradas de seringa, chamadas de caminhos, onde se encontravam as árvores para o corte e a extração do látex.

A colocação era composta por uma habitação rústica, conhecida como barraca ou tapiri, coberta de palha ou cavacos, erguida sobre toras de madeira roliça, com paredes e piso de paxiúba³ que, além de moradia, servia também como depósito para alguns instrumentos de trabalho dos seringueiros.

Localizado próximo às colocações estava o defumador – espécie de fornalha para transformar o látex do estado líquido ao sólido, formando as “pélas” ou grandes bolas de borracha. A defumação, portanto, é o processo em que se passa o leite da seringueira na fumaça que sai da boca da fornalha, gerando a sua coagulação e endurecimento.

Os caminhos abertos na floresta por machados e terçados (espécie de espada de folha curta), que interligavam as colocações entre si e com o barracão, eram chamados de varadouros. As distâncias entre uma colocação e outra, ligadas pelo varadouro, possuíam de dois a três quilômetros de extensão. Através dos varadouros, as pélas eram escoadas com destino ao barracão. Esses caminhos eram também as vias de chegada das mercadorias, para o suprimento das necessidades dos extrativistas, trazidas em comboios ou tropas de animais de carga (burro, cavalo, entre outros).

Ocupava a colocação o seringueiro, que geralmente se deslocava sozinho para a Amazônia. Somente mais tarde, essa situação se modificava, quando constituísse a sua família. Dentre as tarefas básicas do seringueiro, tinha a limpeza das estradas de seringa, que possuíam em média, 130 a 200 madeiras (como eram chamadas as árvores de seringueira). O corte inicialmente, era feito com uma machadinha, instrumento depois substituído pela faca de corte. A coleta do látex se dava por meio de tigelinhas, elaboradas a partir da folha de flandres. O leite era recolhido em baldes, os quais serviam de transporte. Um saco era imperme-

3 Uma espécie de palmeira.

abilizado com o próprio látex, sendo preenchido pelo mesmo material, quando, então, era defumado.

Os trabalhos do seringueiro, tanto no passado como atualmente, se iniciam antes do amanhecer, entre três e quatro horas da manhã. Como o dia ainda está escuro, o extrativista usa, fixada à cabeça, uma pequena lanterna, feita de forma artesanal, chamada “poronga”, que serve para tornar o caminho um pouco mais iluminado. Geralmente, cada colocação possui de uma a três estradas de seringa, em forma de traçado geométrico irregular, que lembra o desenho de uma ferradura. Esse caminho tem uma entrada e uma saída no interior da mesma colocação. O seringueiro, ao percorrer, completamente, a estrada, realiza as tarefas de corte e de coleta, de modo que o lugar de partida é o mesmo ponto onde termina a estrada. Nesse trajeto, ele caminha, diariamente, cerca de oito a dez quilômetros, cumprindo uma jornada de trabalho de 14 a 16 horas por dia, com exceção dos domingos, que lhe é reservado para o lazer e a caça.

Vale ressaltar que, durante os dois ciclos da borracha, era totalmente proibido o desenvolvimento de atividades de cultivo e criação de animais nessas localidades extrativistas, já que esse tipo de tarefa exigia tempo e dedicação do seringueiro, motivos pelos quais o patrão (o seringalista) nunca estava de acordo, tendo em vista resultarem em prejuízos aos lucros nos seringais, por mudarem o foco da principal fonte de riqueza, que era a extração do látex e a feitura da borracha. Desse modo, o seringueiro se tornava completamente preso às infundáveis dívidas, feitas no barracão, com as compras de produtos alimentícios e de vestimentas, que, geralmente, eram de péssima qualidade, muito ruins e caros. Assim, a borracha produzida só poderia ser vendida ao próprio patrão, o qual chegava a descontar, em média, trinta quilos de borracha por estrada, cujo desconto era tido como renda pela cessão da área explorada.

Os demais trabalhadores, que viviam na margem do seringal e compunham o restante da cadeia divisória do trabalho, eram: um gerente, muitas vezes sendo o próprio seringalista ou um empregado dele, o qual, hierarquicamente, deveria ser superior ao seringueiro; um guarda-livros, encarregado da escrita; um caixeiro, responsável pelos despachos de serviços para o centro (do seringal) e que recebia a borracha produzida para distribuir. Entre o barracão e a colocação, o elo intermediário se constituía de trabalhadores. Um deles era o comboieiro, cuja função era conduzir a mercadoria para abastecer o centro e de lá, trazer a produção da borracha realizada. Todo esse ir e vir era feito sobre o lombo de burros ou outros animais de carga. Havia também o fiscal, que acompanhava minuciosamente as

atividades do seringueiro em sua colocação, observando o corte e o desempenho geral daquela unidade. O mateiro era o profissional que realizava a abertura das estradas, identificava as árvores de látex e instruía os seringueiros quanto ao corte, coleta e defumação, até enquanto fosse necessário esse treinamento para o ofício da extração. Havia outras atividades que faziam parte da empresa seringalista, a saber: os toqueiros, piqueiros⁴, caçadores, canoeiros, pescadores ou mariscadores⁵, flandeiros⁶ e até autônomos, que eram sitiantes ribeirinhos ou barranqueiros, cultivadores das várzeas (Basilio, 2001).

Todas essas relações de produção e suas características na empresa seringalista eram definidas pelo sistema de aviamento. De acordo com Nascimento & Basilio (2016, p. 142), tal sistema se define pelo fornecimento de mercadorias (mantimentos e instrumentos de trabalho) a crédito, contando-se com a sua produção futura de borracha. Na base, se encontra o seringueiro – elo mais fraco da cadeia –, cuja reprodução se prende ao endividamento no barracão do seringal, situação agravada pelo fato do acréscimo de juros por cada gênero que o trabalhador precisava retirar para sua sobrevivência. Nesse sentido, o seringueiro aparecia, como já foi dito anteriormente, sempre como endividado.

A parte principal de tal cadeia de endividamento terminava entre as casas de aviamento (empresas comerciais), situadas em Manaus e Belém, e as firmas exportadoras, em geral, controladas via mercado internacional, como já mencionado. Esse sistema, além de limitar a circulação monetária, servia para manter o seringueiro preso à unidade de produção da borracha, o que representava, por sua vez, uma limitação, em se considerando o caráter capitalista de tais relações (Basilio, 2001). Por isso,

é importante mencionar que o sistema de aviamento não somente regia as relações entre seringalistas e seringueiros; ele converteu-se numa cadeia hierarquizada que vinculava todos os setores comprometidos na produção e comercialização de borracha, desde as firmas e bancos estrangeiros até alcançar os seringalistas, sendo seu elo intermediário os comerciantes locais, todos eles recebendo ou oferecendo crédito antecipado em troca da futura entrega de borracha (Petit, 2006, p. 56).

O patrão, seringalista ou coronel de barranco, por sua vez, cobrava por instrumentos de trabalho um preço alto, com juros pelo seu adiantamento. Cobrava-se ainda do seringueiro a taxa relativa à renda da terra; havia o roubo na ava-

4 Trabalhador que faz um “pique”, sinal na madeira destinada a ser derrubada; o caminho na mata para essa tarefa é rústico, e mal se percebe que é local de passagem.

5 Pescadores; aquele que marisca ou que sabe mariscar; que tem a profissão de pescador (Ranzi, 2017, p. 79).

6 Funileiros.

liação do peso da péla de borracha, além da péssima qualidade dos alimentos que eram fornecidos pelo barracão. Em um contexto adverso como esse, grassavam doenças como malária, beribéri, impaludismo, infecções intestinais, subnutrição etc., explicando as altas taxas de mortalidade entre os trabalhadores.

Por conseguinte, o trabalhador que socialmente era considerado livre, porém submetido a relações de produção engendradas na empresa seringalista pelo sistema de aviamento, era levado a uma condição de semi-escavidão, da qual dificilmente se libertava. Ademais, esse trabalhador era proibido de exercer qualquer outra atividade que pudesse leva-lo a uma relativa independência em relação aos seus itens de consumo, uma vez que todas as necessidades deveriam ser aviadas pelo barracão. Assim, não lhe era permitido, por exemplo, botar roçado (Basilio, 2001).

A esse tipo de exploração Cunha (1975 *apud* Basilio, 2001, p. 39) denominou como “a mais imperfeita organização de trabalho que engendrou o egoísmo humano. O sertanejo realiza ali uma anomalia, a qual, nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se”. Sem dúvida, essa forma de exploração do trabalho, baseada na coerção por dívida, configura-se como *sui generis*, considerando o sistema capitalista que a envolve e determina.

Tratava-se de um completo isolamento a que o trabalhador era submetido, com uma subserviência forçada e desmedida, que marcava a sua personalidade na dependência, tanto antes, no sertão, quanto durante suas atividades laborais, no seringal. Sua disposição se resumia a sempre estar esperando um gesto de bondade e reconhecimento por parte daqueles quem eles consideravam como fortes, e assim se sentiam por estarem imersos em uma política, tão bem caracterizada pelo nome de “clientelismo”. A isso, aliava-se a sobre-exploração do seringueiro, baseada em ordenamentos “particulares”, estabelecidos unilateralmente pelo patrão.

Tais circunstâncias, restritivas ao trabalhador, levavam o ambiente produtivo a apresentar pouca ou nenhuma resistência, já que a única forma de vir a ocorrer seria pelo enfrentamento pessoal violento. No entanto, aconteciam, e algumas testemunhas dão conta dessa realidade: a de que algumas pretensas tentativas de rompimento com o “cativo” eram castigadas com a morte (Basilio, 2001).

Para entendermos melhor essa história humana é necessário que nos reportemos um pouco ao seu início, meio e fim. Em síntese, o movimento migra-

tório da força de trabalho foi impulsionado pela expansão da economia da borracha, proporcionando sustentação à indústria gumífera, durante um período crítico da economia mundial, via sistema de aviação. Essa fonte de riqueza contribuiu, de certa maneira, para a formação do território que originou o Estado do Acre. Nesse contexto, a ocupação das terras acreanas foi marcada por diversos conflitos, visto que, ainda na metade do século XIX, quando a empresa seringalista subia o rio Acre e tantos outros rios nos distintos vales acreanos, almejava-se expandir o processo extrativista, isso para suprir as pressões de demanda do mercado internacional na produção da borracha. Mediante esse processo, deparou-se com a eliminação, quase por completo, de cerca de cinquenta nações indígenas ali existentes, sendo que algumas delas mantinham vínculos com o antigo território há milênios.

Essas populações indígenas eram formadas por muitos grupos que eram, em sua maioria, resultado da fusão dos troncos linguísticos Pano, Aruaque e Katakina. A maior parte dos grupos que falavam a língua Pano, habitava as margens do rio Juruá, por volta do século XVIII – Tarauacá, Jordão, Gregório e outros, os quais são componentes da bacia do Juruá. As comunidades do grupo Aruaque, por sua vez, viviam na região do Purus, Acre e Abunã (Branco 1950 *apud* Calixto, 1985, p. 16).

Assim, como no resto do Brasil, o processo de conquista e, posteriormente, a dominação na região acreana aconteceu de modo igualmente devastador. Dentre aproximadamente 50 mil índios, existentes naquele período, sobrevivem cerca de 10 mil. Eles foram dizimados por vários fatores, dentre os quais as doenças levadas pelos brancos, em decorrência do trabalho escravo e por causa das chamadas “correrias”, que eram expedições punitivas, verdadeiras caçadas humanas na mata, organizadas pelos seringalistas ou patrões, caucheiros⁷ ou seringueiros, para eliminar aldeias indígenas, que se opunham à ocupação das terras. Somente no ano 1975, do século XX, os índios do Acre foram oficialmente reconhecidos, quando se instalou na região a Fundação Nacional do Índio (Funai). Assim, os obstáculos foram, aos poucos, sendo eliminados, e a colonização seguiu avançando no Acre, principalmente na década de 1870 (Rancy, 1992; Coêlho, 1982; Carneiro, 2015).

Conforme ainda os autores supracitados, foi entre 1877 e 1878 que João Gabriel de Carvalho e Mello, conforme a bibliografia existente, cearense, natural da cidade de Uruburetama, desembarcou com 16 homens na boca do rio Aquiri,

7 Caucheiros eram bolivianos extrativistas de látex.

hoje rio Acre, onde iniciou a primeira investida colonizadora na região, com a formação dos primeiros seringais, diferentemente dos primeiros viajantes, que a percorreram de forma rápida e com poucos contatos, já que suas viagens eram de caráter político-geográfico.

Essas primeiras expedições de reconhecimento de terras, geralmente nomeadas pelo governo da Província do Amazonas, objetivavam colher informações sobre a quantidade de seringueiras, de índios e de bolivianos na região, tendo como via de penetração os rios. Podemos citar os exploradores Serafim da Silva Salgado, Antonio Rodrigues Pereira Lebre, Augusto José Soares de Andréa, o geógrafo inglês William Chandless, o norte-americano A. I. Piper, João da Cunha Corrêa, João Rodrigues Cameté e Manoel Urbano da Encarnação. Este último, para muitos, seria o “descobridor do Acre”, pois, em 1871, teria sido o primeiro a identificar seringueiras na região do rio Purus, quando esteve navegando por ali, alcançando também o rio Acre e o rio Xapuri, informação confirmada por Cavalcante:

No início da segunda metade do século XIX, com o objetivo de instalar futuros colonos na região do Purus para conhecer os rios e amansar os índios, e ainda objetivando a comunicação e o transporte de gado entre o Brasil e a Bolívia, o presidente da Província do Amazonas patrocinou expedições à região do Purus (Cavalcante, 2014 *apud* Carneiro, 2015, p. 18).

Apesar da importância das expedições científicas, João Gabriel foi considerado “fundador do Acre”, uma vez que iniciou sua colonização de forma efetiva. Esse expedicionista não era um novato na região, pois antes de chegar ao Vale do Acre, em 1877, com seus homens, e posteriormente, em 1878, ele já havia arregimentado outros grupos de migrantes, trazidos a partir de suas viagens ao Ceará, quando reuniu ali homens, famílias e amigos que então, foram distribuídos nas margens dos rios Acre e Purus, no Estado do Amazonas, igualmente fundando seringais. Enriquecido por essa primeira empreitada, ele foi adentrando o território estrangeiro, que hoje é o Estado do Acre. Destarte, reiterando, inicia-se com João Gabriel a chamada “primeira investida colonizadora da região”, diferentemente dos primeiros viajantes, que a percorreram com rápidos contatos, visando apenas à busca de conhecimentos geográficos e políticos.

A partir daí, à medida que os seringais iam sendo implantados, as regiões do Acre e dos altos rios foram as que mais atraíram mão de obra nordestina. Aqui cabe um parêntese para ressaltar que essa nomenclatura para designar imigrantes vindos de diferentes Estados da região chamada de Nordeste brasileiro, só veio a ser assim denominada nos anos 1930, segundo Albuquerque Júnior (2013,

p. 137), pois antes disso eram conhecidos como “paroaras ou arigós, sertanejos, brejeiros, praieiros, tipos regionais que [...] serão paulatinamente, incorporados à figura do nordestino”. Tratava-se de pessoas retirantes cearenses – uma condição vital para a expansão da economia gumífera, mesmo porque a Amazônia internamente, não dispunha de força de trabalho suficiente que pudesse ser incorporada ao extrativismo da borracha.

Essa corrida em direção ao Acre foi intensiva ao longo do tempo. Tanto assim que, em 1878, cerca de 11 mil migrantes desembarcaram nas margens do rio Acre e, no final do século XIX, calcula-se que a população estabelecida ali era de 25 mil. Por isso, “em poucos anos, o rio Acre estava todo ocupado, e assim também o Purus, até onde existia a seringueira, ou seja, até onde é a atual fronteira com a República do Peru” (Melo, 1968 *apud* Carneiro, 2015, p. 18). Essa mão de obra era arregimentada através das firmas comerciais localizadas em Belém e Manaus, as quais tomavam empréstimos em Bancos estrangeiros e Casas Exportadoras (Carneiro, 2015).

Vários foram os fatores apontados, de maneira geral, sobre as condições internas da Amazônia que viabilizaram a vinda dessa leva de imigrantes vindos dos estados do Nordeste. Santos (2001) elenca vários, dentre os quais o preconceito do trabalhador imigrante pela labuta dos cafezais, considerada tradicionalmente uma ocupação de escravos. Na Amazônia, ao contrário, o trabalhador era supostamente dono de si, um seringueiro autônomo, pois suas condições de trabalho nos seringais transmitiam uma falsa ideia de trabalho livre. As ilusões de enriquecimento rápido, motivadas pelo “boom” da borracha, eram suficientemente atrativas, a ponto de superar o estímulo de maiores salários ou remunerações concedidos pelo Sul do país. A propaganda e a arregimentação realizadas pelos prepostos dos seringalistas, nas cidades de Fortaleza, Recife e Natal, atraíam os imigrantes diretamente para o trabalho nos seringais. Os subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam para a ida dos imigrantes para a colonização agrícola, favoreciam as zonas extratoras da borracha. Havia maior facilidade do transporte de cabotagem até o porto de Belém, em relação ao de outras regiões do país. Além disso, houve uma ruptura da resistência dos senhores sertanejos em permanecerem nos sertões, principalmente do Ceará, em uma época em que as secas dizimavam os povos sertanejos e fazia com que se acumulasse a miséria nessas localidades, levando-os a terem a cidade como refúgio (Santos, 2001).

Foi exatamente na época da grande seca que assolou aquela parte nacional, que depois (1930) veio a ser chamada de região Nordeste, atingindo com maior

rigor os sertões do Ceará, quando morreu quase todo o rebanho da região e pereceram aproximadamente cem a duzentas mil pessoas, que se dinamizou a mão de obra no Acre, segundo afirma Furtado (2001). Com a estiagem ocorrida entre os anos de 1877 e 1879, houve uma migração forçada no sentido rural-urbano.

Oliveira (2001), em sua análise sobre o complexo econômico do sertão brasileiro, acrescenta outro fator desse processo migratório: a formação de um excedente populacional, gerado com a crise no setor da produção de algodão e açúcar, nas regiões do sertão, principalmente no Ceará, no início da década de 1870. Mas, segundo Costa Sobrinho (1992), esse fluxo migratório, liberado pelas atividades econômicas existentes, não começou em 1877. Já em 1869, chegou ao Amazonas a primeira leva de 40 cearenses. Benchimol (1977 *apud* Costa Sobrinho, 1992, p. 37) afirma que: “nesse tempo não se falava em seca; só se falava em borracha”. De acordo com muitos autores, no âmbito geral, vieram cerca de 250 a 500 mil nordestinos para a Amazônia (Basilio, 2001).

Vale salientar que foi a região do Acre e dos seus altos rios⁸ as que mais atraíram esses migrantes, mesmo porque houve um esgotamento parcial das árvores produtoras de látex nas regiões dos baixos rios⁹. Isso, em virtude das práticas predatórias (a chamada “criminosa machadinha”), no período do apogeu da borracha amazônica. O aumento da produção se dará de modo extensivo, sempre incorporando novas áreas florestais ao complexo produtivo e, aos poucos, adotando as formas predatórias mais contundentes.

Cabe também frisar que, apesar de um contingente maior de cearenses, parte da mão de obra utilizada nos seringais foi deslocada de outras atividades econômicas desenvolvidas na própria Amazônia. No Pará, por exemplo, deslocaram-se lavradores para os seringais do oeste, criando-se vazios que também precisavam ser preenchidos por migrantes: “daí, o esforço do governo provincial em promover políticas de subsídios de transporte de emigrantes para os programas de colonização” (Costa Sobrinho, 1992, p. 38).

O seringueiro extrator, desde o momento que saía de sua terra natal, se endividava com o patrão-seringalista, pois era obrigado a pagar por todas as suas despesas de viagem. O migrante chegava como “brabo”¹⁰, após o longo e exaustivo trajeto por mar e rios acima. Era desembarcado na margem do rio, onde se locali-

8 No plano da classificação dos cursos de um rio, tomando o trajeto da nascente até a foz, esse pode ser dividido em alto curso, correspondente àquele trecho situado mais próximo à nascente.

9 Trechos de um rio que se localizam mais próximos da foz, ou seja, onde um curso de água acaba.

10 Chamava-se “brabo” ao trabalhador recém chegado ao seringal, que desconhecia os processos de trabalho para a produção da borracha.

zava o seringal. Lá, já o estava aguardando o “coronel de barranco”, quando eram dadas ao trabalhador ingressante as primeiras instruções quanto ao trabalho a ser realizado, bem como eram entregues seus instrumentos de trabalho, gêneros alimentícios. Os custos desse material eram anotados na conta corrente, aberta em nome do trabalhador recém-chegado. Após aprender as tarefas de corte, coleta e defumação do látex e se adaptar à nova vida no seringal, ele passava a ser chamado de “manso”.

Apesar de ser um território até então, povoado por indígenas, pouco ou, de forma débil, esse potencial foi usado como mão de obra no extrativismo da borracha. Quando alguns indígenas foram incorporados, através dos “caboclos amansados”, fizeram apenas trabalhos auxiliares, como canoeiros, caçadores e agricultores. Mais tarde e, aos poucos, foram desenvolvendo trabalhos mais especializados, como mateiros ou mesmo seringueiros. Nunca houve, como vimos, aceitação passiva por parte dos povos indígenas à subjugação ou escravidão, nem às “correrias” para integrar essas pessoas aos circuitos mercantis. Eles não entendiam o trabalho duro para além do atendimento das necessidades de subsistência. Origina-se, desse contexto, o mito preconceituoso consubstanciado na expressão “preguiça da raça”, tão difundido no Brasil. Na verdade, era um artifício ideológico para expulsão do nativo de seu *habitat*. Lembremo-nos da máxima apregoada desde o início, dada essa investida colonizadora: “Eles não têm rei, nem lei, nem ordem”.

Comparando mão de obra e crescimento da economia gumífera, verificaremos que a nova área da floresta amazônica incorporada se constituirá mais tarde no Território do Acre, correspondendo a um aumento significativo na produção da borracha. Costa (1974 *apud* Costa Sobrinho, 1992, p. 34), em 1899, constatou que 60% da borracha produzida na Amazônia provinha do Acre, que exigiu grande número de trabalhadores. O autor chegou a estimar em 40 mil tal contingente nos seringais acreanos. Se os números de mão de obra que vieram para a Amazônia são desconhecidos, com relação ao Acre não há estatísticas e nem informações seriamente confiáveis a respeito da questão. A despeito do que já mencionamos, em 1887, o coronel Labre estimou que só no rio Acre, sem incluir os aborígenes, existia uma população de 10 mil almas (Tocantins, 1979 *apud* Costa Sobrinho, 1992, p. 39).

II

A DISPUTA PELO ACRE

A incorporação que acomodava o Acre na periferia do mundo capitalista, através da produção da borracha, como vimos, não se deu tranquilamente. Desde o início de sua ocupação, tal região foi marcada por diversos conflitos, quando, na segunda metade do século XIX, a empresa seringalista subia os rios nos vales do espaço territorial chamado acreano à procura de expandir o processo extrativista.

A princípio, tem-se a questão indígena e as “correrias”, junto com o trabalho semiescravo dos seringueiros, como analisamos. A denominada Revolução Acreana, eclodida ali, cuja duração foi de mais ou menos cinco anos (1899-1903), ocasionou diversos embates, que visavam à expulsão dos bolivianos da região, a qual lhes pertencia desde 1867, quando o governo imperial brasileiro assinou o Tratado de Ayacucho. As terras banhadas pelos rios Purus e Juruá figuravam, desde então, nos mapas bolivianos, mas, à época, elas não haviam sido exploradas por esses povos, devido ao baixo interesse econômico, ao ponto de o governo não deslocar mão de obra das minas de prata para aquelas plagas (Carneiro, 2015, p. 90).

Tal situação se modificou na medida do avanço da importância da borracha em nível mundial e do lucro advindo da indústria gumífera. Por conseguinte, em 1894, o governo boliviano denunciou ao Itamaraty sobre a invasão de suas terras. Foi dada aos bolivianos, primeiramente, pelo governo brasileiro, a garantia da soberania sobre o território do Acre, o que não agradou aos brasileiros. Em 1898, a Bolívia então, tentou instalar um posto aduaneiro no rio Acre, mas houve resistência do governo do Amazonas e de outras autoridades acreanas, em um lugarejo chamado Xapuri, frustrando esse intento (Carneiro, 2015).

Para se ter uma ideia do significado econômico da empresa seringalista e do que estava em jogo na guerra contra a Bolívia, Costa Sobrinho (1992, p. 24), citando o relatório do Gal. Belarmino Mendonça, de 1905, e de Euclides da Cunha, datado dos anos 1880, nos dá uma estimativa do crescimento das empresas extrativistas na região: 415, instaladas no rio Juruá e afluentes, e 400 seringais nas margens do rio Purus; sem, no entanto, nessa última alternativa, incluir os seringalistas do rio Acre e Iaco, ou seja, mais de mil empresas se encontravam instaladas nos vales do Acre, Purus, Juruá e afluentes, no período do apogeu dos seringais (Costa Sobrinho *apud* Basilio, 2001, p. 26).

O crescimento dessa economia pode ser indicado pela ampliação de suas exportações, entre 1852 e 1900, passando de 1.632 para 24.301.452 toneladas, ou seja, 1.488%. Na década de 1850, a borracha significava dois terços das exportações brasileiras, porém, só no decênio de 1901 a 1910, ela atingiu a cifra de 28,2% das exportações, sendo o segundo produto das vendas globais do Brasil. Em âmbito geral, em 1892, a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial e, ainda em 1910, o Brasil participava com 50% do abastecimento internacional (Basilio, 2001, p. 26). Segundo Prado (1976 *apud* Basilio, 2001, p. 32), o território do Acre começou a contribuir com algum vulto para a produção brasileira em 1903, quando o volume exportado da goma ultrapassava 2.000 toneladas. Já no ano seguinte, alcançou 8.000 toneladas e, em 1907, com mais de 11.000 toneladas, colocava-se em primeiro lugar diante das regiões produtoras do país (Basilio, 2001, p. 32).

Diante de tais interesses, longe estaria o fim das contendas entre Brasil e Bolívia. A primeira investida boliviana foi logo após o Brasil ter reconhecido os limites do Tratado de Ayacucho, em 1867, que estabeleceu o traçado da famosa linha imaginária, que leva o nome até hoje do capitão tenente Cunha Gomes – comissário brasileiro enviado para resolver a questão fronteiriça naquele momento e que, por conta do reconhecimento, já dito anteriormente, o governo boliviano, por via terrestre, enviou uma expedição militar, composta por 30 praças, comandada pelo major Benigno Gamarra, que chegou, em 12 de setembro de 1898, após enfrentar inúmeras dificuldades e muita fome durante a viagem, o qual chegou ao seringal Carmem, no município que hoje se chama Brasiléia, logo após, tendo se dirigido à Vila do Xapuri e fundado uma Delegação Nacional. O episódio do reconhecimento desagradou alguns brasileiros e, tendo à frente o coronel seringalista Manuel Felício Maciel, intimaram os bolivianos, para que se retirassem

imediatamente, o que, de fato, ocorreu, no dia 30 de novembro de 1898 (Neves, 2018, p. 24).

Entretanto, nova investida ocorreu, em 2 de janeiro de 1899, quando Dom José Paravicini, ministro plenipotenciário boliviano, chegou ao Acre, por via fluvial, a partir de Manaus e, com plena concordância do governo brasileiro, fundou, nas margens do rio Acre, no seringal Caquetá, pouco acima da famosa linha Cunha Gomes, um povoado, que denominou Puerto Alonso (Porto Acre, atualmente), em homenagem ao então Presidente boliviano Severo Alonso, para sediar a sua Delegação Nacional. Ali, instalou uma alfândega e, com autoridade rígida e vários decretos, tirou os direitos dos funcionários amazonenses que, até aquele momento, cobravam os impostos referentes à borracha saída do Acre; retirou as armas e a autoridade dos seringalistas, que governavam despoticamente com a conivência do Amazonas, cujos navios operavam naquela região e trariam um grande perigo à soberania brasileira, já que, desta vez, os EUA poderiam penetrar na Amazônia. Enfim, o que mais aterrorizou os habitantes dos altos rios acreanos foi quando se passou a exigir a demarcação imediata dos seringais e a regularização das propriedades que, até então, eram registradas no Amazonas (Neves, 2018, p. 24; Calixto, 1985, p. 111). O Acre passou a ser administrado pela Bolívia, quando foram colocados, em vários locais acreanos, soldados do seu exército.

Dada essa investida, e com ações estrangeiras, deflagrou-se, nos primeiros dias de maio de 1899, um movimento de revolta de seringalistas e também dos funcionários, que representavam o governo do Amazonas. Estes não se conformavam com a situação do reconhecimento, nem com a das classes dominantes amazonenses que, atingidas em seus interesses, insuflavam, por todos os lados, a ideia de sublevação contra o estado de coisas nos jornais, no parlamento, nos seringais. Jornais como o *Comércio* e o *Amazonas Comercial*, fizeram críticas ao Itamaraty, por acharem que estava favorecendo a Bolívia, que a pátria havia sido lesada pela adoção de uma medida que permitia a posse do Alto Acre pela Bolívia. Até Rui Barbosa ergueu, nesse momento, sua voz, em favor da anexação do Acre ao Brasil. As taxas de importação e exportação bolivianas eram menores do que as brasileiras, sendo que a Bolívia cobrava 20% e o Brasil, 26% (Calixto, 1985, p. 111-112).

Reunidos, então, alguns seringalistas, no seringal Bom Destino, de propriedade de Joaquim Victor da Silva, sob o comando do advogado e jornalista cearense José Carvalho, articularam uma junta revolucionária que, junto aos grupos “revolucionários” de Belém e Manaus, conspiraram contra o domínio boliviano.

De Caquetá, os revoltosos solicitaram ao então Juiz de Direito na comarca de Floriano Peixoto, José Martins de Souza Brasil, que oficiasse ao delegado boliviano, Moisés Santivañez, que havia substituído Paravicini – que, às pressas, reassumiu seu posto no Rio de Janeiro, por conta de um golpe militar na Bolívia-Pando contra Alonso – que estava em andamento um levante popular para depô-lo. E, assim, ele fez, informando a Santivañez num *ultimatum*, datado de 29 de abril de 1899, na tentativa de:

...no caráter de autoridade estadual obstar que esse movimento se efetivasse. Entretanto, porém, em comunicado com os principais promotores do levante, cheguei à evidência de que todos os esforços que empreguei serão inúteis em vista da força de que estes dispõem; acrescento ainda que não tenho instrução do governo brasileiro para manter V. Exc.^a no posto em que se acha a meu ver irregularmente, nem de V. Exc.^a comunicação quanto ao acordo celebrado com o nosso governo. Violento ou arbitrário o povo dispõe de elementos materiais que a autoridade pública não pode sobrelevar, tanto mais faltando-lhe o apoio oficial de superiores da nação. Em tais condições, observando o estado de exaltação patriótica em que se acham os espíritos, compre-me apenas, como intermediário prudente entre V. Exc.^a e o povo brasileiro a cuja causa me prendem, como cidadão, tantos vínculos de solidariedade e simpatias, cumpre-nos apenas, digo, pedir a V. Exc.^a, se digne proceder de modo a poupar sacrifícios inúteis e talvez desastres irreparáveis (Calixto, 2003, p. 143).

O delegado interino Santivañez, entre surpreso e indignado, respondeu, no mesmo dia, lembrando ao magistrado brasileiro sobre o acordo entre eles e as autoridades brasileiras, que foram “transmitidos a la primera autoridad Del Estado de Amazonas, como consta por publicaciones de la prensa manauense”¹¹ (Calixto, 2003, p. 142).

De nada adiantou os argumentos do Delegado, pois os revoltosos armados, seguindo José Carvalho, saíram do seringal Caquetá, no dia 30 de abril, às 5 horas da manhã, chegando a Puerto Alonso, às 7 horas, do dia 1º de maio de 1899, onde intimaram, através de um documento assinado por mais de 60 proprietários-seringalistas, comerciantes, um bacharel em direito e um engenheiro civil, para depor na Delegação Boliviana. Achavam os proprietários revoltosos que “aquele território antes desconhecido, *tierras non descubiertas*”, foi “desbravado” e “habitado” por brasileiros, antes mesmo de se tornar litigioso e que, portanto, a ocupação boliviana era ilegal e que jamais concordariam com “atos jurídicos-políticos-diplomáticos fixadores de fronteira, que não se alinhassem ao colonial princípio jurídico de *uti possidetis*” (Calixto, 2003, p. 147).

11 “Transmitidos à primeira autoridade do Estado do Amazonas, como consta em publicações da imprensa manauense” (tradução nossa).

Prosseguindo na intimação – que foi exigida, por escrito, por Santivañez a José Carvalho – disseram que a questão – ou seja, a posse boliviana – era uma vergonha, um insulto à nossa soberania, como obra do desastrado ministro, daí uma contundente crítica ao governo republicano brasileiro, e que a justiça de causa, tão patriótica, estava solidamente implantada na consciência nacional. A soberania, que se dizia, era calcada na vontade do povo, “patrioticamente representado, naquele acontecimento, por abonados cidadãos e abastados proprietários de seringais” (Calixto, 2003, p. 147). Portanto, os signatários da intimação, como desagravo – reparação de afronta – à soberania, ou seja, dos seus domínios locais, e como consciência de patriotas, concluíam o documento dizendo enfaticamente:

Sabeis, porém, que não fazemos questão de pessoas ou de atos, violentos ou justos, dos delegados de vosso país, e sim, exclusivamente da posse boliviana desses grandes pedaços de rios e florestas violados por um governo estranho. Estais intimado a retirardes o vosso governo desse território o mais breve possível, porque é esta a vontade soberana e geral do povo deste município e de todo o povo brasileiro (Costa, 1974, p. 42-43).

O delegado Santivaney, no comando de Puerto Alonso, apesar de ter tentado ganhar a simpatia dos seringalistas, não foi bem sucedido. Estando em “evidente inferioridade numérica e militar, não resistiu à insurreição e partiu para Manaus, retirando suas tropas do Acre” (Neves, 2018, p. 25).

Já no dia seguinte, 1º de maio, os revoltosos redigiram um ofício, cujo signatário foi Pedro Gomes da Rocha, o bacharel do grupo, dando conhecimento da deposição das autoridades bolivianas em Puerto Alonso, destinado ao magistrado da comarca de Floriano Peixoto, no qual diziam que “o povo representado por grande número de cidadãos, depôs as autoridades bolivianas em Puerto Alonso” e solicitavam “um arrolamento de documentos de brasileiros e tudo o mais que existir” como garantia de seus direitos, ao escudo da lei, evitando que exigências exacerbadas surgissem, dando um vulto “a fatos mínimos e de pequena monta” (Calixto, 2003, p. 148)

Entre os vários documentos arrolados, somente um título de seringal, depois de três meses de efetiva ocupação boliviana, foi apresentado pelo juiz do caso, que prontamente atendeu aos revoltosos, o que, segundo Calixto, indica que os proprietários não estavam dispostos a legalizar seus imóveis, conforme o decreto de Paravicini. Portanto, estavam terminados os “cem dias de Paravicini”, quando “em nome do povo, em homenagem à pátria, depunha-se a delegação nacional da Bolívia no Aquiri. Era, portanto, em nome da Constituição brasileira,

garantidora do direito à propriedade, inclusive de estrangeiros, que se depunha a delegação boliviana em Puerto Acre” (Calixto, 2003, p. 150).

Mas o que poderia ter sido uma solução para a região, já que tal movimento foi significativo e considerado a primeira insurreição contra o governo boliviano no Acre, no entanto, a sua liderança, José Carvalho, não recebeu nenhum apoio. Isso porque a deposição da delegação da Bolívia não se fez em nome do Estado do Amazonas (leia-se da oligarquia dos Ramalho’s, que detinham o poder à época), mas sim em nome da pátria, da soberania nacional, do povo – valores que, naquelas circunstâncias, impunham-se superiores aos interesses regionais, o que não foi aceito, sendo por isso, processado por crime de “lesa-pátria”.

José Carvalho, então, sem apoio, doente e considerado *persona non grata* aos olhos da oligarquia dos Ramalho’s, teve que se afastar de Manaus e do Aquiri. Fica claro que, apesar de seu feito, ele não era confiável ao governo do Amazonas e, juntamente com seus amigos de apoio político, não faziam parte do clã dos Ramalho’s (Calixto, 2003, p. 150-151). Banido de Manaus, José Carvalho ficou confinado em Belém por 30 anos, tal era a intolerância da oligarquia amazonense em relação aos seus opositores (Bezerra, 2016, p. 34).

Em outra investida, objetivando uma nova proclamação na região, a qual se esperava agora ser mais favorável ao interesse do governo do Amazonas e dos comerciantes de Manaus, veio para o Acre um jornalista, jurista, ex-diplomata, de nacionalidade espanhola – D. Luiz Galvez Rodrigues de Aria – em quem os patrões seringalistas, em estado de beligerância, creditaram, ao seu poder, a aglutinação das forças políticas locais, no sentido de libertar o Acre para sempre dos bolivianos.

Galvez encontrava-se em Belém, onde se notabilizava como jornalista, inclusive escrevendo vários artigos sobre a “questão acreana”, quando houve a expulsão de José de Carvalho da região chamada Puerto Alonso. De Belém transferiu-se para Manaus, onde recebeu apoio do governador Ramalho Junior e dos comerciantes de Manaus, para que se juntasse aos seringalistas do Acre, que se organizaram numa frente denominada Junta Comercial Revolucionária do Acre, surgida em 24 de fevereiro de 1899, como descrevemos.

Galvez, desde a organização da Junta, já a integrava como representante dos “revolucionários acreanos” nos Estados do Pará e Amazonas. Nesse meio tempo, quando ele ainda era repórter em Belém, já havia descoberto um acerto secreto, em negociação entre diplomatas bolivianos e estadunidenses, que previa

um acordo entre os dois países: em caso de guerra pelo domínio do Acre, entre brasileiros e bolivianos, os EUA apoiariam militarmente a Bolívia. Essa notícia chocou a opinião brasileira, apesar do desmentido de ambos os países (Neves, 2018, p. 25).

Em Manaus, Dom Luiz Galvez continuou escrevendo vários artigos na imprensa, sobre a luta travada no Acre em torno de sua anexação ao território brasileiro. Através do apoio recebido do próprio governador Ramalho Júnior, como frisamos, dirigiu-se ao seringal São Jerônimo, onde, também em comum acordo com os membros da Junta Comercial Revolucionária do Acre, foi à sessão daquela Junta para realizar a sua tarefa, a que todos esperavam dele: lutar contra os bolivianos.

Por isso, integrados Galvez e Junta, marcariam uma data – 14 de julho de 1899, para proclamar o Estado Independente do Acre. Data alusiva à Revolução Francesa, dado o seu caráter libertário, marcado por Galvez em seu discurso, que também fazia uso do simbolismo das palavras dos jacobinos franceses, como: pátria, soberania, liberdade, salvação, povo, nação, armas – demonstrado no texto da proclamação do Estado Independente, lido após a abertura da 22ª sessão da Junta Revolucionária, em Puerto Alonso:

Cidadãos, todos conheceis os motivos que nos obrigaram a organizar a junta revolucionária do Acre. Altivos e nobres cidadãos brasileiros, respeitadores das leis e dos governos encarregados de interpreta-los, obedecemos cegamente a invasão destes territórios por uma intitulada Delegação Nacional da Bolívia, que, desde o dia da sua chegada, constituiu-se em governos decretando leis draconianas, criando impostos absurdos e proibitivos e para completar também audácia nos declararam cidadãos bolivianos sem previa consulta de nossa vontade (Bezerra, 2016, p. 37-38).

Esse texto da proclamação do Estado Independente encontrava-se eivado de críticas aos bolivianos, os quais eram considerados inimigos bárbaros, tanto para Galvez quanto para os proprietários dos seringais. Nota-se também que:

De início, os revolucionários precisavam qualificar-se como “altivos e nobres cidadãos”, sempre “respeitadores das leis” e das autoridades constituídas. Precisavam ser apresentados à opinião pública como ordeiros cidadãos e livrarem-se do estigma de “bárbaros” e senhores de “foice e cutelo” que lhes atribuíam (Calixto, 2003, p. 153).

Por isso, dando continuidade ao documento da proclamação e já falando como delegado maior da Junta, Galvez asseverou:

Aceitamos as leis, pagamos tributos e impostos e obedecemos passivamente, todos os julgamentos de alta e baixa justiça praticados pelo Delegado Nacional da Bolívia, na esperança que nossa idolatrada pátria e gloriosa e

humanitária Nação brasileira acudisse em osso socorro e atendesse nossos justíssimos pedidos (Bezerra, 2016, p. 38).

No entanto, o apoio esperado da pátria-mãe, da recém República brasileira de 1889, a que Galvez aviltava, indo contra seus desígnios, não se concretizou, pois para ele:

...o verdadeiro cidadão era aquele que se subordinava a lei, a vontade do Estado na medida em que reconhecia as decisões do governo como sua Liberdade, Poder e Ordem formavam um todo indivisível. Liberdade sim, mas com Ordem, ou seja, obediente a República brasileira (Bezerra, 2016, p. 39).

Diante de tal fato, Galvez e a Junta Revolucionária mostraram toda a sua desilusão ante a indiferença da pátria, representada pelo governo, ao que proclamava ser uma patriótica causa, ou seja, a luta dos brasileiros para expulsar os bolivianos do Acre. Isso evidencia-se na continuidade do documento:

O governo do Brasil não respondeu os nossos patrióticos alarmes: a pátria, a nossa estremeçada mãe, personificada em um grupo de valentes e criativos irmãos, respondeu sem precisar do nosso apelo; no dia 1º de maio, a data que conservaremos gravada em nossos corações ilustres e denodados irmãos que surpreenderam com a patriótica intimação que dirigiam em nome do povo brasileiro as autoridades bolivianas que por falta de força e de prestígio nos abandonaram com a mesma facilidade que nos conquistaram: dois meses e meio são transcorridos e nada, absolutamente sabemos em que ficamos depois do abandono em que nos deixaram as autoridades brasileiras e bolivianas;

Na sequência, escreve:

Unicamente, um fato veio a agravar mais a nossa inexplicável situação: o processo judicial levantado contra aqueles destemidos e humanitários irmãos pelo crime de quisermos livrar da escravidão a que nos submeteram as autoridades bolivianas (Ata, 1899 *apud* Calixto, 2003, p. 155).

Naquele momento, estava criticando tanto o Governo Federal, que respondeu com silêncio ante ao nefasto processo que julgou José Carvalho pelo crime de lesa-pátria, proibindo-o de voltar a Manaus, quanto demonstrava estar decepcionado pelo governo do Amazonas, por tê-lo processado, uma vez que esse governo, afinal, o havia financiado em sua viagem ao Acre.

Finalizando o documento, mostra seu sentimento de reprovação à insensibilidade do Governo Federal, frente a sua omissão acerca do que estava acontecendo no Acre e, principalmente, sentindo-se despejado pela Ordem, à qual queria pertencer, escreve: “O silêncio do governo do Brasil e esse nefasto processo nos demonstra que os habitantes destas regiões não pertencem à livre e grande pátria brasileira” (Ata, 1899 *apud* CALIXTO, 2003, p. 155).

Dados os acontecimentos, restou à Junta Revolucionária e a seu principal representante, Galvez, criar o Estado Independente do Acre, concluindo o seu discurso assim:

É justo, pois, que cidadãos livres conhecedores dos seus direitos civis e políticos, não se conforme como estigma de parias, criado pelo governo de sua pátria, nem podem, de forma alguma, continuar sendo escravo de uma nação – a Bolívia. Impõe-se a independência destes territórios que elegeram seu governo entre cidadãos que trabalham seu solo e exploram suas riquezas; e pois chegado ao momento de proclamar os nossos indiscutíveis direitos de cidadãos livres; é necessário levantar nossa honra pela Bolívia depreciada; cidadãos: escutai a proclama que o povo dos territórios do Acre, Purus e Iaco dirige a junta revolucionaria, manifestai vossa livre opinião que sempre respeitamos; se não aceitais a independência, continuaremos a sofrer humilhações que nos impõe uma nação estrangeira, pelo contrário, se aceitares a independência, continuaremos o Estado Independente do Acre, valoroso, forte, digno pelo patriotismo de seus filhos; poderoso pelas suas inesgotáveis riquezas que ousados estrangeiros nos querem usurpar (Ata, 1899 apud Calixto, 2003, p. 157).

Com este ato, em 14 de julho de 1899, estava novamente proclamada a ordem no Aquiri, sob a égide de uma república, integrada pelos territórios do Acre, Purus e Iaco, denominada Estado Independente do Acre.

Naquele mesmo dia, foi organizado seu governo provisório, no qual Galvez seria elevado ao cargo de presidente, com “plenos e ilimitados poderes”. Depois disso, “o presidente aclamado declarou terminada a reunião, o que fez entre o maior entusiasmo e ordem do povo: “Viva o Estado Independente do Acre!” (Cidade do Acre, 14 de julho de 1899; Ata, 1899 *apud* Calixto, 2003, p. 157).

A antiga Puerto Alonso passava, então, a denominar-se “Cidade do Acre”, sede do governo provisório. E para gerir aquela República foram criados os mecanismos de instituição dela, como polícia, tribunal de vigilância e punição a qualquer tipo de infração, principalmente aos crimes considerados sediciosos e aos relacionados à violação da propriedade.

À liberdade e à justiça teria se comprometido o governo de Galvez, preceitos esses enfatizados em sua aclamação, na qual dizia ser apoiado pelo povo. Criado o Estado, publicou a lista de seu ministério, composta pelos seus secretários de Estado, os senhores Joaquim Domingos e Ezequiel A. de Araújo:

Ministro da Justiça – Coronel Hipólito Moreira; Ministro de Exterior – Dr. Albino dos Santos Pereira; Ministro da Fazenda – Joaquim Domingos Carneiro; Ministro da Guerra – Cel. Jose Galdino de Assis Marinho; Ministro da Marinha – João Francisco Xavier; Chefe da Polícia – Coronel João Passos d’Oliveira; Secretário Geral – Prof. Ezequiel Alves de Araújo Primo (Calixto, 2003, p. 158).

Rapidamente, estabeleceu-se – um dia após a proclamação – o primeiro decreto para delimitar as fronteiras da República do Estado Independente do Acre. Organizou-se o espaço, nascendo a “Região”, através de um ato político que salvaguardava os interesses dos proprietários dos seringais. Configurou-se assim:

...ao norte, a linha geodésica que, saindo das nascentes do Javari, isto é, latitude 7°11'48” e longitude 73°47'44” oeste de Greenwich, chega até a Vila Bela, ou seja, até o ponto cujas coordenadas geográficas são: latitude 10° e 20' e longitude 65°24'59” oeste de Greenwich. Ao Sul – oeste, o limite atual entre a república da Bolívia e do Peru (Bezerra, 2016, p. 42).

O segundo decreto foi sobre a adoção de uma bandeira para a nova República, composta de dois triângulos retângulos ligados pela hipotenusa, sendo o superior de cor verde e o inferior de cor amarela, tendo no vértice superior uma estrela vermelha, solitária. A atual bandeira do Estado do Acre mantém essa mesma configuração, mas inverte as cores dos dois triângulos retângulos, passando o verde para a parte inferior e o amarelo para superior (Sant’Ana Júnior, 2004).

Era em seu próprio “palácio”, descrito por Galvez como um lugar simples, uma reduzida barraca, onde iam sendo criados símbolos do Estado. Nesse local, também se encontrava, em uma parede, um rústico desenho, onde se visualizava:

Escudo de armas de la revolución con la siguiente inscripción a su centro: ‘Patria y Libertad’ y teniendo la bandera brasileña a su costado izquierdo, mientras que en derecho se veía la de la revolución con los mismos colores que la anterior – amarilla y verde – separadas diagonalmente, y luciendo una estrella roja próxima al esta de la bandera. Coronaban el escudo, la testa de la libertad con el gorro frigio, algunas laureles y la fecha con la revolución separatista – 14 de julho de 1899¹² (Acha, 1980 *apud* Calixto, 2003, p. 159-160).

Segundo Calixto, todos esses símbolos, com seus hibridismos, como as cores da bandeira, a estrela rubra, a liberdade, o barrete frígio, o “14 de julho”, a bandeira nacional, a oleografia de Campos Sales nos escritórios da Presidência, “revelam um dos aspectos do eclético universo mental de Galvez” (Calixto, 2003, p. 160).

Segundo Bezerra (2016), do ponto de vista das ideias, podemos afirmar que Galvez foi um jacobinista (refere-se aos radicais da recém República brasileira, ou seja, jacobinistas e florianistas ferrenhos em confronto com os “subversivos” da república monarquista), adaptado à realidade da Amazônia de fins do século XIX e início do século XX, que sua “prática política condiz com a fragilidade, em uma

12 “Escudo de armas da revolução com a seguinte inscrição no seu centro: ‘Pátria e liberdade’ e tendo bandeira brasileira no seu lado esquerdo, enquanto que no direito se via a bandeira da revolução com as mesma cores anteriores – amarela e verde – separadas diagonalmente, luzindo uma estrela vermelha próxima a esta da bandeira. Coroavam o escudo, à frente da liberdade com o forro frígio, alguns laureis e a data da revolução separatista – 14 de julho de 1899” (Tradução por Luciano Mendes Saraiva, docente do Curso de Letras-Espanhol, Centro de Educação, Letras e Artes-Cela/Ufac).

tentativa de afirmação do poder local em conflito com o poder central” (Bezerra, 2016, p. 160).

Talvez esse “jacobinismo” de Galvez tenha se mostrado mais “humanitário” ou “leve” aos olhos dos jacobinos brasileiros que, naquele período, tinham um caráter militarista acentuado, mas não para o entendimento dos oligarcas ligados ao extrativismo gumífero. Isso porque seu Decreto nº 10 estabelecia a fundação de centros agrícolas e pastoris, com cerca de 25 hectares cada um, para o cultivo de “vinha, café, fumo, cana-de-açúcar” (Calixto, 2003, p. 160), para atender à demanda interna, o que contrariava frontalmente aqueles que eram comprometidos com a indústria de extração gumífera, pois eles detinham a mesma mentalidade dos donos de poder, desde a nossa colonização de exploração, ou seja: aqui só borracha, nada mais.

Outro decreto que não agradou aos interesses econômicos e políticos dos patrões seringalistas ou à “confederação dos oligarcas”, principalmente aos Rамалhos e os Nerys do Estado do Amazonas, foi o de nº 17, mediante o qual Galvez propunha a convocação de uma Constituinte, que redundaria na outorga de uma Constituição, através dos constituintes eleitos pelo povo. Esses constituintes opinariam na feitura da Constituição, assim como deveriam opinar nas questões do governo, as quais deveriam ser apreciadas pelo “congresso constituinte”.

O que também não agradou foi o decreto nº 18, promulgado no mesmo dia do decreto nº 17, o qual dizia que a Constituição já entrava em vigor “na parte referente à composição do Congresso e suas funções constituintes”, ou seja, o Estatuto Político da pátria humanitária de Galvez. Segundo Calixto: “[essa data] fez brilhar no horizonte da nossa vida social a auréola fulgurante de liberdade, entrando o Estado no convívio das nações civilizadas, pelo regime da ordem e da legalidade. Essa ordem era, então, legitimada por uma Constituição” (Calixto, 2003, p. 161).

Também nesse Decreto, uma das medidas propostas determinava que deveria ocorrer eleições no dia 15 de janeiro de 1900 para eleger, através do Congresso, o presidente e o vice-presidente da República, criada no dia 14 de julho, ou seja, uma “República humanitária com sistema presidencialista de governo, mas com eleições indiretas” (Calixto, 2003, p. 161).

E, como não seria diferente, para deixar a Ordem Republicana Humanitária como ele a concebia, Galvez não prescindiu também de aparelhos ou aparatos que deram suporte à eficácia de sua República. Por isso, e para que tudo desse

certo, até nos mais distantes seringais do Alto Acre, Purus e Iaco, foi idealizada a divisão do Estado em distritos (judiciais e militares), circunscrições e inspetorias.

Todos os chefes, nomeados nas funções para o Distrito – militares e juízes, eram sujeitos a cumprir “códigos, leis e regulamentos da República dos Estados Unidos no Brasil”, provisoriamente adotadas. Calixto explica ainda que, nesses papéis oficiais, os grandes proprietários transformavam-se em coronéis (da guarda patriótica), respeitáveis cidadãos, que polidamente, e sempre que se fazia necessário, estavam de acordo com a autoridade do chefe do Governo Provisório.

Mas a República de Galvez veio a fracassar. Isso devido a vários desentendimentos internos entre os patrões e os procedimentos de ordem, tal qual Galvez concebia ideologicamente, e – segundo Calixto nos diz – em virtude também de sua maneira humanitária de administrar conflitos. Daí, não tardou o surgimento de focos sediciosos em diferentes lugares, que foram minando a autoridade do seu regime. Um desses focos localizava-se em Xapuri, no Alto Acre, onde, através de um ofício, enviado por Manoel Odorico de Carvalho, lia-se que este não aderiu à Revolução porque queria ter reconhecimento do governo brasileiro. À frente da nação, naquela época, estava o Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, que decidiu sobre a questão do Acre. Outro documento, denominado “Comissão Garantidora dos Direitos”, foi idealizado com o mesmo intuito, ou seja, desestruturar o governo provisório,

Também na região do Baixo Acre houve desentendimento, o que acarretaria propagandas anti-governo provisório, o qual, desta feita, era comandado por Neutel Maia, proprietário do seringal Empresa e pelo Capitão Leite Barbosa, do Seringal Humaitá. Vale ressaltar que o seringal Empresa foi fundado por Neutel Maia, em 1882. Como desdobramento posterior a esse seringal, se originou a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre atualmente. Na sequência, Neutel Maia galgou a condição de membro da Guarda Nacional e sempre se posicionou como um ferrenho opositor de Galvez.

Galvez, por seu lado, tentou superar os impasses criados pela resistência ao seu governo com diálogos, mas sempre preservando sua autoridade naquilo que fosse necessário. Foi o que fez ao enviar um ofício a Manoel Francisco de Carvalho, tentando, em uma reunião coordenada pelo chefe de polícia, João Passos de Oliveira, chegar a entendimentos. Como não surtiu efeito, João Passos, em seu relatório, comunica a Galvez sobre o fato da:

Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros não ser outra coisa senão uma contra-revolução (...) o título que adotaram apresenta desprezível ironia

dos atos praticados pelo governo de V. Ex.^a (...). Os cidadãos que compõem a Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros são os únicos que atentaram contra os direitos daqueles que se julgam defensores, criando um governo provisório, presidido por um subprefeito, título que adotou seu presidente, auxiliado por diversos cidadãos que não compreendendo a significação da palavra Direitos, exercem atos que não tendo valor algum jurídico, prejudicam a marcha liberal, honesta e patriótica do governo Provisório do Estado Independente do Acre” (Iahp, *apud* Calixto, 2003, p.163-164).

Com essas informações do relatório de Passos, Galvez, sem titubear, decreta o “estado de sítio”, suspendendo as garantias constitucionais no recém-instituído “território nacional”. Decreta também a sentença de prisão aos líderes da sedição, acusados de alta traição. Com isso, capitulará o governo provisório de Xapuri, não sem antes solicitar a Galvez que criasse a “Comarca” daquele local, com categoria de cidade, inclusive com as nomeações de todas as autoridades indicadas por ele. Foram ainda criadas escolas e uma cadeia (Iahp, *apud* Calixto, 2003, p. 164).

Se assim terminou a questão de Xapuri, o episódio da “contra-revolução” de Neutel Maia acabou através de um ofício do Coronel João Passos de Oliveira que, instruído por Galvez, lhe intimou:

Sendo como é a nossa situação revolucionária, forte e digna, o Governo Provisório não aprecia os entusiasmos bolivianos do Sr. Neutel Maia, mais o interesse que o mesmo cidadão demonstra em prejudicar os bons créditos dos honrados governos da República, julgando-o capaz de unir-se à Bolívia e reconquistar à força desta nação, os territórios que constituem a nossa república, ao mesmo tempo que incute o povo a revoltar-se contra o Governo constituído, qualificado de venal pelo Próprio Neutel Maia que, procedendo desta forma, torna-se inconveniente à ordem e tranquilidade pública. Convido-vos a intimá-lo a deixar imediatamente as águas do território nacional, devendo ser escoltado pelo aviso liberdade, até os limites com a República do Brasil (Iahp, *apud* Calixto, 2003, p.167).

Daí por diante, Galvez teve vários embates para neutralizar ou esmagar a oposição, como provam muitos documentos. Era firme, juntamente com seus auxiliares de confiança, naquilo que entendiam como uma autêntica revolução, diferentemente da desordem que havia anteriormente. Assim, nos revela Calixto a respeito do que almejava Galvez:

Uma revolução dentro da ordem, é verdade, respeitadora dos direitos de propriedade e de liberdade individual. Uma revolução liberal humanitária que, através de apelos ao comportamento ético dos “cidadãos”, pensava ser possível moralizar a vida pública e regenerar os vícios privados. Um estado com leis liberais, onde a educação deveria ser gratuita (Calixto, 2003, p. 167).

Prosseguindo, Calixto nos diz que Galvez, com a sua visão de mundo e sua consciência liberal-nacionalista, não tinha uma falsa ideia do mundo que o rodeava. Sabia ele que a importância era o látex, sua produção, sua comercialização

e os lucros daí decorrentes. E sabia também que o seu modo de pensar e o seu movimento revolucionário tinham limites claros, ou seja, “a expulsão imediata dos bolivianos para posterior integração da proclamada República humanitária à sua ‘idolatrada mãe-pátria, adotiva’: o Brasil” (Calixto, 2003, p. 167). Se a priori, Galvez não estava sozinho, uma vez que possuía uma base de apoio junto aos patrões-seringalistas da região, posteriormente viu seu poder declinar com suas medidas, principalmente de caráter econômico.

Apesar de certas medidas humanitárias em seu governo, não titubeou em taxar 10% de toda borracha produzida no Acre, indo contra os interesses do capital mercantil, representado pelas Casas Aviadoras e Exportadoras de Belém e Manaus, que dependiam do aumento da exportação desse produto para sua acumulação, mexendo também com os lucros dos comerciantes. Como o lucro sempre fala mais alto no sistema capitalista, mexer com eles foi o estopim para agravar as sedições. Tal foi o caso de um comerciante que chegava de Belém com muita mercadoria, o Sr. Antônio Souza Braga. Este, aliado a outros sediciosos, depõe Galvez, proclamando-se presidente do Estado Livre do Acre. Ficou claro que não aceitariam o pagamento de impostos da borracha exportada pelo Acre, inclusive suspendendo o fornecimento de mercadoria para a região.

Imediatamente, o banimento de Galvez do Estado Livre do Acre foi determinado pelo Decreto nº 1 desse novo governo. No Decreto nº 4, resolve ainda: “(...) decretar o livre trânsito de vapores mercantes para este Estado pelo regime comercial, sendo, portanto, livre o embarque de todos os gêneros de comércio” (lahp, *apud* Calixto, 2003, p. 169). Galvez voltou ainda algumas vezes ao poder, tal o despreparo do comerciante Antônio Braga para assumir responsabilidades do exercício de presidente.

Mas, se a República de Galvez resistiu até então, daí em diante lentamente agonizou e não prevaleceu perante as articulações do capital, ou seja, os representantes das grandes casas aviadoras, como o governo estadual do Amazonas e do próprio Governo Federal, se uniram contra as decisões tomadas pelo seu governo provisório republicano liberal e seus ideais humanitários.

Todo esse processo repercutiu fortemente em Manaus, onde o grande capital mercantil intensificava suas críticas ao governador Ramalho Júnior, devido à “questão Acre”, com interferências até na sucessão estadual. Cobravam-lhes explicações por sua provável colaboração e ligação com os insurretos. Em Belém, os bolivianos, com o nítido propósito de retornar para o Acre com o apoio do

Governo Federal, já que este reconhecia a soberania daquele país sobre a área, se utilizaram da imprensa para modificar o tratamento dado a Galvez. Desta vez, o desprestigiavam, escrevendo: “de opositor ao Imperialismo, este passou a ser visto como aventureiro audacioso, estrangeiro intrometido e extorsionário das rendas fiscais do Amazonas” (Bezerra, 2016, p. 45).

Da mesma forma, Ramalho Júnior, o antigo aliado de Galvez, que sempre o elogiava, a partir de então, passou a acusá-lo de separatista. Sem apoio, nada mais podendo fazer que estivesse ao seu alcance, Galvez renunciou sem resistência em março de 1900, tendo tido o seu governo a duração de oito meses.

Rendido por uma flotilha brasileira, comandada pelo Tenente da Marinha, Armando Burlamaqui, que tinha receio que o caso do Acre se tornasse para a Marinha o que Canudos foi para o Exército, Galvez foi levado para Manaus, sendo expulso, onde embarcou para uma longa viagem de exílio com destino à Europa.

Tocantins (1979) afirma que, com a promulgação da República de Galvez, o governo boliviano empreendeu a ocupação dos territórios do Acre. Foi organizada uma expedição que, saindo de La Paz, em 25 de outubro de 1899, somente chegou a Puerto Alonso, em setembro do ano seguinte, quando Galvez já havia sido deposto pelo governo brasileiro, restabelecendo a Delegação Nacional boliviana na região, com a nomeação de D. André Muñoz como um novo Delegado Nacional para o Acre (Tocantins, 1979 *apud* Sant’Ana Júnior, 2004, p. 142).

A Ordem, entre 1900 e 1903, ainda seria proclamada por mais vezes nos altos rios do Aquiri, após a experiência liberal humanitária fracassada de Galvez, vítima, segundo Calixto, de seus próprios “sentimentos humanitários” e fiel, em sua devoção, à “idolatrada mãe-pátria, sucumbindo sem resistência” (Calixto, 2003, p. 172). Não seria esse o tipo de república com que os patrões sonhavam.

Uma dessas novas tentativas de proclamação da Ordem – a terceira que relatamos – com o objetivo de expulsar os bolivianos, que novamente estavam ocupando a região e espalhando seus soldados ao longo do rio Acre, foi a denominada Expedição dos Poetas.

Era notório que a repercussão da deposição de Galvez pela flotilha brasileira não foi das melhores, tanto a que foi veiculada pela imprensa, quanto pelos meios intelectuais de Manaus. Por isso, foi formado um grupo denominado Comitê Acreano, composto por comerciantes, intelectuais e estudantes que, contando com apoio financeiro do governo do Amazonas – agora de Silvério Jose Neri e também dos comerciantes do Amazonas (leia-se, das casas aviadoras de

Manaus e Belém e dos Banqueiros que delas se beneficiavam) – destinava-se a defender os interesses dos brasileiros no Acre que, por sua vez, organizou uma expedição para ocupar a região (Tocantins, 1979).

Essa expedição, autointitulada *Floriano Peixoto*, devido à sua composição contar com a participação de jovens estudantes, poetas, advogados, médicos e engenheiros, acompanhados por alguns soldados e canhões, ficou popularmente conhecida como a Expedição dos Poetas, a qual foi liderada pelo engenheiro civil Orlando Correia Lopes, gaúcho atraído para o Amazonas pela esperança de riqueza rápida, no chamado “Eldorado da borracha”. Os expedicionários (cerca de cento e trinta voluntários), em novembro de 1900, partiram de Manaus no navio “Solimões”, onde se uniram no Acre com a junta revolucionária local, formada por seringalistas acreanos, no combate contra o exército boliviano (Tocantins, 1979).

O combate entre os componentes da Expedição *Floriano Peixoto* e o exército boliviano ocorreu em 29 de dezembro de 1900, em Porto Acre. Entretanto, a inexperiência militar dos revoltosos e a falta de organização interna, que ocasionaram muitas divergências no comando das operações, foram determinantes para que a Expedição fosse rapidamente derrotada pelas forças bolivianas. Segundo Souza (1992):

Os poetas fugiram quando os primeiros tiros das armas bolivianas passaram por cima de suas cabeças. Os membros da expedição Floriano Peixoto, ou expedição dos poetas, abandonaram o combate deixando os seus canhões para os bolivianos, refugiando-se no seringal Caquetá (Souza, 1992, p. 73)

Depois do fracasso do movimento “revolucionário” dos Poetas, tudo levava a crer que havia cessado qualquer tentativa no caso do Acre. Todavia, em agosto de 1901, D. Lino Romera chega a Puerto Acre para assumir o comando da *Delegación* Nacional. Sendo assim, a junta revolucionária não se desfez, o que tornava a utopia de Galvez, em alguma medida, viva. Reuniam-se, clandestinamente, e agora de forma integrada.

Rodrigo de Carvalho, futuro coronel da Guarda Nacional, autorizado pelo novo governador do Estado do Amazonas, Silvério Neri, seu amigo, implantou um Posto Fiscal nesse Estado, no começo de novembro de 1901, no seringal Caquetá. Localizado do lado brasileiro, cuja área fazia fronteira entre o “território inicialmente boliviano” e o Brasil, o seringal Caquetá tornou-se referência, visto que foi dele que José de Carvalho, sobre o qual já nos referimos, partiu para Puer-

to Alonso, no intuito de depor pela primeira vez a *Delegación Nacional de Bolivia*, quando voltaria a ser o ponto dos patrões insurretos (Calixto, 2003, p. 173).

Após a derrota dos “Poetas” e apesar da criação do Posto Fiscal e de um Consulado, criado pelo governo brasileiro em Puerto Alonso, este ainda reconhecia o Acre como boliviano. E isso incomodava muito o Estado do Amazonas, que não admitia perder o Acre para a Bolívia. Realmente, havia muito o que perder. Do lado brasileiro, o pano de fundo era o temor dos seringalistas, de perderem as suas propriedades privadas e a manutenção dos lucros gumíferos; do lado do governo do Amazonas, era de perder a sua arrecadação de impostos; por parte dos profissionais liberais, os seus possíveis cargos públicos e, do próprio Governo Federal, em perder o monopólio da borracha, a nível internacional.

A exacerbação de tais impasses ocorreu em função das dificuldades encontradas pelo governo boliviano para garantir sua soberania sobre o território acreano, já que os sucessos no Acre, com os acreanos expulsando a Delegacia boliviana do Território, a ação de Galvez criando o Estado Independente do Acre, e a Expedição dos Poetas convenceram o governo boliviano de que se precisava tomar qualquer medida para resolver, em definitivo, problema tão sério (Calixto, 2003).

No entanto, aquele governo não tinha dinheiro e nem condições militares para defender a região de ataques brasileiros. Então, o passo seguinte do governo boliviano, via sugestão do embaixador Felix Aramayo, em serviço na Inglaterra, que foi plenamente aceito pelo presidente José Manuel Pando, foi o contrato de arrendamento do Acre a um consórcio internacional, constituído de grandes empresários ingleses e norte-americanos, que se denominava *Bolivian Syndicate*, uma entidade de cartel, sediada em Nova Iorque, da qual participava a *United States Rubber* (Calixto, 2003).

Com tal arrendamento, esse grupo de capitalistas poderia ser o novo dono das riquezas do Acre, posto que, segundo o contrato, o consórcio administraria e exploraria suas riquezas naturais por trinta anos, sendo que 60% da renda obtida seria destinada ao governo boliviano, ficando o *Syndicate* com 40%. E mais: teria o direito de navegar livre e tranquilamente por todos os rios acreanos, explorar as minas existentes no Acre. Obrigava-se, ainda, depois de um ano, estudar meios de ligar o rio Acre com os rios bolivianos Orton e Madre de Dios, por estradas de ferro e, se fosse necessário, manteria uma força armada de navios de guerra para a região acreana. Assinaram o contrato, em lado boliviano, o embaixador Felix

Aramayo e Frederik Wallingford Whitridge, da empresa *Car Whitig*, dos Estados Unidos (Sant'Ana Júnior, 2004, p. 143).

A reação negativa a tal contrato foi imediata por parte do governo brasileiro. Primeiro, diante da possibilidade de instalação, no centro da América do Sul, de um novo tipo de intervenção de grandes potências internacionais, como Estados Unidos e Inglaterra, e que poderiam ameaçar as nossas fronteiras. Pesou também a perda de impostos. Houve reação igualmente do Peru, que também reivindicava direitos pelo Acre, principalmente pela região do Juruá, que já vinha sendo explorada pelos “caucheiros” na extração de látex. Os dois países realizaram enorme campanha internacional contra a efetiva instalação do *Bolivian Syndicate* (Sant'Ana Júnior, 2004, p. 143).

As más notícias do contrato com o *Bolivian Syndicate*, divulgadas pela imprensa de Manaus e Belém e as medidas de regularização das terras, determinadas pela Delegação Nacional Boliviana, reacendeu uma grande insatisfação e revolta, no ano de 1902, por parte dos acreanos que, de certa forma, estavam tomando fôlego desde a derrota da Expedição dos Poetas.

O Brasil conversou com os Estados Unidos sobre o arrendamento do Acre, mas negou qualquer envolvimento com tal situação, o que não se acreditou, pois, a fim de garantir o apoio oficial do governo americano ao que havia sido ajustado, um dos sócios do *Bolivian Syndicate*, o qual chegou até a sua presidência, era Emilian Roosevelt, primo do presidente americano, e sabia-se também que o Departamento de Estado norte-americano agiu diretamente nas negociações. O interesse pela Amazônia era latente. Mas apesar disso, os Estados Unidos venceram a Bolívia a desfazer o contrato, porque, em troca, queriam o apoio do Brasil em suas intervenções armadas na América Latina. Era o *toma-lá-dá-cá* da geopolítica urdida pelos americanos (Sant'Ana Júnior, 2004).

Desfeito o contrato, com a indenização paga pelo Brasil, a Bolívia, no entanto, continuava com seu poder na região acreana, através de um novo delegado, D. Lino Romero, que já vinha atuando na região para criar uma infraestrutura na organização do *Bolivian Syndicate*. Sua missão tinha como objetivo demarcar as terras dos seringais, cobrar impostos sobre a exportação da borracha, impor autoridade boliviana no Acre e desapropriar, se possível, as terras de seringalistas que viviam no Acre (Souza, 1992, p. 75). Toda essa situação, evidentemente, não agradou ao governo do Estado do Amazonas, nem aos homens que já haviam tomado parte nas tentativas anteriores sobre a questão do Acre. Foi, nesse cenário,

que se tomaram as providências para a quarta insurreição e resistência armada, quando, finalmente, despontou o conflito.

José Plácido de Castro, ex-militar, nascido no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, grande seringalista nas barrancas do rio Acre, que se encontrava na Amazônia desde 1899, trabalhando como agrimensor na demarcação dos seringais, função que, de certa forma, preenchia o seu ideal de vida, que, desde março de 1898, trabalhando como ajudante de armazém na Companhia Doca de Santos, amealhava economias, que lhes permitiriam viajar para o Amazonas, de onde dois conterrâneos lhe acenavam com a esperança de fortuna rápida nos negócios da borracha. Em princípios de 1899, chegou ao Amazonas e, logo, instalou-se em Manaus. Ao tomar conhecimento de que um ex-oficial federalista e, portanto, maragato¹³, estava na cidade, o governo do Amazonas e seringalistas do Acre, via Rodrigo de Carvalho, Joaquim Victor e Gentil Norberto – três futuros coronéis da Guarda Nacional, convidaram Plácido de Castro para chefiar um exército de seringueiros no movimento de resistência à ocupação boliviana, como profundo conhecedor tático de guerra que era. Eles eram os únicos capazes de financiar tal movimento (Souza, 1992).

Por isso, quando se dirigiu ao hotel, em fevereiro de 1902, onde Plácido de Castro se encontrava hospedado, solicitando uma entrevista urgente, Rodrigo de Carvalho sabia que ele era o homem de que precisava, principalmente, depois de tentar, com sua ida ao Rio de Janeiro, convencer o próprio presidente Campos Salles sobre a necessidade de ser reformulado o entendimento da questão acreana, para assegurar a posse dos brasileiros do território acreano.

Conseguiu, por enquanto, a promessa de que os brasileiros não seriam massacrados pelo exército boliviano, se rebelados fossem. Voltou-se, então, para o governador Silvério Nery, tentando persuadi-lo de que deveria haver uma insurreição armada, comandada por Plácido de Castro, que não falharia, no seu entender, pois, em conversa com Orlando Lopes e Gentil Norberto, ex-integrantes da Expedição dos Poetas, obteve a certeza do conhecimento militar e do “caso acreano” por parte do escolhido comandante da insurreição. Finalmente, concordando e pesando, principalmente os prejuízos que vinha sofrendo o tesouro amazonense, Silvério Nery vaticinou: “Bem, já que quer fazer revolução, faça-a. Conte comigo no que for possível, mas não me comprometa” (Cabral, 1986, p. 53).

13 Apelido dado aos federalistas liberais, adeptos do movimento federalista que, em 1893, inspirou a revolução sob a chefia de Silveira Martins contra o partido então dominante, que tinha à frente Julio de Castilhos.

Ao mesmo tempo em que negociava, instalou, em 11 de novembro de 1901, um Posto Fiscal do Estado do Amazonas, em Caquetá, na linha divisória do Estado do Acre, o que foi alvo de protesto imediato pelos bolivianos. Estes sustentavam o que já haviam relatado diversas vezes sobre a conivência do governador com os que conspiravam contra a Bolívia. De nada adiantou os reclamos.

Plácido de Castro, após ouvir atentamente as argumentações de Rodrigo de Carvalho e de seus companheiros de conjura, bem informado sobre os acontecimentos da região, pois já tinha enviado uma carta ao seringalista Joaquim Victor, em cujo seringal se reuniam os conjurados, articulando a resistência à ocupação boliviana, afirmava:

[...] A independência dessa feroz região é no meu ver uma fatalidade que se impõe à Bolívia, como a morte dos seres vivos. A Bolívia julgou, bem como o Peru e os demais povos de origem espanhola neste continente, que o seu povo não era o mesmo da Espanha, que tinha outras aspirações, outros destinos históricos etc., daí a luta que sustentou pela sua independência dando lugar à formação da Confederação Peru-Boliviana, de efêmera existência, pela mesma causa. E entre o Acre e a Bolívia essa razão por ela invocada em sua época gloriosa não será ainda a mesma? (...) Julgo que para fechar de vez a porta a qualquer intervenção do Brasil na política acreana, esse governo deve baixar um decreto declarando os limites dessa República, que devem ser: ao norte, o paralelo 10° 20' de latitude sul, que é o ponto máximo das pretensões brasileiras. Quanto aos outros limites, vós, melhor do que eu, sabereis estabelecer de acordo com a situação em que se encontram os vossos jurisdicionados, mas, na minha opinião, devem ser (...) Acho também que esse governo deve confiscar todos os papéis e materiais trazidos pela comissão boliviana que fundou a alfândega de Porto Acre. É conveniente, também, mandar uma pessoa de confiança ao Rio de Janeiro protestar contra a intervenção do Brasil e dar publicidade comprobatória a tudo quanto a frotilha tem feito aí, bem como da conduta criminosa do governo do Amazonas, que se tem servido da flotilha como de instrumento seu... exercendo assim direitos privativos do Governo Federal... (Calixto, 2003, p. 198)

Segundo entendimento dessa carta de Plácido de Castro confirmou-se que este achava justa a reivindicação dos acreanos e, portanto, o apelo às armas para consegui-la. Não resta dúvida de que estava psicologicamente preparado para chefiar a luta (Cabral, 1986, p. 54).

Para Calixto (2003), a carta também revelou a segurança e o conhecimento atualizado dele sobre a complexa “questão acreana”. Além disso, era bem informado sobre os acontecimentos na região dos altos rios, possuidor de um juízo crítico em relação às pretensões do Estado amazonense dos Nerys. Por isso aceitou o convite-desafio para dirigir a luta militarmente. Não nos esquecendo de que Plácido de Castro já havia sido contatado anteriormente para participar da Expedição Floriano Peixoto, que, posteriormente, foi batizada por ele mesmo, como

Expedição dos *Poetas*, pela sua composição e pela falta de experiência militar de seus componentes (Calixto, 2003, p. 198-199).

No entanto, Plácido não pode ser o comandante nessa ocasião, tendo em vista que se encontrava doente de impaludismo, quando os expedicionários o encontraram trabalhando no seringal de Dona Quiterinha, na confluência do Pauini com o Purus. Posteriormente, ele impôs condições para executar o projeto para o qual foi consultado. E os expõe a Rodrigo de Carvalho e a dois de seus acompanhantes, José Maia e José Galdino, que o escutavam atentamente:

1°- Tudo se fará à margem de qualquer interferência do Senhor Silvério Nery. Tal exigência é resultado de antiga dívida contraída pelo Estado do Amazonas com Plácido e seu amigo Orlando Lopes, e não paga, ofensa que tomou como feita a si.

2°- Será estabelecida uma Junta Revolucionária, mas esta, uma vez desencadeada a revolução, será dissolvida automaticamente, ficando todos os poderes atribuídos ao chefe militar, que os senhores propõem que seja eu. A mim, pois, caberá o direito de exercer uma autonomia absoluta durante a revolução.

3° Deve ficar assentado que, firmadas as condições, quem faltar aos compromissos será sumariamente passado pelas armas (CABRAL, 1986, p. 55).

As exigências foram aceitas, embora a primeira tenha causado um choque, já que se considerava de valor imprescindível a colaboração do governador amazonense, como se viu anteriormente.

Tempos depois, em circular datada de 10 de julho de 1902, proveniente do seringal Bom Destino ao governador Silvério Nery, Rodrigo de Carvalho comunicou que:

Reunida a Junta Revolucionária e vários cidadãos acreanos de reais merecimentos, em 1 do corrente, ficou por ella deliberado, com unânime e aprovação de todos, o seguinte: Nomear o nosso concidadão José Plácido de Castro para dirigir as operações militares, como Comandante em Chefe das Forças para o qual concorreremos, com todo o nosso apoio moral e intelectual. O aclamado escolherá quatro secretários para as pastas da Guerra, Indústria, Justiça, Relações Exteriores e Fazenda. Notificará a formação do governo às nações americanas e pedirá ao governo brasileiro a anexação à Pátria brasileira. Pela distinção que mereceu da Junta Revolucionária, o Sr. Plácido, podeis ver que ele é da mais absoluta confiança e, além de muita vida e mocidade, ainda possui a decisão que requer o cargo que vai ocupar (Bezerra, 2016, p. 48).

Constatou-se, nesse documento, a importância desses aspectos: que eram os grandes proprietários de seringais os componentes da Junta Revolucionária, os “cidadãos acreanos de reais merecimentos”; que Rodrigo de Carvalho era o representante na área conflitante da oligarquia amazonense dos Nery’s que, por sua

vez, apoiavam os patrões; que havia consenso entre os membros da Junta de que o comando das operações militares fosse entregue a José Plácido de Castro, devido ao seu preparo, adquirido a partir de sua efetiva participação nos combates na Campanha Sul-rio-grandense; que a vitória sobre os bolivianos seria inevitável, pois antes mesmo do desfecho da luta, já se havia delineado a configuração do Estado, ao serem criadas as Secretarias de Guerra, da Indústria e da Justiça, das Relações Exteriores e da Fazenda. E, por último, o planejamento de que o novo Estado seria integrado à “Pátria brasileira”. Observa-se, também, que os “cidadãos acreanos de reais merecimentos” não eram separatistas e que tinham fidelidade à mãe-Pátria brasileira, apesar de não faltarem vozes contrárias naquele sentido extremado (Calixto, 2003, p. 200).

Desse modo, menos de um mês depois, sob o Comando Militar de Plácido de Castro, já se contava com quatro batalhões: o Independência, com 400 soldados; o Liberdade, com 360; o Acreano com 360 e o Franco Atirador, com 350. Iniciou-se, na madrugada de 6 de agosto de 1902, quando os soldados bolivianos comemoravam mais um aniversário da Independência da Bolívia, o novo movimento de revolta, mediante o qual se apoderaram da Intendência Boliviana de Xapuri (chamada de Mariscal Sucre, à época, pelos bolivianos), cujo intendente era D. Juan de Dios Barrientos (Calixto, 2003).

Plácido de Castro, com seus soldados seringueiros e seringalistas, através da luta de guerrilha, começou a derrotar as forças bolivianas. Tomados de surpresa, não houve a necessidade de usar a força para a tomada de Xapuri. E, em 7 de agosto de 1902, reunidos na “Casa dos Falck & Vieira”, reproclamava-se, oficialmente, a independência do Acre, embora, de fato, tenha sido proclamada no dia 6 de agosto, quando da deposição do mencionado intendente boliviano (Calixto, 2003).

A partir daí, houve uma sucessão de combates entre brasileiros e bolivianos, momento em que Plácido de Castro enfrentou situações difíceis, como a emboscada no seringal Empresa (atual cidade de Rio Branco), em 17 de setembro de 1902, perdendo grande parte de seu batalhão de 70 homens para o Coronel Rosendo Rojas. No entanto, novamente articulado, contando, dessa vez, com mais três batalhões: Novo Destino, com 150 homens; Pelotas, com 100 homens; e Xapuri, com 300 homens, Plácido dirige-se novamente ao seringal Volta da Empresa, para enfrentar e vencer o seu oponente Coronel Rosendo Rojas e seu batalhão de mais de 340 homens, além de 500 soldados, acampados na região do Rio

Abunã, entre 5 e 14 de outubro de 1902; nessa feita, dominando todo o Alto Rio Acre (Calixto, 2003).

Assim, sucessivamente vencendo seus oponentes, Plácido de Castro finalizou a “Revolução acreana”. Saindo com suas forças dos seringais Bom Destino, São Jerônimo e Caquetá, atacou Puerto Acre (antigo Puerto Alonso), que volta a ser denominado Porto Acre, tomando a Delegacia Nacional da Bolívia, em uma luta que durou de 15 a 24 de janeiro de 1903, da qual saiu vitorioso sobre D. Lino Romero e seus soldados, pela sua superioridade militar (Calixto, 2003).

O fato é que esse Coronel da força militar boliviana, D. Lino, tinha conhecimento da superioridade militar de Plácido de Castro e de suas vitórias, tanto assim que escreveu uma carta ao seu presidente, à época, José Manuel Pando, data de 25 de outubro de 1902, relatando suas muitas dificuldades e solicitando-lhe que abrisse mão das terras acreanas e passasse a negociá-las com o Brasil, tendo em vista ele já achar que o Acre nominalmente era da Bolívia, mas, materialmente, pertencia ao Brasil. Não atendido em seu apelo, a sua derrota confirmou-se. Foi levado como prisioneiro de guerra, junto com os seus soldados, até a cidade de Manaus, para de lá serem transportados para Bolívia (Calixto, 2003).

Plácido de Castro, em seguida, foi aclamado governador do Estado Independente do Acre, tornando-se Xapuri a sede do governo, no Alto Acre. No documento de rendição, concordava-se que:

“1° El señor Delegado Nacional entrega el Puerto Acre y la plaza de guerra, armas, municiones y demás artículos bélicos además las oficinas públicas y el estado en que se encuentran en este momento.”; “2° El jefe de las fuerzas revolucionarias se obliga a garantizar la vida y libertad de todos los ciudadanos bolivianos que se encuentran en la guarnición dándoles medios de transporte hasta Manaos. Puerto Acre, 24 de Enero de 1903”¹⁴ (Bezerra, 2016, p. 50).

Com a rendição da Bolívia, a próxima etapa seria organizar o Estado, no Aquiri, pois tudo ainda estava para se resolver. Primeiramente, com o governo brasileiro, que um mês após o aclamado Estado Independente do Acre, enviou o general Olímpio da Silveira, para assumir o governo do Acre setentrional, zona chamada, assim, por situar-se no paralelo 10°20', tendo como sede Rio Branco, área considerada litigiosa. O referido general seria o representante oficial do Governo Federal na região acreana e tinha como missão manter a paz entre bolivianos e acreanos, até que a questão Acre fosse resolvida diplomaticamente.

14 “1° O Senhor Delegado Nacional entrega o Porto Acre e a praça de guerra, armas, munições e demais artigos bélicos, além dos escritórios públicos no estado em que se encontram neste momento.”; “2° O chefe das forças revolucionárias se obriga a garantir a vida e a liberdade de todos os cidadãos bolivianos que se encontram na guarnição dando-lhes meios de transporte até Manaus. Porto Acre, 24 de janeiro de 1903.”

Plácido de Castro, sem alternativa, se não concordasse com os termos do *modus vivendi* assinado entre Brasil e a Bolívia, governaria o Acre Meridional (Alto Acre e seus afluentes: Riozinho e Xapuri). A sede de seu governo seria Xapuri, justamente evitando conflitos com as tropas brasileiras do general Olímpio (Bezerra, 2016).

Essas divisões do Acre foram decididas em um acordo preliminar de paz entre o Brasil e a Bolívia, quando esta ainda não tinha se conformado com a sua derrota. Tanto que enviou uma grande expedição militar, comandada pelo próprio presidente, o general José Manuel Pando, para lutar contra o exército de Plácido de Castro. Este se preparou com 400 homens para o enfrentamento. E, quando se enfrentavam militarmente no rio Orton, veio a notícia de paz entre o Brasil e a Bolívia, em 9 de março de 1903, mediada pelo Barão de Rio Branco – Ministro das Relações Exteriores – estabelecendo uma trégua, a fim de resolver diplomaticamente a questão (Bezerra, 2016).

Além da divisão territorial do Acre, outros itens do Acordo provisório de paz foram propostos, tal como o da ocupação do Acre pelo Brasil, juntamente com seu exército, para administrar, até o momento que fosse assinado outro acordo com a Bolívia, e que esta manteria o seu exército entre os rios Orton e Abunã, com o compromisso de não atacar os acreanos.

Cessaram-se os conflitos entre acreanos e bolivianos. Enquanto Plácido governava o Acre Meridional com sede em Xapuri, decretou que, nessa região, todos falassem português; que seriam válidos os títulos de propriedade definitivos ou provisórios até o presente, expedidos pela Bolívia ou pelo Estado do Amazonas, antes da ocupação do Acre pela República boliviana; criou impostos; regulamentou os serviços públicos; criou a imprensa oficial, para publicações de seus decretos e leis etc. Esses conjuntos de artigos não se diferenciavam dos de Galvez, em sua República efêmera. Neste recém Estado, as leis brasileiras vigorariam, até que se promulgasse a Constituição do Estado Independente. Ressalva-se que o direito de propriedade estava assegurado e que as leis bolivianas não teriam mais legalidade.

No entanto, quando o comandante iniciava as tarefas administrativas do novo Estado, começaram as hostilidades do exército brasileiro contra o seu exército. Plácido foi deposto pelas tropas do General Olímpio da Silveira, em maio de 1903, quando este dissolveu suas forças militares em Xapuri, invadindo o arma-

zém local, levando as mercadorias, armas e munições, prendendo seus oficiais de confiança, enfim, pondo fim ao Estado Independente do Acre.

Mas tal atitude colocou em risco a estratégia do Governo Federal, pois a diplomacia brasileira já estava negociando a incorporação do Acre ao Brasil e, nessa ocasião, era interessante manter o *status quo* da revolução acreana, principalmente com a liderança de Plácido de Castro e de seu exército; não desarmá-lo, a fim de manter os bolivianos distantes e, ao mesmo tempo, como nos diz Calixto (2003),

...tenta impedir que aquela questão demarcatória de limites assumisse proporções indesejadas – um possível confronto armado com o Bolyvian Sincate, vale dizer com os Estados Unidos – certamente fazia parte da estratégia. Era importante pois, ganhar-se tempo. A ordem oligárquica já estava se preparando para integrar o Acre à Federação, mas à sua maneira, isto é, sem conceder aos patrões acreanos e seus representantes da ex-junta revolucionária, qualquer esperança de autonomia (Calixto, 2003, p. 46).

Em vista disso, Plácido de Castro foi reempossado no governo do Acre Meridional, em 3 de agosto de 1903, por ordem do Governo Federal, não sem antes redigir um relatório acusando o general Olímpio de saqueador, o qual entregou pessoalmente ao Barão de Rio Branco, no Rio de Janeiro, quando para lá se dirigiu com esse intuito. Por isso, o General Olímpio da Silveira foi desligado do Acre, em julho de 1903, assumindo o seu lugar o coronel Rafael Augusto da Cunha Matos – primeiro prefeito de Rio Branco – o mesmo que em seu primeiro decreto determinou a volta de Plácido de Castro (Calixto, 2003).

A disputa com a Bolívia, após esse período, veio através de muita negociação com o Brasil, e, finalmente, Fernando Guachalla, Cláudio Pinilla (ministros bolivianos), com Barão do Rio Branco e Assis Brasil (ministros brasileiros), assinaram o Tratado de Petrópolis, exatamente em 17 de novembro de 1903, terminando o conflito armado entre bolivianos e acreanos e determinando a anexação do Território do Acre ao Brasil. Eis o teor do Tratado que o Ministro Barão do Rio Branco expôs perante a Câmara:

Pelo presente tratado o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior a mais da metade dos 20 Estados da nossa União. Não foram, porém, vantagens materiais de qualquer ordem o móvel que nos inspirou. Desde muito se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar. Entretanto, o governo persistiu sempre em considerar boliviano aquele território e dar à Bolívia as possíveis facilidades para o utilizar. Foi preciso que a própria segurança deste Continente fosse ameaçada pela introdução do sistema perturbador das *chartered companies*, e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, a que tanto pregamos, com a

nação boliviana, enquanto existisse sob a sua soberania um território exclusivamente habitado por brasileiros que lhes eram *hortis*, para que produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos. (...) O Brasil incorpora 181.000 quilômetros quadrados de terra e em troca a Bolívia recebe: 723 quilômetros quadrados sobre a margem direita do rio Paraguai, dentro dos terrenos conhecidos por Baía Negra; 116 quilômetros quadrados sobre a lagoa de Cáceres, compreendendo uma nesga de terra firme (49,6 quilômetros quadrados) que permite o estabelecimento de um ancoradouro mais favorável ao comércio que o que fora cedido à Bolívia em 1867; 20,3 quilômetros quadrados, nas mesmas condições, sobre a lagoa Mandine; 8,2 quilômetros quadrados sobre a margem Meridional da Lagoa Guaíba; a construção de uma estrada de ferro, em território brasileiro, ligando Santo Antônio, no Madeira, a Vila Bela, na confluência do Beni e Mamoré. Liberdade de trânsito por essa estrada e pelos rios, até o oceano, com as correspondentes facilidades aduaneiras, o que já lhe era facultado por anteriores tratados; finalmente o pagamento de dois milhões de libras esterlinas em duas prestações (Bezerra, 2016, p. 63-64)

Através desse Tratado, mais uma vez o espaço geográfico, banhado pelos rios Acre, Purus, Iaco e Javary, tornou-se uma região agora denominada Território Federal, pela vontade política de Bolívia e Brasil, e para salvaguarda das classes hegemônicas – suas frações oligárquicas, em ambos os países (Calixto, 2003, p. 215).

A repercussão do Tratado deu-se em todo o Brasil. Entre os patrões do Acre, que de uma forma ou outra participaram da luta armada contra os bolivianos, a recepção foi tida como satisfatória. Chegava ao fim o breve Estado Independente do Acre Meridional. Pouco depois, Plácido de Castro escreveria um relatório ao Barão de Rio Branco, no qual afirmava: “Passado para comunhão nacional o território do Acre, por efeito do Tratado de Petrópolis, julgo meu dever cumprido, além de fazer entrega do território do Acre Meridional, flotilha, armamento e mais bens do Estado...” (Relatório de José Plácido de Castro ao Chanceler Barão de Rio Branco, *apud* Calixto, 2003, p. 216)

Logo após, em um Decreto de 7 de abril de 1904, o Território Federal do Acre foi dividido em três Departamentos Administrativos: Alto Acre (com sede em Rio Branco), Alto Purus e Alto Juruá; cada qual seria governado por um prefeito, diretamente nomeado pelo presidente da República. Os prefeitos ficaram encarregados de fundar as capitais de seus Departamentos. Tal sistema administrativo colocou nas mãos desses mandatários muito poder, que, de certa forma, visava a garantir o controle da região pelo Governo Federal, o que gerou muitas insatisfações por parte dos seringalistas e instabilidades políticas, fazendo com que, entre 1904 e 1912, se sucedessem 14 prefeitos departamentais (Calixto, 2003).

Plácido de Castro, em 1906, assumiu interinamente o cargo de prefeito do Alto Acre, de 24 de julho de 1900 a 1907. Este foi seu último ato como homem público, entregando o cargo após oito meses de mandato, quando enviou um relatório ao Ministro da Justiça sobre sua atuação, no qual criticava não só a administração territorial, mas a própria República, posto que esperava da Ordem mais acolhimento e respeito. Reclamou ele, entre outras coisas, sobre a forma predatória da extração do látex, visando ao lucro fácil e rápido; da política tributária draconiana para a região, elevando para 23% o imposto já pesado da borracha; cobrança de impostos de indústrias e profissões, sem prévia regulamentação; enfim, que houvesse uma perspectiva de agricultura, para quando o problema da borracha estivesse resolvido em laboratório, e se esgotassem os nossos ricos mananciais, fosse ela (a agricultura) “a mão protetora que nos há de salvar de uma miséria fatal”. Eram os desejos e o que preconizava aquele que se tornou um patrão e “Senhor de Capatará”, o seringal de sua propriedade, próximo da cidade de Rio Branco (Calixto, 2003).

Morreu em 11 de agosto de 1908, não resistindo aos tiros disparados em uma emboscada pelo Coronel Alexandrino José da Silva, a mando do então prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro – seus inimigos políticos. Um assassinato político, segundo Genesco de Castro, seu irmão: “um linchamento à brasileira, porque ele ousava, em documento público, censurar a violência, o assassinato e o roubo praticado no Acre pelas autoridades federais e seus chirimbabos”, termo este que significa animal selvagem, que se apanha novo e se cria desde pequeno (Castro, 2005, p. 36).

O que sempre esteve em jogo na “Revolução Acreana”, segundo Carneiro (2015), foi a defesa da propriedade privada dos seringalistas, dos seus interesses econômicos, das Casas Aviadoras e dos governos do Amazonas, com seus monopólios na cobrança de impostos sobre a produção da borracha (Carneiro, 2015, p. 90-91), a fim de atender o mercado internacional, sempre com um fornecedor de matéria-prima. Porém, para os seringueiros que participaram do movimento, restou a continuidade do amargo cativo do sistema de aviamento, já analisado no primeiro capítulo. Se a questão da região acreana estava resolvida com a Bolívia, o problema com o Peru, que reivindicava não só a área em questão, como também uma parte do Estado do Amazonas, continuava em aberto, conseqüentemente a conformação do Acre permaneceu pendente.

Por volta de 1900, à procura do caucho, muitos peruanos haviam penetrado no recente Território via Alto Purus e Juruá. O conflito com os brasileiros

seringueiros ali se estabeleceu, uma vez que o governo peruano ocupou também administrativa e militarmente essa referida área, instalando postos aduaneiros e militares. Houve a concentração de tropas brasileiras na mesma região, o que gerou pequenos choques armados. Por conseguinte, após longas negociações diplomáticas em 1909, um Tratado foi assinado e pôs fim às questões de fronteira no Acre. Do lado brasileiro, assinou o Tratado José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, e do lado peruano, Hernán Velarde. Em 10 de janeiro de 1910, esse Tratado foi aprovado pelo Congresso peruano. Estavam, portanto, definidos os limites geográficos do Acre, ficando incorporada ao Brasil uma área de 152.000 km² (Carneiro, 2015).

III

A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO AUTONOMISTA

Verificamos que o término das investidas belicistas das insurreições da chamada questão Acre teve como ápice principal o importante episódio da diplomacia brasileira: o Tratado de Petrópolis, assinado em 1903. Através deste se decidiu sobre os regulamentos num contexto de contenção dos conflitos. Entretanto, o desfecho se deu anos depois, mediante a assinatura do Tratado de Retificação de Fronteiras – setembro de 1909, quando foram definitivamente resolvidas as fronteiras amazônicas entre Peru e Bolívia para, enfim, o Acre passar a integrar a nação brasileira, com uma área de 152.000 km², incorporada na forma de Território Federal.

Quanto aos seringueiros que participaram dessas ações, reiteramos o que já havíamos constatado, ou seja, que a velha exploração do sistema de aviamento continuaria intacta para eles. Cunha (2000) e Carneiro (2014) enfatizam que:

Finda a questão do Acre, bem que os “chefes da Revolução” podiam ter denunciado o sistema de aviamento como engrenagem imperialista anglo-yanque que sugava o ouro negro da Amazônia. Afinal, o capital internacional foi quem abriu as “veias” acreanas. Também podiam ter combatido a situação miserável em que viviam e trabalhavam os seringueiros, ou, quem sabe, podiam ter iniciado uma campanha em prol da extração racional do látex. No entanto, os “heróis” preferiram lutar entre si em busca do poder. Optaram em pugnar contra a pátria, por ela, insistir em cobrar impostos e nomear outros brasileiros, que não eles, para ocuparem os cargos públicos do recém criado Território do Acre. Para o seringueiro nada mudou, a “revolução” faltou-lhe ao encontro, ele continuou “ex-patriado” e, o que é pior, “trabalhando para se escravizar” (Cunha, 2000, p. 152; Carneiro, 2014 *apud* Souza, 2017, p. 106).

No entanto, após a anexação e sob as circunstâncias observadas, inclusive com a compra definitiva da área em questão, o que se seguiu foram três alternativas jurídicas colocadas para o Acre: a administração direta pela União, anexá-lo ao Estado do Amazonas, bem como elevá-lo à categoria de Estado autônomo da Federação brasileira. Mas, segundo Moraes (2014, p. 98-99), o que prevaleceu foi a primeira alternativa, ou seja, a administração pela União, que beneficiava o Governo Federal nos âmbitos econômico e político. Isso desagradou tanto às oligarquias dos proprietários seringalistas locais (acreanos), quanto às oligarquias regionais – os comerciantes ligados ao látex.

As elites acreanas sempre desejaram que o Acre fosse elevado, de imediato, à condição de Estado, para exercerem o seu poder de maneira autônoma entre eles. Foi, por isso, também, que, se precavendo, essa elite de seringalistas e comerciantes acreanos insatisfeitos alinhou-se à alta classe de Belém, lutando politicamente, para que a anexação do Acre ao Estado do Amazonas não se efetivasse. Mesmo porque se acreditava, nessa época, que o interesse do governo do Estado do Amazonas era em virtude do valor dos impostos sobre a borracha e que ele não teria a intenção de devolvê-los ao Acre, que já era um produtor em alta escala, ficando tais impostos em benefício dos cofres estaduais do Amazonas. Tal fato gerou oposição dentre as oligarquias amazonenses, visto que, no jogo pelo poder, o governo do Amazonas alegava que os governadores Ramalho Júnior (1898-1900) e Silvério Neri (1900-1904) foram os verdadeiros heróis da causa acreana, por terem sido eles os principais patrocinadores da “Revolução” (Carneiro, 2015, p. 39).

Ademais, segundo Bandeira, esses governos consideravam terem direito sobre a região, tendo em vista que agiram contra os atos do governo brasileiro, contratando ninguém menos que o advogado Rui Barbosa, que em sua arguição, em favor do Amazonas, afirmava que este detinha “posse imemoriável e domínio antigo”; que o Amazonas pleiteava o que de direito lhe pertencia, quando Comarca, e que depois lhe pertenceu como Província e, finalmente, como Estado (Bandeira, 2018, p. 72).

A tentativa não surtiu resultado, nem chegando a ser julgada. Mas agradou aos políticos do Pará, que temiam a perda da hegemonia regional, e, por isso, atuaram junto à Câmara dos Deputados, conseguindo viabilizar a proposta do Governo Federal, ou seja, a criação do Território Federal, sendo o seu patrono o Barão do Rio Branco.

A República brasileira, então, via Congresso Nacional, transformou o Acre em Território, ou seja, de propriedade da União, já que não era Estado, nem Província, baseando-se na Constituição dos Estados Unidos da América, que adotavam, no seu direito constitucional, Unidades Federativas com essa denominação. Contudo, convém ressaltar que tais medidas eram, para eles, algo excepcional e não regular, e que essas Unidades tinham autonomia para elaborar suas próprias constituições.

Já no caso do Acre, o Governo Federal tomou para si a incumbência da construção da ordem através de sua administração. Por conta disso, foram indicados os prefeitos – denominados de Intendentes Municipais –, sendo vetado a eles a implementação de quaisquer tipos de tributos. Foram também indicados os membros do Judiciário. Passam a existir os Conselhos Municipais, uma forma de Câmara Municipal controlada pelo Intendente de plantão, aprovado pelo Presidente da República, que os escolhia por meio de uma lista prévia enviada por cada Intendente.

A justificativa – apesar das tentativas de os políticos, ligados ao Acre, questionarem a legalidade dessa condição – era a de que o Acre não poderia ser elevado ao grau de Estado, uma vez que seria um território muito amplo e de fronteiras; que possuía baixa densidade populacional; onde sua cultura era considerada “atrasada” e “despreparada”, para ser inserida nas mesmas condições do Sul do país; havia dificuldade nas comunicações; não havia organização social etc. (Silva, 2012, p. 33).

Foi, pois, esse Estado Nacional, que se colocou na função de promover a integração brasileira, conforme nos diz Silva: “agente por excelência da formação da nação brasileira nos limites da nova fronteira nacional. *Euclidianamente* falando, proporcionar uma história a quem estava à margem dela nos ‘confins’ da Amazônia” (Silva, 2012, p. 28).

No que tange aos aspectos econômicos, segundo Craveiro Costa, “ao Acre foi imposta a simples vida política de território unicamente porque o Governo Federal queria reaver, do próprio território, o dinheiro gasto com as despesas feitas com a incorporação” (Costa, 1974 *apud* Silva, 2012, p. 32).

Dessa maneira, a União manteve, assim, o controle dos recolhimentos dos impostos advindos da exploração da borracha. E, apesar da debacle da economia gumífera, a partir de 1913, quando foi superada pelos seringais de cultivo asiáticos, perdendo, portanto, sua hegemonia mundial até a década de 1920, essa

matéria-prima ainda seria uma fonte considerável de divisas para a economia brasileira, cujas taxas de exportações, na base de 23% da borracha saída do Acre, iam diretamente para os seus cofres, tendo como contrapartida uma cota fixa de 300 contos de réis anuais para as prefeituras locais. Nessa ocasião, o volume em impostos, arrecadados pela União na região do Acre, era somente menor que o arrecadado pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Daí, o empenho direto do Presidente Rodrigues Alves para manter o domínio da União sobre o novo Território (Silva, 2012, p. 32).

Foram, nessas condições, que o Território do Acre foi criado, em 1904¹⁵, e que, nesse ínterim, a União o anexou e fixou seus limites, dividindo-o em três Departamentos Administrativos: Alto Juruá, com sede recém-criada na cidade de Cruzeiro do Sul (em 1912, esse Departamento foi desmembrado para formar o Departamento do Alto Tarauacá, passando a existir assim, quatro Departamentos); Alto Purus, com sede na também recém criada cidade de Sena Madureira; e o Alto Acre, com sede no povoado Villa Empresa – hoje Rio Branco – incluindo também Xapuri, a região de Brasiléia e outras localidades. O Cel. Raphael da Cunha Matos, o primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre, escolheu então, o povoado Empresa para ser a sede, pela facilidade que a localidade (no médio Acre) oferecia para a navegação. A cidade de Xapuri (no Alto Acre), que seria sua preferida, foi preterida devido a sua difícil navegação. Somente em 1912 foram criados cinco municípios acreanos, dentre os quais Xapuri (Neves, 2018, p. 57).

Os citados Departamentos prevaleceram até 1920, subordinados, em primeira instância, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, em seguida, ao Presidente da República, sendo esse fator motivo de grandes insatisfações por parte das oligarquias dos proprietários, seringalistas e comerciantes locais, tanto nos aspectos econômicos – quando reclamavam da rapina dos seus lucros – quanto do ponto de vista político-burocrático, uma vez que não detinham esse poder. Da mesma forma, reclamavam dos prefeitos, que também eram indicados e que eram de inteira confiança da Presidência da República.

Essas classes de pessoas insatisfeitas consideravam que os indicados vi-nham para o Acre como se fossem “aves de arribação”, que chegavam aqui, mas na primeira oportunidade, iam embora ou, como afirmou o *Varadouro* (jornal alternativo do Acre), na época da ditadura militar, ainda em dezembro de 1977: “eles subiam e desciam as escadas do Palácio Rio Branco (sede do governo), praticamente sem terem tido tempo de abrir suas malas” (Varadouro, p. 10 *apud* Moraes,

15 A assinatura do Tratado de Petrópolis se deu em 1903, mas entrou em vigor em 1904.

2014), ou ainda “os nomeados muitas vezes eram pessoas que perdiam eleições e vinham fazer a vida financeira e política no Acre até conseguirem encontrar coisa melhor” (Silva, 2012, p. 102).

Por isso, Silva observa que “qualquer chefe do poder executivo parecia ter nas paragens acreanas um poder com o qual ele se achava capaz de tudo”. De acordo com um cronista da época, os prefeitos departamentais se assemelhavam aos donatários das Capitâneas Hereditárias, visto que “enfeixavam nas mãos poderes ditatoriais” (Silva, 2012, p. 30).

Cabe lembrar que, também, o seringalista Plácido de Castro, que foi prefeito interino do Departamento do Alto Acre, no período de 24/07/1906 a 25/03/1907 e “atualmente senhor de imensos latifúndios, que vão de uma margem do Acre às ribanceiras bolivianas do rio Abunã”, se manifestou questionando a inexistência de representação política e o baixo retorno financeiro para o Território do Acre (Souza, 2017, p. 105). Por isso, na época, em suas duras críticas ao Governo Federal, enfatizou que:

Ao contrário da trilha habitualmente seguida pelos Prefeitos do Território do Acre em seus relatórios da discriminação em frases bombásticas do desenvolvimento surpreendente das prefeituras a seu cargo (...) deixaremos que se veja “a nudez forte da verdade”, o abandono extremo, que foram atirados, pela incúria de uns e pela desonestidade de outros, os interesses da União, a depredação de suas rendas, a incapacidade administrativa de seus representantes. (...) Pouco fizemos, mas ao menos conseguimos manter os princípios de segurança e liberdade públicas. (...) tanto diremos da ordem pública que se manteve sem a menor alteração (...) a despeito dos muitos boatos espalhados em Manaus e dali por todo o País, de graves movimentos revolucionários (...). Convenha V. Ex. em que para ninguém é mais doloroso do que para nós vir dizer que na qualidade de colonos do estrangeiro, cujo jugo sacudimos, tínhamos mais direitos do que temos hoje na *communhão* brasileira. Tínhamos direito do voto, embora não nos utilizássemos deste, porque antes de tudo éramos brasileiros; a nossa borracha que constitui a nossa opulência e que tem sido, talvez, a causa dos nossos sofrimentos, como o ouro foi a da desgraça do Transwall, era taxado em 15 por cento, com promessa a ser baixada a 12 por cento, como é actualmente na Bolívia, e a nossa importação pagava apenas 15 por cento ad-valorem. Hoje sob denominação de soberania brasileira não temos direito de voto, nem Tribunal, nem habeas corpus, e por conseguinte não temos existência política na *communhão* nacional; o nosso produto de exportação paga 23 por cento de imposto, os impostos de indústrias e profissões são cobrados sem regulamentação especial e, além de tudo, transformada a região dos nossos lares em um corpo de guarda. Arredados de todas as posições oficiais, tiranizados pelos dirigentes de nossos destinos em nome do governo da República, a nossa lastimável situação nos traz a ideia que somos um povo estranho, vencido pela força e cuja índole propensa a revoltas, aconselhasse excepcionais medidas de repressão. Travada a luta do Acre com a Bolívia, interveio o Brasil em nome do direito dos acreanos e dos próprios sentimentos de nobreza peculiares ao caráter da

nossa nacionalidade (...) Esperavam-nos, entretanto, múltiplos dissabores; a decepção, o martírio, o sobressalto da possibilidade de anexação de seus lares ao estado do Amazonas – o que seria para elles o território epílogo de suas desgraças (...) Os acreanos (...) tem consciência de sua afflictiva situação e (...) o que se vê no Acre é a exploração da terra e a exploração do homem (Bezerra, 2016, p. 78-79).

A argumentação de Plácido de Castro, citada anteriormente, evidencia sua crítica à situação do Acre, mas a evidência circunscreve-se ao seu ponto de vista enquanto seringalista. É o que nos corrobora o seu biógrafo Cláudio de Araújo Lima, no livro *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*, que, por sua vez, também é citado por Souza, quando caracterizou o seu perfil:

[...] cuja personalidade passa a ser, desta feita, dominada e marcada pelo gênio mercantil. Porque, hoje, é a fortuna que o preocupa. Só a ânsia de enriquecer enche o horizonte de seu futuro imediato. Dia a dia mais apaixonadamente, à medida que seus domínios se alargam em fabulosos latifúndios circunvizinhos, que vão se incorporando à propriedade inicial. Abrindo novas “estradas” de seringa. Atraíndo novos “fregueses”. Furando vias de comunicação. Alastrando seu domínio pessoal (Souza, 2017, p. 105).

Ainda sobre a personalidade de Plácido, continua Souza nos dizendo, também por meio de seu biógrafo, que não só se altera, nas relações de patrão e freguês, o espírito ditatorial do novo senhor. O caudilho continua a impor a sua autoridade e seus pontos de vista. Autoridade como a de qualquer outro patrão da época, que impõe aos seringueiros um regime de trabalho intensivo, e pontos de vista em relação ao freguês – o seringueiro – a quem atribui a condição de homem sempre inculto e oriundo das classes inferiores da sociedade, ignorantes e supersticiosos (Souza, 2017, p. 105).

Tal como Plácido de Castro, outros intelectuais e representantes dos seringalistas, ligados à produção gumífera, como Mâncio Lima, Craveiro Costa, Francisco Freire de Carvalho e João Bussons, também não se conformando com o destino do Acre naquele momento, ou seja, com a sua não emancipação política, foram buscar, até no Direito Internacional, estudos para fundamentar e reverter esse quadro, alegando que o Governo Federal estava equivocado em sua atitude, pois “ela feria profundamente os princípios de livre organização territorial, propugnados pela Constituição da República brasileira” (Calixto *et al.*, 1985, p. 139).

No mesmo sentido, debates ocorriam no Congresso Nacional entre os parlamentares, com destaque para os do Ceará, mas também os do Rio Grande do Sul, com vistas a tornar o Acre autônomo. Em 1905, por exemplo, o deputado federal cearense Francisco de Sá apresentou um projeto de lei na Câmara que defendia a transformação do Acre em Estado. Entretanto, nem todos pensavam do

mesmo modo, como o sociólogo conservador Oliveira Vianna. Por isso, Craveiro Costa, em seu livro *A conquista do deserto ocidental*, o cita, criticando a sua posição, pois ele defendia que perdurasse o quadro instaurado pelo Governo Federal na questão Acre. Assim, Oliveira Vianna dizia que:

[...] a única forma de poder público apto a realizar no Acre [...] seria não um governo livre, autônomo, descentralizado, emanado do escrutínio da própria soberania local; mas ao contrário, feito e aparelhado aqui (no Distrito Federal), absolutamente estranho àquela população... (Calixto *et al.*, 1985, p. 140).

No mesmo sentido, Silva também menciona Oliveira Vianna, em seu livro *Pequenos estudos de psicologia social*, e se reporta à questão Acre, no qual advogará, ainda, de maneira contundente, a sua visão de política autoritária, a qual deveria ser implantada de cima para baixo ou, em suas palavras, “uma organização vigorosa de poder, educação civil e legal para o seringueiro da Amazônia – o mais rebelde, o mais indisciplinado, o mais apolítico dos brasileiros [...]” (Silva, 2012, p. 33).

O prestígio intelectual de Vianna e o seu projeto político sustentavam-se em parâmetros gerais, como: um Estado autoritário; engessamento dos conflitos; emprego manipulador da persuasão e uso excessivo da força; ausência de Parlamento; controle da educação, da imprensa, da cultura; sua visão das raças, da mestiçagem; o desprestígio com que trata o povo brasileiro, o elogio que faz à ação brutal das elites rurais etc. Tal forma de pensar “caiu como uma luva” para reforçar o projeto do Governo Federal, no que tange ao caso Acre (Reis, 2006, p. 179).

Segundo Calixto *et al.* (1985 apud Silva, 2012), foram esses preconceitos manifestados e a tutela do Acre que fundamentaram a sua gênese político-autoritária,

emanad[a] a partir de vontades externas e sem ligação mais forte com o lugar em que elas se realizam. Para exercer a administração dos diferentes níveis, pessoas sem ligação nenhuma e conhecimento idem, são enviadas para a região e, em uma composição necessária e tensa com os grupos hegemônicos locais – comerciantes, seringalistas e militares –, passa a exercer o domínio político de forma plena, marcado por práticas desenfreadas de autoritarismo (Calixto *et al.*, 1985 apud Silva, 2012, p. 28).

A transformação do Acre em Território Federal, tendo o controle da política local sob a batuta de pessoas vindas de outros Estados, deu ênfase a debates sobre a ideia de autonomia da região, cujo principal tema seria a elevação do Acre a um Estado da Federação. A partir de então, seriam criados vários movimentos

e partidos autonomistas nos Departamentos, os quais intensificariam o sentimento de “acreanidade”, desenvolvido pelos chamados “acreanos históricos” ou aqueles que teriam participado da “Revolução Acreana” (Fernandes, 1999 *apud* Sant’Ana Júnior, 2004, p. 148).

A questão da autonomia passava pelo rompimento das práticas de espoliação e descaso da União com o Acre federal, segundo Costa (2005), cujo teor vinha sendo objeto de denúncia local e nacional, através da imprensa, nos fóruns de debates políticos, nas missões enviadas ao ministro da pasta responsável pelo Território do Acre. Isso, desde a República de Galvez, em 1899, que, segundo o referido autor, surgiu, em certa medida, motivado por esses descasos e espoliações.

Essa ideia e movimentos políticos se ampliaram, atingindo os Departamentos do Juruá, Purus e Acre, em vários momentos, e com envolvimento de vários setores da sociedade organizada (Costa, 2005, p. 279). Eram as oligarquias lutando pelo controle local. Por isso, já em 1904, surgiu, na cidade de Cruzeiro do Sul, o chamado Movimento Autonomista do Alto Juruá, composto por comerciantes e personalidades locais. Foram os primeiros ecos contestatórios, tentando sensibilizar os então deputados da capital federal (Silva, 2012, p. 56). Mas, segundo Carneiro, essa ideia de autonomia

era uma proposta exclusivamente urbana em um Acre eminentemente rural. O movimento nada tinha a ver com o povo, essa era uma causa de parte da elite local, pois sequer a proposta gozava de unanimidade entre os abastados acreanos quanto os autonomistas se diziam representantes do povo, no entanto, o povo não havia delegado a eles quaisquer poderes para tal. Eles falavam quando se colocavam como porta-vozes do povo e a história acabou materializando tais blefes, confirmando a ideia de que a autonomia era causa popular, mais um exemplo de manipulação dos fatos (Carneiro, 2015, p. 49 *apud* Souza, 2017, p. 116).

Interessante é notar, também, que o prefeito do Alto Acre, Gabino Besouro, em seu Relatório de 1909, foi na contramão desses episódios, quando declarou que:

Em autonomia imediata de que tanto se fala na Capital Federal, ao ponto de preocupar também o meu espírito ao deixar o Rio de Janeiro, poucos aqui pensam. A maioria só deseja autonomia quando o Governo Federal a tiver preparado, encaminhando à população por meio de medidas e de uma educação convenientes, para melhor compreensão e exercício dos direitos políticos della decorrentes, o que aliás, se faz indispensável (Bezerra, 2016, p. 80).

De tal monta eram as lamentações e reivindicações dos autonomistas acreanos com a territorialização do Acre, onde se deparou “com a ausência de democracia representativa e com a rapinagem econômica da União contra o Território”,

segundo Costa (2005), que o presidente Afonso Pena, em 1907, tentando minimizar os problemas da região, criou uma Comissão de Obras Federais, para realizar as funções públicas, como estradas, desobstrução de rios e defesa do Território. Essa comissão durou três anos e não se concluíram as obras iniciadas, assim como tantas outras, que seguiram o mesmo caminho e descaso com o dinheiro público.

Em 1908, novamente Afonso Pena olhou para o Acre, tentando melhorar o sistema judiciário, regularizar a propriedade da terra e promover o ensino público primário, através do decreto nº 6.901. Nesse sentido, em Sena Madureira, criou-se o primeiro Tribunal de Apelação e, em cada Departamento, implantou-se uma Comarca Judicial, integrada por um juiz de Direito, três juízes preparadores e um juiz de paz. Na referida cidade também foi instalada uma seção de Justiça Federal (Bezerra, 2016, p. 79).

Ainda em 1908, em outra tentativa, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei, que levantou a questão da autonomia nessa casa legislativa. Como o Acre não possuía representantes legislativos, o primeiro projeto de lei foi apresentado pelo então deputado cearense Francisco Sá, que foi prontamente esquecido, e engavetado, o que demonstrava o não interesse do poder central em conceder autonomia ao Território acreano (Silva, 2012, p. 56). Porém, com o passar do tempo, foi crescendo uma insatisfação geral por parte da elite acreana (coronéis de barranco, os membros da Junta Revolucionária, profissionais liberais e políticos), todos ligados à economia gumífera, quanto aos desígnios do poder local. Não se conformaram com a condição de Território, e daí passaram a defender abertamente a autonomia, para se afirmarem frente ao poder nacional.

Na esteira desse clamor, foi publicado, em Manaus, um Manifesto Autonomista do Alto Juruá, em 25 de junho de 1909, que, em tom ufanista, recebeu a assinatura dos senhores João Craveiro Costa, Mâncio Lima, Francisco Freire de Carvalho, Francisco Riquet e Alfredo Telles de Menezes. O documento intitulou-se “petição da população do Departamento do Alto Juruá ao Congresso Nacional”, assinado por cerca de 8 mil pessoas, cujos argumentos foram:

A região (Acre) desbravada pela energia do nortista, predominando os heróicos irmãos do Ceará, palmo a palmo disputada à potência esmagadora do selvagem e à hostilidade do clima, mais tarde pleiteada com armas na mão à cupidez da Bolívia e do Peru, os cento e noventa mil quilômetros quadrados que formam essa região pertencem de fato e de direito aos cento e tantos mil habitantes que aqui vivem na vastidão da floresta e nas margens dos rios, civilizando-as com a sua energia, com o seu trabalho, com a tenacidade de sua vontade (...) Somos brasileiros, mas dentro do País é como se estrangeiros fôssemos; ... somos civilizados, nossos irmãos não nos devem olhar como

selvagens indignos de intervir na direção de nossa pátria (Mesquita, 2004 *apud* Carneiro, 2014, p. 100).

Os desejos por emancipação não se realizaram a contento, tendo em vista prevalecer a proposta do Governo Federal e conclamou-se, assim, o brado “autonomia já”. Todos aqueles projetos diferenciados geraram confrontos. Lembremos de que Galvez, por exemplo, defendia a instauração de um regime republicano, porém subordinado e obediente à pátria-mãe; outros, mais ousados, queriam a separação do Acre do território nacional; outros, ainda, representantes da oligarquia de Manaus, defendiam a anexação com obediência à República e à sua Constituição, sendo que, dentre estes, havia também os que queriam a anexação, mas com autonomia política para o Acre. Todos esses protestos foram em vão.

Por isso, no ano de 1909, ainda na esperança de elevarem o Acre a Estado, os autonomistas acreanos, representando os três Departamentos (Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá), tentaram amigavelmente convencer o Governo Federal e o Congresso Nacional quanto aos seus anseios, pois, com os ânimos acirrados, já estavam dispostos a fazer um levante armado. Não por acaso, naquela tentativa, cada Departamento enviou ao Rio de Janeiro uma comitiva representante das elites locais, para conseguirem seus intentos junto aos deputados e senadores.

Mas, ainda segundo Silva (2012, p. 56), houve em 1910, em se tratando da questão autonomista, uma das primeiras medidas coletivas e organizadas, que se deu, através de uma carta, datada de 11 de abril, ao Presidente Nilo Peçanha, cujo teor foi publicado na íntegra na Folha Oficial (órgão oficial da prefeitura do Alto Acre), cujo texto começava da seguinte forma: “mensagem da maioria dos proprietários e commerciantes e industriaes, representantes das classes conservadoras do Alto Purús e era assinada por 78 personalidades, os autointitulados ‘homens de bem’ daquela localidade”. Ressalta-se, no texto, que “homens de bem” (militares de alta patente, seringalistas, comerciantes, capitalistas, advogados, tabeliães), que compunham a lista de assinantes, eram proprietários e que, no entender deles, seriam eles os detentores dos direitos que lhes eram negados enquanto cidadãos brasileiros. Nada conseguindo, ou melhor, apenas conquistando algumas reformas, que seriam implementadas ao longo do tempo, e como a situação não se alterava a contento no âmbito da burocracia administrativa, os ânimos afloraram.

Exacerbados, mais ainda, e revoltados com aquele contexto, devido aos “freios” dados ao mandonismo das forças políticas locais e, sempre pontuando que o governo fazia uma péssima administração local e ainda os deixava no iso-

lamento, os autonomistas uniram-se àquilo que, de certa forma, já estavam planejando, ou seja, ao movimento armado, na tentativa de fazer a emancipação do Acre.

A primeira revolta Autonomista ocorreu na cidade de Cruzeiro do Sul (Alto Juruá), em 1910, deflagrada em 1º de junho, quando um grupo de seringalistas e comerciantes locais, liderados pelo Partido Autonomista do Juruá (PAJ), que inicialmente obteve a cumplicidade da Força Autonomista Federal, criaram uma junta governativa, tomaram o poder e declararam criado o Estado do Acre. Essa junta era formada pelos coronéis Francisco Freire de Carvalho, João Bussons e Mâncio Lima e tinha como suplentes o major Francisco Borges de Aquino, coronel Alfredo Teles de Menezes e o major Glicério de Vasconcellos Pessoa, também ligados ao chamado PAJ (Silva, 2012).

O estopim desse movimento foi a chegada em Cruzeiro do Sul do novo prefeito, nomeado pelo governo federal, João Cordeiro, em 1º de maio de 1910, que então lavrou, em todos os espíritos, profundo descontentamento pela indiferença do Poder Legislativo para com o Acre, como nos afirma Costa (1974, p. 164): “A chegada do novo prefeito e alguns atos seus, que a população recebeu com desgosto, acirraram os ânimos dispostos à insuflação de ideias subversivas”. Desse ponto, até chegar ao movimento sedicioso, foi um passo. Feito, às escancarras, tendo apoio inicial da Força Policial Federal, sob o comando do então capitão Fernando Guapindaia de Souza Brejense, major Luiz Macário Pereira do Lago e do capitão Julio Francisco de Serpa, da Companhia Regional (todos pertencentes aos quadros do Exército Brasileiro) e de “todos os proprietários dirigidos pelo venerando Francisco Freire de Carvalho”, presidente da Associação Comercial do Alto Juruá (Costa, 1974, p. 164; Pessoa, 2007, p. 230).

O próprio prefeito nomeado, mas que formalmente só existiu no papel, diante de sua rejeição e do clima hostil a ele, embarcou, de imediato, para o Rio de Janeiro. No entanto, segundo Craveiro Costa, exatamente por essa impossibilidade de resistir com sucesso à sublevação, este consentiu em retirar-se e até se comprometeu a defender, no Rio, a revolução, perante o governo federal. “Não houve, propriamente, uma deposição do delegado da União no departamento, porque essa autoridade acabara conivente com sublevação” (Costa, 1974, p. 164).

Tentando uma conciliação e ganhar apoio político do Departamento do Alto Purus, a junta governativa do Partido Autonomista do Alto Juruá (PAJ) propôs nomear Sena Madureira capital do “Estado do Acre” e aclamar provisoria-

mente o bravo, honrado, chefe acreano, o coronel Antônio Augusto de Alencar (então prefeito do Alto Acre), para quem o movimento libertador do Acre deve magnos serviços, conforme escreveram, para governador do aludido Estado. Sujeitava-se esta resolução à aprovação pelos Departamentos do Acre e Purus (Costa, 1974, p. 165).

O Cel. Antônio Antunes Alencar foi um acreano histórico que havia lutado no rio Acre ao lado de Joaquim Vitor, Rodrigo de Carvalho e Plácido, na guerra do Acre. Ao aclamá-lo governador, um ex-revolucionário, como o designavam os autonomistas do Juruá, esperavam obter o apoio dos seringais e núcleos urbanos do Alto Acre, o mais rico e desenvolvido dos três departamentos, e tentando unir toda sociedade acreana no intuito da conquista da autonomia estadual, cuja emancipação era o ideal de Plácido de Castro.

Essa junta governativa se comprometeu, também, além de respeitar as propriedades, direitos adquiridos e as leis vigentes no país, de manter a ordem pública e os serviços públicos, a impedir a saída da borracha do Departamento, para que o governo federal não continuasse a arrecadar o extorsivo imposto que onerava a produção. Esses itens constavam no Manifesto Autonomista, datado de 1º de junho de 1910. Terminando com apelos patrióticos de “Viva o Estado do Acre”, “Viva o altivo povo do Juruá”, é que todas as resoluções seriam tomadas no interesse coletivo. Este documento, de 1º de junho de 1910, data que se tem como o início do Movimento Autonomista, foi assinado por Francisco Freire de Carvalho, Francisco de Aquino, Luiz Macário Pereira do Lago, Mâncio Lima, Absolon de Souza Moreira, João Bussons, Ernesto L. de Almeida, João Craveiro Costa, Bráulio Firmo de Moura, Manoel Ramalho, Manoel Braz de Melo, Francisco Carlos de Oliveira, João Ribeiro Brasil Montenegro, João Batista de Oliveira Maia, Francisco Riquet, José de Vasconcelos Pessoa (Costa, 1974, p. 165-166).

Na mesma data de 1º de junho de 1910, através de documento assinado por Francisco Freire de Carvalho, João Bussons e Mâncio Lima, a junta governativa dirigiu-se ao país com o Manifesto Autonomista, com o objetivo de explicar a atitude dos acreanos do Juruá, conforme fragmentos de Craveiro Costa que ora transcrevemos:

É conhecido do país inteiro a situação humilhante e excepcional que o poder legislativo entendeu de criar para os brasileiros que habitam o Acre (...) banidos da constituição; relegados ao tempo da tredda justiça d'El-Rei; considerados incapazes de intervir em nos negócios nacionais; exilados dentro da pátria; carecidos de tudo os acreanos (...) vêem o produto do imposto que pagam – o mais exorbitante do mundo inteiro – aplicar-se em serviços

que não lhes aproveitam, em melhoramentos que não lhes beneficiam, em prazeres de que não gozam, em suntuosidade, que nem sequer imaginam. (...) Se todos os brasileiros são iguais perante a lei, não deve haver exceção para os 120.000 homens que habitam as terras acreanas (...) e se o governo, cerrando os ouvidos ao julgamento nacional pretender impedir esse grande movimento de liberdade, que sobre ele recaia a responsabilidade do que acontecer; que o sangue que se derramar fique como um estigma eterno na história da nossa nacionalidade (Costa, 1974, p. 169).

Porém, o movimento cruzeirense, desde o início, segundo Silva, se caracterizou como natimorto e, mesmo assim, levaram adiante, isto porque, quando o coronel Antunes de Alencar foi proposto governador, encontrava-se em Manaus, em viagem para o Rio de Janeiro, e ficou surpreso com a possibilidade de assumir a cadeira que lhe ofereceram, preferindo ficar ao largo do movimento juruaense. Também não houve o apoio dos dois outros departamentos co-irmãos ao levante e, sem ele, era impossível lograr êxito nos intentos autonomistas (Silva, 2012, p. 58).

Em carta do coronel Antunes de Alencar aos seus heróicos amigos do Juruá, em 17 de junho, se corrobora a tese da não colaboração do Purus, já que “trabalhado por uma baixíssima politicagem desertara da nossa causa, publicando um manifesto contrário a toda ideia de autonomia imediata”. Voltar ao Acre, para lá secundar o movimento do Juruá “seria perigoso” e, nessa emergência, “aproveitando a vantagem que nos garantia a soberba atitude em que vocês se acham”, dizia, a ameaçar o governo para pedir concessões (Costa, 1974, p. 170).

O que vinha acontecendo, nesse meio tempo, além das intensas negociações entre os políticos dos Departamentos acreanos, durante os três meses que o levante durou, foram as enormes preocupações que os comerciantes de Manaus e Belém manifestavam na proibição que a Junta Revolucionária decretou sobre a interrupção da borracha, dos seringueiros acreanos para aquelas praças. Apresenta-se aí um enorme golpe ao sistema de aviamento, que tinha a borracha como elemento principal. Daí a se mostrarem contra o movimento foi um passo. Moveiram-se no sentido de uma conciliação, uma vez que:

ao comércio pouco se lhe dava dos direitos políticos dos acreanos, desde que a borracha lhe chegasse regularmente, garantindo os aviamentos periódicos. O emissário do Juruá, Sr. João Bussons, fraternizou com o comércio, o comércio fraternizou com o governador aclamado (Cel. Antunes Alencar) e o comércio passou a custear largamente as embaixadas de conciliação aos Departamentos. Era o primeiro golpe. Os panos mornos de um acordo foram estendidos sobre o movimento revolucionário (Costa, 1974, p. 170).

Por isso, na mesma carta do Cel. Alencar aos heróis amigos do Juruá, em que escreveu dizendo que não podia contar com o Purus, como vimos, esse se propõe a estruturar base de uma nova organização para o Acre, que foi solicitada com ajuda do Sr. João Cordeiro (ex-prefeito), que se encontrava em Manaus e, com o aval do presidente Nilo Peçanha, quando criaram duas prefeituras, uma em Rio Branco e outra em Cruzeiro do Sul, semelhantes ao Distrito Federal, com autonomia para cobrarem apenas os direitos de exportação da borracha, reduzidos a 15%, sendo 30 para a União e 70% para as duas prefeituras, na proporção de suas exportações. Esse regime administrativo duraria cinco anos, quando, então, o Congresso Nacional decretaria a autonomia do Território. Descartava-se do Juruá o Sr. Alencar (Costa, 1974, p. 170). Segundo Neves:

O Cel. Antônio Antunes de Alencar, governador aclamado, tratou de isolar o Juruá fornecendo informações desencontradas sobre uma possível resistência do Purus em aderir ao golpe e sobre a inviabilidade de contarem com o Alto Acre. Ao mesmo tempo tentava costurar junto ao governo federal um acordo que terminasse o conflito e levantasse o bloqueio da borracha que tanto desagradava aos poderosos aviadores e exportadores. A traição tinha se infiltrado no movimento, sem que se dessem conta os revoltosos do Juruá (Neves, 2018, p. 78).

Todavia, a questão da preocupação, advinda das praças de Belém e Manaus, quanto ao envio da borracha, também vinha das hostes internas, como a manifestação contra o movimento. Foi o caso de um conhecido comerciante e seringalista da época, chamado Gentil Norberto, residente no Alto Acre (engenheiro pelo governo do Amazonas, que veio para o Acre em 1900, combater os bolivianos), que, em telegrama ao Cel. Alencar, datado de 15 de junho de 1910, dizia o seguinte: “nem um compromisso temos com Juruá. Quando lutávamos pela reivindicação do Acre nunca de lá recebemos a mais insignificante prova de simpatia. Posso afirmar-lhe que os desejos dos juruaenses são proclamar um Estado constituído só pelo Juruá”. Segundo Craveiro Costa, terminava a picuinha inexata e ardilosa: “a revolução visa escangalhar o fabrico e dar enorme prejuízo às praças de Pará e Manaus” (Costa, 1974, p. 174).

Não obstante, o governo federal estava muito preocupado com os acontecimentos, tendo em vista o levante do Juruá ter tido larga repercussão, por meio de jornais e perante o próprio governo, resolvendo, dessa forma, enviar a Manaus um telegrama, datado de 13 de julho, através do Presidente da República, Nilo Peçanha, e endereçado ao prefeito destituído do cargo – Cel. João Cordeiro, respondendo a ele que já havia justificado o que se passava, com o seguinte teor:

Rio 13 – coronel João Cordeiro – Manaus – lamento acontecimentos narados em vosso telegrama, tanto mais inesperados quanto o governo está empenhado pela decretação da lei, já em andamento, consignando medidas garantidoras dos direitos e interesses do povo acreano. O governo da República está disposto a agir resolutamente no sentido de fazer respeitar a autoridade federal e manter as leis vigentes naquele território. Convém aconselhar nossos compatriotas dali, cessarem movimento insurrecional com o qual o governo não transigirá, e aguardarem pacificamente a votação da lei pelo congresso e confiarem na ação liberal do governo – Nilo Peçanha (Costa, 1974, p. 171).

Em resposta ao governo, o Sr. João Cordeiro lamentava os acontecimentos no Juruá, disse que aconselhava aos compatriotas calma e prudência e que estava certo quanto ao restabelecimento da ordem no Cruzeiro do Sul e ainda que evitariam novas conflagrações no Purus e Acre, que Antunes Alencar e seus amigos estavam bem-intencionados,

e o comércio desejoso de que cesse o movimento a fim de não perturbar a safra, confiando porém que o governo não agravará a situação... Que a remessa de forças seria um dispêndio inútil e que deveriam resgatar as culpas porque, se libertamos o Acre da Bolívia, alegando que brasileiros viviam sob o jugo ferrenho e controlista da Bolívia... O regime que hoje impera no território é o pior do mundo. Pela miséria e desmantelo que presenciei em Cruzeiro do Sul, calculo o que será no Purus e Acre. Acreanos vivem pior do que os zulus da África. Penso devemos resgatar as nossas culpas, pondo já e já termo a essa situação (Costa, 1974, p. 172).

Quando o Sr. João Bussons, o emissário do Juruá, como vimos, voltou a Cruzeiro do Sul, levando a proposta de conciliação, costurada pelo Cel. Antônio Antunes, essa foi atentamente analisada pela junta governativa, que decidiu acatá-la, quando houve a discordância de alguns autonomistas de peso, como Mâncio Lima e Craveiro Costa, mas parecia bastante provável alcançar um acordo satisfatório (Neves, 2018, p. 78).

Toda essa questão estava em negociação e expectativa, inclusive com a deliberação de enviar, do Juruá ao Rio de Janeiro, uma comissão composta pelos senhores Craveiro Costa, Mâncio Lima e Francisco Riquet, para advogar os interesses regionais, junto ao governo federal, e pleitear a aprovação do projeto de lei e respectivas emendas de 1910 (o segundo projeto sobre a questão autonomista), do deputado Juliano Serpa, representante do governo federal para resolução amigável do conflito (Costa, 1974, p. 173).

Então, foi designado o emissário do governo nesse sentido. Juliano não chegou a ir ao Juruá, mas enviou aos insurretos um telegrama, através do Sr. Carlos Vasconcelos (este mesmo que havia sido enviado por ordem do Sr. Alencar,

de Manaus a Cruzeiro do Sul, para negociar e terminar o conflito, mas que havia fracassado), acordando, entre outras coisas, que desejava evitar efusão de sangue; convidando os acreanos a regressarem ao domínio da legalidade; que estava a obter do Congresso medidas favoráveis ao Acre, como a permanência do “Acreano” aí solicitada pela Associação Comercial, sendo prontamente atendido; que estava a escolher, entre os melhores elementos da região, o pessoal para todos os cargos públicos criados em seu projeto; as autoridades daí serão escolhidas entre os acreanos, com o que estão de acordo os chefes políticos de prestígio e o Presidente da República. O autor Costa observa que o governo federal desejava, claramente, um acordo com os revolucionários e que este seria um momento favorável para a autonomia (Costa, 1974, p. 173-174).

Contudo, na primeira semana de setembro, dia 7 de 1910, o movimento chegou ao fim antes de qualquer acordo, sufocado pelas tropas da Força Policial federal, comandada pelo capitão Guapindaia, que, no início, tinha dado apoio aos chamados autonomistas, quando atacou a guarda do movimento, que era composta somente por 30 homens. Após o combate, que durou a noite toda, o tiroteio foi interrompido pelo armistício dos revoltosos, terminando em uma morte e 10 feridos.

Duraram três meses, como assinalamos, esse levante, quando a força se sobrepôs ao consenso, e a fugaz autonomia, sem alicerces sólidos, ruiu ao primeiro confronto, segundo Silva, sob dois aspectos:

(...) o econômico, porque estava causando um enorme prejuízo ao comércio local e regional pela interrupção da comercialização da borracha e pelo aspecto político, causava intranquilidade ao Governo Federal, que não poderia acatar movimentos de cizânia que colocassem em xeque sua autoridade e o político administrativo que escolhera para o Acre (Silva, 2012, p. 59).

Não deixa de ser relevante, também, assinalarmos a visão por parte de Craiveiro Costa, quando este critica novamente o Sr. Alencar – como ele o chama – dizendo que este, em Manaus e em Belém, cuidou mais dos interesses dessas duas praças, do que correspondeu à grande prova de confiança, que acabava de receber do Juruá. E que, ainda, ele não foi exato nas suas informações relativas ao Purus, ou seja, que esse Departamento pouco se importava com a questão da autonomia. Houve, diz ele, um desinteresse dele desde o início do movimento (Costa, 1974, p. 173).

Desde que o prestigioso chefe acreano tergiversou, negociando acordos com o comércio, ao invés de ir para o Acre e lá secundar o movimento, a revolu-

ção do Juruá malograva. Cita-se também, a insídia do telegrama do Sr. Norberto, a par dos interesses comerciais, em ebulição, que teve uma influência decisiva no espírito do Sr. Antunes Alencar e que, daí, malogrrou-se a revolução iniciada oportunamente...

... e com a certeza de que o governo federal acabaria por aceitar o fato consumado, desde que o Acre e o Purus amparassem com a sua solidariedade e não haveria um tiro... Por fim, depois do esquecimento das promessas do governo federal por intermédio do deputado Juliano Serpa, cujo projeto ficou relegado às calendas gregas... (Costa, 1974, p. 174-175).

Diante do grau de tensão, instalado no Alto Juruá, o prefeito interino, Deocleciano Sousa, tentando dar alguma diretriz, assinalou que:

[...] é impossível, ao menos por enquanto, constituir-se em só um Estado o Território do Acre, sob uma única direção administrativa. Para resolver tão complexo problema, com verdadeira orientação e critério, caso estejam os poderes públicos propensos a declararem autônomo o Território do Acre, há dous caminhos a seguir. Entrar em accôrdo com o governo do Estado do Amazonas para uma permuta do Departamento do Alto Juruá por outra extensão territorial que o compense, banhada pelo rio Purús, com o que, naturalmente, não se conformarão os habitantes daquela região, ou crear pelo menos dous novos Estados, um abrangendo o Alto Acre e o Alto Purús e o outro formado pelo Alto Juruá. Sem autonomia é preferível conservar-se a organização actual, uma vez que disponham as prefeituras de rendas suficientes, para acorrer às despesas necessárias aos encargos nos Departamentos (Bezerra, 2016, p. 102).

Pouco tempo depois, outras revoltas organizadas aconteceram em defesa da autonomia. Em março de 1912, foi deflagrada a Revolta Armada Autonomista no Alto Purus, cuja sede era a cidade de Sena Madureira, para depor o prefeito departamental Tristão de Araripe. Cerca de 350 pessoas, segundo relato da época, se insurgiram, incendiaram a prefeitura, depuseram o prefeito e proclamaram o Estado Livre do Acre. Todo o apoio logístico desse conflito, contra a municipalidade, foi deflagrado, segundo Silva (2012), pelos “coronéis” e homens de poder da localidade. O movimento foi logo sufocado, quando a cidade foi bombardeada pelas tropas federais e os insurretos foram obrigados a se refugiarem no seringal Oriente: “esse embate terminou com dois soldados mortos, um tenente e nove soldados feridos” (Barros, 1981, p. 71). Em agosto de 1918, no Departamento do Alto Acre, aconteceriam manifestações similares e, mais uma vez, foram fracassadas as aspirações autonomistas.

De nada adiantou os conflitos e resistências, isoladas e esparsas, visto que, como ficou claro, não havia por parte do governo federal, das elites nacionais e da maioria dos membros do Congresso Nacional, nenhuma perspectiva quanto

à emancipação acreana. É o que nos esclarece Bezerra: para o Governo Federal, era necessário “domar a selva”, civilizá-la, para só, assim, conceder a autonomia. A emancipação era, portanto, vista como uma concessão e não como um direito pelas forças políticas conservadoras, autoritárias e centralizadoras da República brasileira (Bezerra, 2016, p. 80).

Nessa mesma perspectiva, se coloca a assertiva de governo de Gabino Besouro, que foi prefeito do Departamento do Alto Acre entre 1906-1910, quando em relatório apresentado ao excelentíssimo senhor ministro da justiça, Dr. Augusto Tavares de Lyra, em 1909, enfatizou que:

Embora não se cogite de dar ao Acre imediata autonomia, mas sendo ela uma aspiração nacional, desde que esteja em condições idênticas aos demais Estados da Federação, convém que aja o governo no sentido de prepará-lo o mais breve possível para dar aos seus habitantes a satisfação de poderem usar e gozar dos direitos políticos que são conferidos pela Constituição da República a todos os brasileiros (Bezerra, 2012, p. 103).

Achava, igualmente, e fazendo coro com o Governo Federal e seus representantes, que o Acre, com sua população, antes de pensar em autonomia, deveria passar por transformações, cujo viés era:

Radicar a população ao solo, estimulando a que se dedique à lavoura é o principal escopo para o desenvolvimento do Acre e o primeiro passo para sua autonomia. Sem população de vida sedentária fixa, que tome amor ao solo de onde tira os meios de subsistência e que se torne o berço dos seus filhos, fazendo o homem retirar da mente o pensamento de voltar à terra natal, nada se conseguirá de permanente, duradouro para elevação deste Território à altura dos demais Estados (Bezerra, 2012, p. 104).

Bezerra enfatiza, ainda, que esse olhar, construído sobre o Acre, de sua terra, sua gente, tinha como pressuposto uma mudança de mentalidade para a razão, para a ciência e para o progresso, condição *sine qua non* para que o processo de autonomia pudesse ser realizado nessa parte da Amazônia. Se os rumos seguissem nessa direção, negavam, no discurso e na prática, as reivindicações autonomistas dos grupos políticos regionais (Bezerra, 2012, p. 104).

O movimento Autonomista, segundo Carneiro, perdeu força entre o período de 1920 e 1930, em consequência da crise, que se abateu na economia gumífera, a qual, segundo os pesquisadores, começou em 1912, perdurando até 1913, quando a arrecadação fiscal perdeu sua potência. Os autonomistas, dessa vez, temiam que os repasses financeiros do Governo Federal diminuíssem e que não valeria mais lutar por um território que, com a crise, perdeu o seu potencial econômico (Carneiro, 2015, p. 50 *apud* SOUZA, p. 116). Cabe lembrar que o Ter-

ritório do Acre se tornou Estado no dia 15 de junho de 1962, através da Lei nº 4.070, assinada pelo então Presidente do Brasil, João Goulart.

IV

A CIDADE DA EMPREZA, O JORNAL *FOLHA DO ACRE* E UM MOVIMENTO CHAMADO AUTONOMISTA

Essa ênfase do movimento Autonomista, tal qual se expõe em suas agruras e dilemas, principalmente entre as elites locais e o Governo Federal, cuja visão de classe aparece nitidamente em suas perspectivas, praticamente em nada mudou a exploração do trabalhador seringueiro diante do sistema de avião e encontrou, nesse contexto, outro meio para alicerçar seus objetivos. Trata-se da fundação de um jornal denominado *Folha do Acre*, cuja primeira edição data de 14 de agosto de 1910, na cidade da Empreza, hoje cidade de Rio Branco, no Departamento do Alto Acre. Lançado em prol desse movimento, após somente dois meses da primeira revolta Autonomista, o poder local mostrou, através de suas matérias políticas, a importância de seu ponto de vista. Se os jornais são fundamentais para a constituição das comunidades imaginadas (Anderson, 2005 *apud* Carneiro, 2017, p. 129), no caso do Acre esses órgãos de comunicação foram de grande importância para fomentar discursos favoráveis às várias causas que sustentavam, desde 1902, como, por exemplo, a “Revolução Acreana”. No caso do parte do movimento Autonomista, a *Folha do Acre* foi um de seus porta-vozes, como dissemos.

Vale ressaltar que, no início do século XX, o jornal impresso emergiu como um veículo importante de comunicação no cotidiano dos centros urbanos. Essa importância torna-se mais relevante quando se trata de uma localidade amazônica que, no início do referido século, se encontrava bastante isolada da capital da República. Este era o caso da cidade de Rio Branco que, apesar de seu isolamento, foi o *locus* ideal para o surgimento do jornal *Folha do Acre*, devido à sua importância econômica e política, principalmente para os autonomistas que ali viviam e trabalhavam. Nesse sentido, Park (1967, p. 24), referindo-se às relações do jornal com a cidade, nos diz que a urbe não é constituída unicamente por uma estrutura física, ordenada geograficamente, mas como “um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição”.

Não foi diferente com a Rio Branco que se revela nessa simbiose cidade-jornal, via *Folha do Acre* de 1910. Assim, passaremos a contextualizar a cidade de Rio Branco através de sua história, enfatizando vários aspectos relevantes que a edificaram e lhe deram sentido. Faremos isso também em relação ao jornal *Folha do Acre*, no ano mencionado, especialmente na questão autonomista.

Na primeira fase de evolução urbana daquela que posteriormente viria a chamar-se Rio Branco, as terras eram habitadas pelas nações indígenas Canamari e Manchineri, da família Aruaque. Os grupos tribais foram exterminados, dominados e sistematicamente expropriados de suas terras pelo processo de colonização, em diferentes fases, processo esse que não foi diferente do restante do Brasil, como se assinala no primeiro capítulo.

Localizada às margens do rio Acre, única via de acesso e transporte da região, Rio Branco nasceu das instalações de um seringal denominado Empreza e da Vila Volta da Empreza, em 1882, cuja sede deu origem ao desenvolvimento da cidade, sob a égide da economia da borracha, que estava em franca ascensão a nível mundial. A fundação do seringal Empreza deveu-se ao comerciante cearense Neutel Newton Maia, quando lá aportou em pleno território dos guerreiros índios Apurinã, tornando-se seu patrão seringalista, como nos diz Franca (2009):

o cearense Neutel Maia desmatou cerca de um hectare de terra e construiu um modesto quiosque de madeira, cobrindo-o de palhas de palmeira, à margem direita do rio Acre, mais tarde transformado em um grande armazém de madeira e zinco, edificado quase em frente à histórica “Gameleira” (Franca, 2009, p. 105).

Esse armazém – Casa Nemaia e Cia, um grande barracão com sede no seringal Empreza, datado talvez de 1884, atendia aos barcos a vapor e aos seringais do rio Acre, bem como ao comércio do gado importado da Bolívia, que abastecia a região, em cuja volta havia um pequeno núcleo com mais ou menos vinte pessoas assentadas, que se abrigavam em casas rústicas de madeira, construídas na clareira aberta, no seio da mata virgem e à sombra da árvore secular, denominada gamelreira, localizada na curva do rio Acre, foi o ponto onde se originou Rio Branco.

Essa população de Rio Branco, como também a do Território do Acre, em sua maioria nordestinos, em seus primórdios, vivia quase, em sua totalidade, da extração da borracha, dentro dos parâmetros que analisamos no primeiro capítulo. Portanto, uma atividade principal vigiadíssima pelos patrões, que impôs uma dispersão espacial em função da localização dos pés de *hevea* e em função da direção dos rios.

Porém, outras atividades eram realizadas nessas “colônias”, restritamente sem dúvida, pois toda a economia era voltada à produção da borracha, mas que elencavam o modo de vida da população, como a caça de animais silvestres, a comercialização de suas peles e pequenas lavouras muito escassas, sendo realizadas como subsistência. As atividades agropastoris eram irrelevantes. Quanto ao comércio, caracterizava-se pela importação maciça de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados e pela exportação da borracha, castanha, madeira, peles e couros silvestres que, embarcados em navios, singravam os rios até chegarem aos portos de Manaus e Belém, e, de lá, para o exterior (Franca, 2009, p. 105-106). Por isso, relembremos:

A célula da nossa economia é o seringal, onde a dispersão demográfica ocorre como consequência da dispersão florística da *Hevea* brasilienses. A não ser o pequeno núcleo de trabalhadores nucleados nas imediações das sedes dos seringais, a maior parte da massa operária é dispersa, vivendo as famílias de seringueiros distanciadas entre si, de 3 a 6 quilômetros, e afastadas das margens dos rios navegáveis, que são as vias naturais de comunicação, de 3 a 100 quilômetros, na grande maioria dos casos (Franca, 2009, p. 100).

Tal como outros seringais, que foram surgindo e se instalando ao longo do rio Acre, o que provocou um processo sistemático e contínuo de desmatamento de suas margens (Bezerra, 2018, p. 98), o seringal Empreza foi prosperando, tornando-se um povoado, o que significou, segundo Neves (2018), que muito cedo, esse seringal deixou de ser um espaço privado (de domínio exclusivo e particular de um seringalista), tendo se tornado um ambiente público, onde outros comerciantes e indivíduos também podiam atuar ou se fixar, mediante aquisição de

terreno. Por isso, Empreza se transformou na principal referência comercial do médio Acre.

Esse importante povoado, a contar de 1902, constituiu-se em sede da Revolução Acreana, por ser um ponto estratégico para o domínio da região, para onde afluíam todos os varadouros (caminhos) que vinham da Bolívia. Dois dos principais combates entre bolivianos e brasileiros ali aconteceram, além de ser o local onde Angelina Gonçalves, uma figura feminina importante, a partir de sua residência, enfrentou sozinha os oficiais bolivianos. Neves (2018) discorre sobre sua participação naquele episódio:

Quando logo após o primeiro combate da Empreza, vencido pelos soldados bolivianos, as casas do povoado foram invadidas na busca frenética pelos revolucionários fugidos, e, no lugar conhecido como Forte de Veneza, os soldados bolivianos entraram atirando e atingindo de morte um brasileiro que nada tinha a ver com a guerra que estava sendo travada, ao ver seu marido brutalmente assassinado, Angelina tomou a arma de um dos soldados e disparou contra eles, no exato momento que na casa o comandante boliviano Cel. Rojas, atingindo-o no ombro. Com seu chefe ferido os soldados voaram sobre Angelina querendo trucidá-la imediatamente. Ao que se ouviu a voz do comandante que ordenava: “libertem-na. Mulheres assim não se matam. Se o exército acreano tiver dez homens tão corajosos como essa mulher, já perdemos a guerra” (Neves, 2018, p. 84).

Assim, em 1903, instalou-se nesse referido local um contingente do Exército brasileiro, que vinha promover a ocupação militar do Acre (Franca, 2009, p. 110).

Com a divisão territorial de 1904, o pequeno povoado Empreza, como parte integrante do Departamento do Alto Acre, foi elevado à categoria de Vila, em 22 de agosto, com a denominação de Volta da Empreza, sendo designada a sediar o novo organismo. O primeiro prefeito desse Departamento foi o coronel Rafael da Cunha Matos, de cuja autoria foi o ato oficial que a emancipou para a categoria de Vila. Foi também ele que instalou a prefeitura, a delegacia de polícia e a primeira escola primária (Bezerra *et al.*, 1993, p. 21).

No mesmo ano, em 7 de setembro de 1904, ocorreu a elevação da Vila à Cidade e, em 1908, efetivou-se também a criação da Comarca do Alto Acre, que teve sua sede provisória instalada na cidade de Empreza, na margem direita do rio Acre. Em 1909, teve seu nome mudado para Vila Penápolis, quando da transferência da sede para a margem esquerda do rio. O nome escolhido foi dado em homenagem ao presidente da república Afonso Pena, em exercício nesse dito ano.

E, em 1912, definitivamente, em uma homenagem às ações do Barão do Rio Branco – Juca Paranhos – assinante do Tratado de Petrópolis, a cidade teve seu nome modificado para Rio Branco. Nesse mesmo ano, em razão da nova organização dada ao Território, passou Rio Branco à categoria de município e, em 1920, com a extinção dos Departamentos e a unificação dos municípios em torno de um governo central, Rio Branco foi escolhida para ser a capital do Acre-Território, permanecendo, dessa maneira, com a elevação do Acre a Estado, em 1962 (Bezerra *et al.*, 1993).

Em seu início, a cidade de Rio Branco, capital do Acre, o mais antigo dos territórios federais da Amazônia Ocidental, era dividida em dois núcleos populacionais, separados pelo rio Acre, chamados de Empreza e Penápolis. A escolha da localização deu-se espontaneamente, a partir da fundação do seringal Empresa e da Vila Volta da Empreza, em 1882, como observamos, cuja sede deu origem ao desenvolvimento da cidade.

Do lado direito da margem do rio Acre, situava-se Empreza, portanto, berço da cidade, conhecida, atualmente, como o Segundo Distrito. Era nesse local, segundo Costa Sobrinho (1992, p. 94), que, ao longo do tempo, se localizaram o comércio mais tradicional, os hotéis, o porto, o núcleo residencial maior dos empresários e também de trabalhadores. Esse período é chamado de primeiro, na urbanização da cidade de Rio Branco. Seu povoamento se deu ao longo do rio Acre, com as suas ruas irregulares.

Segundo Franca (2009, p. 110), o início desse comércio mais tradicional, que caracterizou o Segundo Distrito – lado direito do rio Acre – se deu quando, em 1903, nesse local, se instalou o 15º Batalhão de Infantaria, comandado pelo general Olímpio da Silveira, então governador militar do Acre setentrional, surgindo, conseqüentemente, um grande número de bodegas, ou seja, a criação de várias casas de comércio, as quais vendiam “de tudo, um pouco”, proporcionando um incremento comercial e, por conta disso, uma aceleração na apropriação das áreas.

Portanto, essa paisagem urbana inicial foi constituída com suas ruas de traçados irregulares e obras de madeira, cobertas com folhas de palmeiras, ouricuri, jaci, jarina e ubim – palmeiras predominantes na área, como também edificações cobertas de zinco e cavaco. Franca também nos evidencia que:

Por um aspecto estratégico de defesa nacional o exército brasileiro, sob o comando do general Olímpio da Silveira, optou por estabelecer-se nos seringais fundados por Neutel Maia. Este fato mudou o ritmo da população,

infundindo um novo parâmetro alimentador e transformador do ritmo pacato que até então tinha, conseqüentemente, houve uma aceleração nas atividades sócio-urbanas, contrapondo-se ao isolamento do seringal (Franca, 2009, p. 132).

Também, em 1904, na povoação de Volta da Empresa, foi instalada a prefeitura do Departamento do Alto Acre (18 de agosto do referido ano). Com o passar do tempo, o comércio se ampliou, fazendo, do lado direito do rio Acre, o seu centro. Muito desse incremento do comércio, na margem direita, deveu-se à chegada de imigrantes portugueses, sírios e libaneses ao Acre, nos anos finais do século XIX, onde atuaram mais especificamente no ramo comercial.

No que tange aos sírios e libaneses, nesses tempos eles eram chamados impropriamente de turcos ou “turcaiaada”, designados dessa maneira, devido ao domínio da Turquia, até o final da Primeira Guerra Mundial, sobre a região hoje ocupada pelos Estados da Síria e do Líbano. Em sua quase totalidade, eram cristãos maronitas¹⁶. Esses imigrantes tiveram bastante destaque, isto porque praticamente foram os monopolizadores do comércio, através de seus barracões construídos à margem do rio Acre (Bezerra, 2018, p. 98).

Além de terem sido proprietários de casas comerciais de grande projeção na cidade Empresa, atual Segundo Distrito, de terem marcado, portanto, sua geografia social, chegando a esse local, em seus primórdios, a ser conhecido popularmente como bairro Beiruth ou a “Beiruth de antigamente”, onde existia o Hotel Libanês, foram também arrendatários ou donos de seringais. O capital acumulado para essas atividades, de onde se iniciou seus patrimônios, teve como ponto de partida o comércio/regatões, que percorriam os rios, abastecendo os seringais. Apresentamos o depoimento de Alegria Abadala Isper, que nos dá uma dimensão dessa saga:

Aí começamos a lutar aquela vida de regatão; de princípio, nota-se que o pai deste era um homem, uma das maiores fortunas de Manaus, do Amazonas, mas ele queria tentar a vida só. Aí nós viemos e fizemos o caminho; foi devagar; naufragamos diversas vezes, olha aqui, foi no naufrágio, e trabalhamos em tudo. Carregava castanha, carregava tudo, não tínhamos residência, nós morávamos dentro do mato mesmo. E fomos lutando e, com ajuda de Deus, fomos vencendo. Nós morávamos nos matos, que não tinha banheiro, privada, nem parede. Era assim, à noite a gente arriava e cada qual botava a sua rede, com seu mosqueteiro e dormia, mas éramos felizes. (...) compramos uma baleeira, depois uma baleeira maior (...) Depois começamos a fixar residência. Nessa época já tinha gerente que viajava, que trazia. Nessa altura, já tínhamos diversos seringais e os seringais nos abasteciam. Ele (seringal) nos dava o produto para carregar (Bezerra, 2006, p. 95).

16 Tradicional no Líbano, a Igreja Maronita possui ritual próprio, diferente do rito latino conhecido pelos católicos ocidentais.

Em outro depoimento, Emílio Assmar, oriundo de uma família libanesa tradicional no Acre, observa, igualmente, a relação de seu antepassado com o comércio/regatão:

Meu avô, Domingos Assmar, naturalmente Abdalla Assmar, ele chegou no Acre nas águas de um, permaneceu até as águas de quatro. Eu lhe digo águas porque eles chegavam no fim do ano e sem precisar muito a data e retornavam no início do ano, no fim das águas. Meu avô veio com o regatão, imigrou com toda a família para o Brasil, na época do domínio francês no Líbano, já que eles eram cristãos maronitas (Bezerra, 2018, p. 129).

O autor do relato segue inclusive trazendo observações sobre Plácido de Castro, baseado nesse seu antepassado (avô), que teve convivência com ele, na época da luta para a anexação do Acre ao território nacional. Outros imigrantes sírios e libaneses talvez participaram desse momento:

[...] E o Plácido de Castro que já era caudilho, ele é um grande caudilho, e despojado de qualquer princípio patriótico, me perdoe de investir contra o mito. Ele tinha apenas o aspecto da mercantilização e do proveito próprio segundo meu avô, que conviveu com Plácido de Castro, ele não foi contratado. Ele realmente veio ao Acre num espírito aventureiro, junto com os cearenses, porque ele tinha sido expatriado do Exército Nacional no Pará e ele desceu com os cearenses. Aqui, ele tinha uma formação militar melhor e consequentemente também preparo, digamos, um conjunto melhor de informações. Ascendeu a uma liderança. Ele foi uma liderança natural, em cima, evidentemente, dos interesses dos grandes atacadistas de Manaus e Belém [...] (Bezerra, 2018, p. 129).

Ressalta-nos, aos olhos, a presença síria e libanesa em momentos importantes da história acreana, bem como suas presenças no Segundo Distrito, fato que, em outro depoimento, do Sr. Said Manasfi, é reafirmado, mas também são lembrados outros imigrantes que, nesse local, viveram e trabalharam:

Meu avô chamava-se Abdon Manasfi e veio ao Acre sozinho. Era solteiro. Aqui chegando casou-se com Maria de Nazaré Manasfi, cearense. A primeira casa que nós moramos. Foi ele quem construiu o Casarão. Naquele tempo, na cidade de Rio Branco só existia o Segundo Distrito, que era ocupado por comerciantes libaneses. Nesse comércio libanês tinha Aguilene Esteves, que era espanhol e dono do hotel Madrid, tinha o Manoel Rodrigues, português, o resto era tudo árabe. Aqui no campo do Colégio das Irmãs tinha o Aziz Abucater e o Tufic Ayache, irmão do Assem Ayache, compreendeu, e assim por diante. Ali onde é hoje o prédio dos Ribeiros ficava o armazém do primeiro pioneiro do Acre, era o armazém do Neutel Maia (Bezerra, 2018, p. 132).

Quanto ao hotel Madrid, do português Manoel Rodrigues, já mencionado em depoimento, era onde funcionava uma sorveteria e o jogo de bilhar, além de ser espaço para promoção de algumas festas populares, que eram alternativas de lazer na época. Esses eventos eram anunciados no primeiro número do jornal

autonomista, *Folha do Acre*, de 1910. Evidenciava-se, já nesse momento, a importância de se publicar em um veículo de comunicação, que ansiava pela autonomia acreana, dirigindo-se para um determinado público e manifestando a presença dos imigrantes comerciantes, no contexto ainda da cidade Empreza.

Verifica-se, esse aspecto da imigração, igualmente nas recordações do Sr. Said Manasfi, quanto ao hotel Madrid, e em relação a outros lugares de memórias, enfatizando a presença dos imigrantes:

O Cine Teatro Recreio naquela época, era de um espanhol. Era particular e era mudo, então a gente chamava o poeira. As pessoas chamavam assim, o poeira. Só passava filme aos domingos. Domingo à tarde era para a garotada e à noite passava para os adultos. Logo depois vinha o hotel Madrid, depois vinha o consultório do Dr. Alberto Maritan, um sergipano que passou muitos anos no Acre, o resto era só libanês até a descida da ponte metálica. No meio deles só tinha o Manoel Rodrigues que era espanhol. O resto tudo era turco, era um comércio de turco. Ali na cabeça da ponte metálica, tinha a loja do Almeida, que era um libanês. Agora ali onde é hoje o Cine Rio Branco, ali era mercearia (Bezerra, 2018, p. 134).

Na maioria das vezes, portanto, esses imigrantes, em especial os sírios e libaneses, integraram-se ao sistema econômico de exploração da borracha na condição dos que mandavam, seringalistas, patrões, comerciantes, marreteiros, os quais habitavam os seringais, trazendo mercadorias das praças de Belém e Manaus e abastecendo as casas comerciais na cidade Empreza. Alguns, como vimos, possuindo os seus próprios navios, que viajavam pelo rio Acre e aportavam na cidade.

Esses navios atracavam nas rampas e escadarias, localizadas nos barrancos do rio Acre, com a finalidade de facilitar os acessos, devido à topografia ondulada, causada pela erosão e escoamento dos lençóis superficiais (Franca, 2009, p. 108). Outras embarcações, vindas das praças de Belém e Manaus, com suas mercadorias, para abastecer as casas comerciais da cidade, ao longo do tempo, aportavam da mesma forma, ficando ancoradas nas bordas do rio Acre, dando, com suas presenças, um diferencial na paisagem. O depoimento de Ana Carneiro Paes (Bezerra, 2018, p. 149) fornece uma noção sobre essa paisagem, embora se refira a um tempo menos remoto:

As coisas todas vinham de embarcação. Todo mundo pedia lá de Belém. Sempre vinham móveis de Belém. A gente comprava de Belém. Aqui as pessoas pediam o que era da moda, o que se usava de móveis. Móveis, louças, eletrodomésticos, naquele tempo não tinha geladeira à energia não. Geladeira só nos anos 50. Tinha geladeira a querosene, mas nos anos 50, a cidade tinha luz, mas era muito fraca. À noite, a luz apagava às nove horas, onze horas da noite, os motores eram todos embrulhados [...]. Tinha dois motores

na usina aqui desse lado [2º Distrito], a usina era desse lado, que fornecia luz. Uma fornecia luz para o outro lado, e o outro fornecia luz para este lado. Agora eram dois motores, quando quebrava o daqui, aí botavam o nosso pra funcionar pra lá e nós ficávamos no escuro. Ficávamos no escuro um mês, dois, três [...].

A chegada das embarcações foi, por muito tempo, um acontecimento festivo nessas plagas, pois os seus moradores as aguardavam, com muita ansiedade, para ter, em mãos, os itens de consumo, que necessitavam, e para trocarem experiências através do contato com pessoas de fora, de outra realidade, que lhes era tão distante. Daí, que esses embarques e desembarques de pessoas e mercadorias se constituíram em práticas e hábitos culturais múltiplos, conforme nos diz Bezerra (2018):

[...] como receber parentes, amigos e autoridades, ter acesso a notícias vindas de outras regiões do Brasil e/ou do mundo através de jornais, revistas e livros previamente encomendados, os quais com os seus conteúdos influenciam ideias, costumes, hábitos alimentares e até a moda. Era o rio trazendo o desconhecido para a selva (Bezerra, 2018, p. 100).

Na cidade Empreza, então, as casas comerciais pertenciam fundamentalmente aos imigrantes de diversas nacionalidades, destacando-se primeiro, como estamos afirmando, as pertencentes aos sírios e libaneses e, em segundo, as pertencentes aos portugueses, bem como de proprietários de outras nacionalidades, para posteriormente passarem aos seus herdeiros. Essas casas comerciais realizavam indistintamente quase todo o comércio no varejo e no atacado. Este último era dirigido principalmente para o abastecimento dos seringalistas, enquanto que os habitantes da cidade eram abastecidos pelo varejo, sempre abastecidos pelas praças de Belém e Manaus, com vários tipos de produtos, que atendiam às necessidades de consumo, à época, tanto dos seringais quanto da população urbana. No sentido inverso, para essas praças se dirigia toda a produção da borracha e castanha.

São citadas como as casas comerciais mais antigas: Casa Assmar, Casa Farhat, Casa Arak, Casa Zeque, Casa Fecury, Casa Inglesa, Casa Aziz Abucater, O Ganha Pouco, Casa Natal, Casa Beiruth, Casas Baptista, Casa Araripe etc. Vale ressaltar que são os descendentes desses donos de casas comerciais que estão deixando suas entrevistas neste trabalho. Muitos foram donos de seringais, como Aziz Abucater, Francisco Paes, Salim Farhat, Magid Mastub, Ismael Beiruth, dentre outros (Bezerra *et al.*, 1993, p. 38).

O jornal autonomista *Folha do Acre*, no seu primeiro número de 1910, em página reservada para propagandas, faz constar, além dos hotéis da época, a casa

Comercial N. Maia e Cia. e a Casa Arak e Primo, esta última declarada na cidade Empreza. Também, nessa localidade, anunciavam seus produtos importados que vinham de Belém e Manaus, mas muitos com procedência europeia e norte-americana, que faziam o deleite dos mais abastados, a saber: queijos, biscoitos, bolachas, bacalhau norueguês, manteiga, charque, feijão, café, açúcar, bebidas finas, conservas. Outros itens de gêneros alimentícios, também consumidos, faziam parte das encomendas, como louças, tecidos finos, móveis, assim como telhas francesas etc. (Bezerra, 2018).

Os sírios e libaneses deixaram também na Empreza – Segundo Distrito – suas marcas na arquitetura, com os seus casarões de madeira, símbolo da opulência acumulada, tornando essa localidade como uma terra de promessa, que possuía traços étnicos diferenciados dos brasileiros, dando a visão de uma “torre de Babel” amazônica. Assim, era o dia-a-dia das casas de comércio, com falas emboladas, diversidade de crenças e valores etc. Segundo Bezerra (2018): “O Segundo Distrito era a cidade e a cidade era ‘os turcos’” (Bezerra, 2018, p. 133).

Porém, nesse local, ocorriam muitas inundações, devido ao baixo nível de suas terras em relação ao rio Acre, cujas águas transbordavam periodicamente, ocasionando enchentes e muitos transtornos, muitas vezes nas chamadas “culturas de praia”, pois suas margens, nessa primeira fase de urbanização, eram utilizadas para plantações de pequenas culturas. Por isso, as terras da margem esquerda do Rio, desde a conquista do Acre através da “Revolução Acreana”, por serem mais altas e não sujeitas a inundações, foram consideradas como ideais, as preferidas. Justamente este foi o motivo para que a margem esquerda, hoje conhecida como Primeiro Distrito, em 1909, fosse escolhida por Gabino Besouro, que se apossou das antigas terras do seringal Empresa e fundou a Vila Penápolis, em homenagem ao então Presidente Afonso Pena. Gabino Besouro, coronel da arma de engenharia, tornou-se Prefeito da Vila e a seguir iniciou uma divisão de lotes e arruamentos da futura cidade, que se tornaria Rio Branco. Os loteamentos foram sendo realizados às margens da estrada, em direção ao município de Sena Madureira, e às margens do Rio, cujo traçado até hoje permanece legível na malha atual (Franca, 2009, p. 111).

Mas, já em 1908, o prefeito Gabino Besouro havia fundado, em sua administração, uma Colônia Agrícola, com objetivo de abastecer a cidade, o que, de certa forma, amenizava a dieta da população mais pobre que não importava alimentos. Nessa localidade, eram produzidos feijão, macaxeira, arroz e frutas, porém esses itens não supriam as necessidades das pessoas a contento, mesmo

porque os lavradores, que tinham o título de “colonos”, não receberam nenhuma orientação técnica. Assim, facilmente as “Colônias Agrícolas” se tornaram fazendas. Com o passar do tempo, outras colônias agrícolas surgiram, mas passaram pelos mesmos problemas e, gradativamente, essas terras foram incorporadas ao perímetro urbano.

Esse período, em 1909, com a fundação da Vila Penápolis, é chamado de segunda fase da apropriação espacial, ou da evolução urbana de Rio Branco, que terminou em 1930, já que a primeira fase da evolução da cidade se deu a partir do surgimento do seringal Empresa, sobretudo na margem direita do rio Acre, como estamos analisando.

Por conta da preferência pela margem esquerda, as chamadas “terras altas”, além da sede do governo e de todos os órgãos da administração pública, foram instaladas, nessa área, as primeiras escolas, hospitais, igrejas, bancos, órgãos de comunicação, como o jornal autonomista *Folha do Acre*, em 1910, o mercado municipal, clubes de desportos e recreação etc. Essa preferência se acentuou a partir dos fins da Segunda Guerra Mundial, quando foi ocorrendo a transferência das casas de comércio do Segundo para o Primeiro Distrito, justamente porque, neste último, se concentraram os prédios destinados ao serviço público.

Ao longo do tempo, instalou-se, também, o Palácio do Governo, o Quartel da Guarda, a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a Câmara Municipal de Rio Branco, a Catedral Nossa Senhora de Nazaré e as casas comerciais mais importantes, fato que fez com que o Primeiro Distrito ganhasse um forte movimento social, comercial e militar, compartilhando seu desenvolvimento urbano com a “Revolução Acreana”, em num clima de influência militar e revolucionário, como nos indica Franca (2009, p. 112).

Construções em alvenaria eram raras até a década de 1920. Assinalemos que foi no ano de 1928 que se iniciaram oficialmente as construções em alvenaria, como o Palácio do Governo em estilo neoclássico, com detalhes otomanos; o Quartel da Guarda e o Mercado Público. Mas, até então, era a madeira o material mais utilizado, uma vez que era abundante na região e, portanto, tinha um custo mais barato do que tijolos, telhas e cimento etc., que eram importados de Manaus e Belém, inacessível para a maioria pobre da população (Nascimento e Simões, 2016, p. 159).

Desde então, com toda essa infraestrutura, essa parte da cidade apresentou uma expansão visível, com tendência a ser o local mais dinâmico, apesar da resis-

tência do lado direito do rio Acre (Segundo Distrito), que, até fins da década de 1940, abrigava o centro comercial mais importante, bem como a parte cultural da cidade. Foi somente a partir do término da Segunda Guerra Mundial que ocorreu a mais vertiginosa transferência de casas de comércio do Segundo Distrito, passando a se instalarem no Primeiro Distrito.

Até 1950, a cidade ainda mantinha a divisão funcional entre Penápolis e Empreza, embora já fosse visível o crescimento da primeira. Podemos afirmar, então, que, nos seus primeiros tempos, estabeleceu-se uma divisão entre Penápolis (centro político e administrativo) e Empreza (centro comercial). Hoje, o Primeiro Distrito – margem esquerda – supera em tudo o Segundo – margem direita –, ficando as lembranças de um passado próspero para alguns, com suas velhas construções de madeira e teto de zinco bastante íngremes e ao estilo sírio-libanês (Bezerra *et al.*, 1993, p. 31).

Nesses primórdios da cidade, que ora analisamos, não existia um sistema de transporte, significando que a população se deslocava a pé internamente. Daí a importância do rio Acre nesse contexto, pois, se o rio separava a cidade, também a unia, sendo o seu papel fundamental para a ligação entre o Segundo Distrito – gênese da cidade – e o Primeiro Distrito. Através das catraias (pequenas embarcações de madeira a remo), e seus condutores – os catraieiros ou canoieiros, como também eram chamados – realizava-se o transporte de pessoas e mercadorias entre as margens, ou seja, no vai-e-vem delas, que poderiam ser particulares ou da prefeitura, condução apelidada posteriormente de “jabuti” pela população – tal a sua morosidade, que gratuitamente os levava. Essa situação perdurou até a década de 1970, com a construção da primeira ponte, denominada Juscelino Kubitscheck.

Além dos catraieiros e canoieiros, outras categorias de trabalhadores, ao longo do tempo, asseguravam sua subsistência por meio do rio Acre, como: carregadores, estivadores, balseiros, construtores de catraias, remadores, lenhadores, pescadores, regatões, maquinistas, pessoas da Capitania de Porto e demais trabalhadores de batelões¹⁷. Existiam ainda os trabalhadores das “chatas”, embarcações a vapor, movidas por roda-à-popa, cujo nome vem pelo formato do seu casco (chato), desenho que lhe permitia melhor vencer os baixios e os paus nos altos rios da Amazônia; também havia os trabalhadores que conduziam as chatinhas, que era similar às chatas, porém menores (Bezerra, 2018, p. 99).

17 Barcaças impelidas a remo ou rebocadas ao costado das lanchas.

O depoimento de Ana Carneiro Paes, apesar de ser mais recente historicamente, nos oferece uma dimensão da importância e da convivência no dia-a-dia com o rio, na vida das pessoas:

Em Rio Branco não tinha transporte, não tinha as pontes, se atravessava na canoa. Os alunos para o Colégio, todo mundo trabalhava desse lado. Todo mundo atravessava, tinha uma canoa que atravessava de graça, que era da Prefeitura. Era o jabuti. Era maior que as outras e pegava mais gente. Era jabuti porque era vagaroso, e o que remava, remava com preguiça também, não é? As outras tinha que se pagar; quem era funcionário pagava por mês; tinha o canoeiro certo... Agora, essa da Prefeitura não pagava e aqueles funcionários de menos renda, então essas pessoas esperavam o jabuti e atravessavam no jabuti, mas os funcionários mais graduados pagavam o canoeiro, ou pagava por dia ou pagava por mês. Todo mundo era conhecido, todo mundo se conhecia. Hoje não se conhece ninguém (Bezerra, 2018, p. 147).

Neste outro depoimento, da mesma forma, Bezerra nos remete a essas circunstâncias:

As pessoas andavam a pé na cidade. O caminho era curto. A viagem mais longa que se fazia era da beira do rio até onde hoje é a Prefeitura. O resto para lá era campo de gado do seu Barros, um grande criador de gado que teve aqui. Ali tudo, aquelas terras era dele (Bezerra, 2018, p. 142).

É posto que, nesses idos tempos, não havia uma linha divisória nítida entre o urbano e o rural na pequena localidade, emergida de um seringal sob a égide da economia gumífera, em que se transformou a cidade de Rio Branco. Vivia-se, portanto, no ainda Território o tempo daquela economia com os seus contrastes sociais profundos, ditando o seu dia a dia, com o acentuado ritmo da natureza.

Tal e qual se observou sobre os contrastes dos hábitos culturais da cidade, que cresceu cercada por seringais, a qual segue diferenciada no tempo e espaço e em valores e concepções de mundo existentes para os seus habitantes, evidenciando, conforme o que estamos analisando, uma sociedade plural. Por isso, Bezerra enfatiza que em Rio Branco:

As camadas mais favorecidas, que em geral tinham acesso à informação – rádio, jornal, revista, teatro, cinema, viagens e outros – eram frequentadores de espaços sociais, como Tentamen, o Rio Branco Futebol Clube, ou criavam alternativas como piqueniques familiares, patrocinavam a criação de clubes amadores, que aos domingos realizavam as suas partidas, além das pescarias, caçadas, saraus e a organização de blocos carnavalescos que se apresentavam nos clubes. (...) Por outro lado, as camadas populares se divertiam através das festas decorrentes dos batizados, casamentos, da religiosidade popular, dos forrós realizados no âmbito da família, ou na Sborba, ou ainda, no caso dos homens, nas casas do prazer existentes na Seis de Agosto, no Papouco e no Quinze, além das pescarias, caçadas, banhos de igarapés... (Bezerra, 2018, p. 138).

Essas diferenças sociais fizeram parte integrante da formação sócio-histórica do Acre, evidenciada também no seu aspecto político através do autoritarismo local. Segundo Silva (2012 *apud* Souza, 2017, p. 117), o autoritarismo pode ser identificado no período que vai da constituição do Território Federal do Acre (1904) até que este se torne Estado (1962), afirmando que a base do autoritarismo se encontra nos processos de mando que o governo federal instituiu sob a justificativa de integrar a região à esfera nacional, antes politicamente inexistente para o Brasil. Esta é a fundamentação do autoritarismo no Acre, emanado ainda, segundo Silva (2012 *apud* Souza, 2017, p. 28), “a partir de vontades externas e sem ligação mais forte com o lugar em que elas se realizam”.

No entanto, para Sousa (2017, p. 117), a base do autoritarismo, no poder político burocrático acreano, foi constituída bem antes, fecundada que foi no próprio regime do seringal, no seringalismo, como ele define, ou seja, nas relações de mundo entre seringalista-patrão e seringueiro (ver Capítulo I), que, com o tempo, foi se fortalecendo sobremaneira, inclusive no período da “Revolução acreana”, que, em sua derradeira fase, tinha um militar de formação, Plácido de Castro, com rotinas disciplinares sob seu comando. Prossegue o autor dizendo que foram anos de investimento na subalternidade dos seringueiros já oriundos do contexto do coronelismo do sertão nordestino.

Mas os dois autores, Souza (2017) e Silva (2012), concordam que ao falarem sobre autoritarismo brasileiro, voltamos ao ângulo da colonialidade, instaurada na América Latina desde o século XVI. Por isso, comparam os poderes exercidos no Acre Território, entre 1904 e 1920, aos praticados no Brasil Colônia, quando afirmam:

...qualquer chefe do poder executivo parecia ter nas paragens acreanas um poder com qual ele se achava capaz de tudo. De acordo com o cronista da época, os prefeitos departamentais se assemelhavam aos donatários das Capitânicas, pois “enfeixavam em suas mãos poderes ditatoriais” (Silva, 2012 *apud* Souza, 2017, p. 118).

Tais poderes continuam, desde que o colonizador original semeou o modo operante do domínio e da exploração, que vem sendo produzido e renovado no tempo histórico (Souza, 2017, p. 118). Sendo assim, a realidade do Acre não diferia do contexto nacional quanto a domínio e exploração, evidentemente salvaguardada a sua própria identidade. Se os chamados “acreanos históricos” do movimento Autonomista reclamavam do governo federal pela nomeação de autoridades de outros Estados brasileiros ou dos aproveitadores recém-chegados, se exalavam grandes insatisfações sobre isso, até chegarem às vias de fato, pegando

em armas no ano de 1910 e cujos desdobramentos foram a criação dos “Partidos Autonomistas” e de jornais com o mesmo perfil, como a *Folha do Acre*, Silva (2012 *apud* Souza, 2017, p. 119), reforça sobre o autoritarismo local no ano tenso de 1910:

[...] o próprio movimento dos autonomistas era bastante restritivo e elitista, originado e conduzido por setores reduzidos e estabelecidos de alguma forma nas estruturas de poder (...) Era uma sociedade cindida em uma ampla base destituída dos instrumentos mais básicos da cidadania e, no vértice, uma espécie de aristocracia que tutelava e conduzia ao seu modo, o chamado interesse público, “geralmente conjugado com os particulares”.

Não por acaso, também se menciona os próprios “Partidos Autonomistas”, que foram criados nesse contexto do movimento Autonomista, nos Departamentos do Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus, tais como: Partido Autonomista do Alto Acre e do Alto Juruá; Partido Autonomista do Alto Purus (que lutava pela autonomia do Alto Purus em relação ao Alto Juruá); Partido Progressista (de Cruzeiro do Sul); Partido Republicano do Acre Federal no Alto Purus (fundado em 1917) e no Alto Acre (fundado em 1918); Partido Evolucionista em Rio Branco (fundado em 1921) e Partido Construtor Acreano (no Alto Juruá). Tratava-se de agremiações que se caracterizavam em torno de algo comum, eram elitistas, pois foram organizadas pelas elites dos respectivos locais (seringalistas, comerciantes, militares de alta patente); efêmeras e que não guardavam entre si programas e objetivos comuns, sendo que alguns deles possuíam seus próprios jornais (Costa, 1992, p. 47).

Além desses “Partidos Autonomistas”, Neves, em depoimento a Fernandes (2018, p. 29-30), acrescenta que realmente era muito difícil apontar as diferenças partidárias que dividiam a sociedade do Acre; e que, desde a criação do Território, há referências ao Partido Constructor (de situação), cujos correligionários eram chamados de “corocas” ou “urucubacas”, e os “legionários”, que formavam um bloco de oposição. Neves afirma que esses “partidos” eram somente agremiações da elite seringalista, as quais orbitavam em torno do poder local, sem nenhuma penetração junto a outros setores da população. Eles não tinham programas e nem faziam campanhas para filiações, mesmo porque, segundo o depoente, não existiam eleições no Território. Se havia uma instituição que tinha muita importância e representatividade bem maior do que todos esses “pretensos partidos”, era a Maçonaria, representada em Rio Branco pela Loja Maçônica “Igualdade Acreana” e “congregava todos os membros da elite rural e urbana, além de setores médios da sociedade. Fazia parte de seus quadros tanto os seringalistas, quanto grandes e médios comerciantes, além de militares e profissionais liberais”.

O que caracterizou o Acre Território nesse contexto da República oligárquica é que a classe dominante local, tal como os dirigentes que vinham de fora, não possuía compromisso político algum com os trabalhadores. Foi com violenta opressão, com o povo à margem das decisões, que foi montada uma estrutura administrativa. Pouco, ou quase nada, pode ser experimentado na prática de uma convivência partidária democrática, que permitisse a alternância de poder. Lembremo-nos que os dirigentes do Território acreano eram impostos de cima para baixo, alternadamente para implantar “a ordem da República oligárquica”, com alguns seringalistas e ex-revolucionários que, como suplentes, assumiam o poder e procuravam impor seus interesses em momentos de crise.

É notório que sempre foi acirrada a disputa pelo poder no Território, demonstrando uma instabilidade política profunda, tanto que, no espaço de oito anos (1904-1912), houve 15 diferentes prefeitos departamentais no Alto Acre e revoltas, como vimos, entre os nomeados de fora e os acreanos. Um dos momentos de auge nessas disputas, segundo Neves (*apud* Fernandes, 2018, p. 127), foi em relação aos “desentendimentos do prefeito Gabino Besouro com o Cel. Plácido de Castro, resultando na morte deste último”.

Portanto, os donos da economia local, esses rudes oligarcas a que se refere Calixto (1985, p. 179), “eram geralmente cooptados para servirem os governos enviados para a região, tanto assim que os intendentes municipais – governadores dos municípios – eram esses coronéis, brancos e truculentos, exploradores da força de trabalho no extrativismo”.

Prosseguindo em sua análise, Calixto (1985, p. 119) enfatiza, também, que no esforço de parte da classe dominante local, para promover a autonomia política do Acre, ou seja, via Movimentos Autonomistas iniciados em 1910, não consta nenhum envolvimento popular relevante, a não ser o posicionamento acirrado de homens letrados, que defendiam a tese da autonomia, através de pronunciamentos políticos proferidos a nível nacional e divulgados na imprensa. Imprensa esta controlada também pelo poder, existindo pouca liberdade de expressão e de associação.

Na singularidade da cidade de Rio Branco (na época, chamada Empreza) em sua própria origem, o jornal autonomista *Folha do Acre* de 1910 irá espelhar nessa parte do Território o poder local, exatamente nos moldes descritos anteriormente, ou seja, um jornal com palavras e imagens, que se impôs como uma força política para divulgar as ideias e defender os interesses dos grupos econô-

micos e comerciais, que apostaram nessas referidas plagas em busca do látex, a partir da segunda metade do século XIX.

Assmar (2007, p. 40) nos diz mais sobre esse aspecto: “se por um lado os jornais utilizam sua força para promover mudanças sociais, por outro, também se prestam a criar e aniquilar a opinião pública”. Por isso, afirma Ferreira (1970 *apud* Assmar, 2007, p. 485): “os jornais pensam para os que pensam e pelos que não pensam”. Assmar prossegue reafirmando que:

Assim, o surgimento da imprensa riobranquense está inserido em um contexto caracterizado pelo jogo do capitalismo internacional, que buscava, através do controle dos meios de comunicação, promover a fixação da força de trabalho na região. A trajetória da imprensa riobranquense confunde-se com a própria fundação desta sociedade, revelando uma relação intrínseca entre o contexto histórico e a produção discursiva do poder político-econômico. Sob a égide de uma linguagem sedutora que concomitantemente, oculta e revela seus objetivos conforme seus interesses, a produção jornalística em estudo tem como fim a perpetuação da classe dominante no poder através do imaginário social (Assmar, 2007, p. 40-41).

Por isso, Assmar esclarece que havia, por parte dos jornais de Rio Branco, matérias voltadas para o enaltecimento de princípios morais e cívicos, em que a classe elitista manifestava sua necessidade de controlar o imaginário social desde os tempos da ocupação do Território, necessidade justificada pelos jornais em conteúdos com forte caráter doutrinário, em uma linguagem rica em juízos de valor, por meio da exaltação dos fatos e personagens da história regional e local. Essa fase foi considerada a primeira da produção jornalística, entre 1908 e 1929, período coberto por textos persuasivos, repletos de mitificação dos heróis acreanos e da região, dos interesses da fixação da força de trabalho no Território. Dando sequência, a autora nos revela que havia uma recorrência das temáticas da mitificação dos heróis e da região, as quais eram reveladas nas notícias de comemorações das datas festivas, tanto locais quanto nacionais, e na ocasião de atos comemorativos, organizados pela administração dos Departamentos e posteriormente, do Território (Assmar, 2007, p. 44-46; 49).

Havia outros aspectos a serem analisados nessa primeira fase da imprensa rio-branquense (1900-1929), segundo ainda Assmar. Tratava-se da grande estrutura de marketing, que tinha por objetivo distanciar o sujeito de sua origem e condição histórica, isto porque os imigrantes, que ao Acre chegavam, em sua maioria nordestinos e sírio-libaneses, traziam consigo uma experiência do lugar de onde provinham. Através desse recurso, a classe dominante da época também tinha como objetivo unificar o imaginário social, fazendo com que o opressor e

o oprimido compartilhassem os mesmos ideais. Era assim, portanto, que a produção jornalística do início do século XX buscou, via mitificação dos heróis (referência exclusiva aos bravos que lutaram na Revolução Acreana) e da região (com um componente misterioso e exuberante), fixar a força de trabalho no Território, defendendo os interesses do capital monopolista internacional, da exportação e apropriação da matéria-prima (Assmar, 2007).

Explicando ainda sobre a mitificação dos heróis e da região, Assmar cita Marilena Chauí, quando esta afirma: “a imaginação cria imagens para o bem e o mal, o justo e o injusto, o puro e o impuro, o belo e o feio, o mortal e o imortal, o tempo e a natureza, pela referência às divindades e aos heróis criadores” (Chauí, 1997 *apud* Assmar, 2007, p. 50). Assmar pondera ainda que:

nesse sentido, a mitificação dos heróis e da região promove o marketing da região, distanciando o sujeito de sua realidade histórica. O mito, nesse contexto, funciona como modo de abstração dos sujeitos de sua condição real, constituindo-se, outrossim, em um processo metalinguístico de esvaziamento de seus significados, dos objetivos e de suas possibilidades. É interessante notar que os editoriais não fazem nenhuma referência ao regime de semi-escravidão que imperava nos seringais, apresentando a vida nesse ambiente como pacata e tranquila, sem aparentes conflitos entre as classes (Assmar, 2007, p. 50).

Para completar, esclarecendo que:

Além dos heróis revolucionários, os jornais preservam ao longo do tempo, a imagem mitificada da região como componente misterioso e exuberante do território brasileiro. Através da análise de alguns editoriais de temática geográfica e ecológica, percebe-se que o elemento humano perde importância para ceder lugar à grandiosidade da paisagem, descrita sempre em quadros majestosos com tal perfeição que se torna possível visualizar na leitura dos editoriais toda a exuberância da mata amazônica, assim como fizeram os primeiros ficcionistas amazônicos. ... Esta descrição espetaculizada da selva serve tanto para contextualizar os aspectos culturais da sociedade extrativista, quanto para ocultar a ambiência de miséria e dominação no sistema de aviação presente nos seringais (Assmar, 2007, p. 50-51).

Indo no mesmo sentido da análise de Assmar, ou seja, que os jornais do começo do século XX eram conservadores, Bonifácio (2007) nos diz que eles se pautavam por uma linguagem de jornalismo de caráter altamente moralizador e doutrinário; que os textos publicados naqueles periódicos eram de interesses políticos e ideológicos não apenas do Estado, mas também de outros grupos, como o comércio e grandes seringalistas; que as manchetes versavam com prioridade para propagandas sobre os coronéis da borracha, partidos políticos ou associações às quais os jornais eram subordinados, além da defesa da autonomia do Território; e que as notícias na capa do jornal eram de cunho político, além de infor-

mações diversas, como anúncios de utilidade pública, aniversários, o que viria a ser as colunas sociais, eventos culturais, textos literários, etc.

Quanto especificamente aos jornais rio-branquenses, Bonifácio (2007, p. 27) ressalta que a produção jornalística deles e as “lutas de forças políticas e ideológicas que a determinaram podem ser melhor compreendidas se considerarmos que o corpo de escritores dos jornais era composto, em sua maioria, por pessoas que exerciam funções junto ao aparelho estatal, além de representantes de partidos políticos, seringalistas e altos comerciantes da região”.

Calixto nos diz também que os jornais existiram em todos os municípios acreanos, porém, em nada os munícipes deles usufruíram, “pois não havia vinculação dos anseios populares e sim das minorias detentoras do poder político e econômico, quais sejam seringalistas, comerciantes, parlamentares e seus aliados influentes”; os artigos e editoriais refletiam as preocupações daquela elite, quando, por exemplo, defendiam a autonomia político-administrativa para o Acre, mas que por detrás daquela reivindicação havia grupos ávidos pelo poder, interesses não relacionados à sociedade local em seu conjunto; que solicitar “ao governo federal mais financiamento para os seringalistas representava anseio dessa classe patronal e não do seringueiro enquanto produtor direto”. Portanto, alguns jornais tinham existência curtíssima, posto que “uma vez atingidos ou não os objetivos dos grupos mantenedores, vinculando-os à opinião pública, os jornais encerravam suas atividades. Já nasciam sem vida, porque sem vida foram concebidos” (Calixto, 1985, p. 166-167).

Foram, então, três temáticas principais verificadas na primeira fase jornalística local (1900-1929), em que a primeira versava sobre a mitificação da região e seus heróis, propagandas dos coronéis, partidos políticos ou associações e defesa da autonomia do Território. Quanto à luta por disputa política é consenso também que a produção jornalística rio-branquense...

estava subordinada aos interesses tanto dos coronéis de barranco, quanto do governo, cuja ideologia expressa nos editoriais surgiu como um fator resultante do que se pode denominar micropoder regional. Tal fato comprova que os editoriais da primeira fase da imprensa local visavam à manutenção ou, antes, à pseudo-substituição de um sistema por outro similar, do “coronelismo” opressor para a “democracia”, proporcionada pela defesa da autonomia do território (Assmar, 2007, p. 56-57).

Constatamos também que a “democracia” citada, via autonomia do Território, clamada pelo movimento Autonomista em suas várias facetas, com o apoio de seus jornais, foi autoritária, no sentido de ser um movimento feito pelas elites.

A causa autonomista, segundo Carneiro, “era proporcionalmente divulgada pelos jornais locais como se fosse uma ‘revolução’. Os autonomistas prometiam levar adiante os ideais de Plácido de Castro [...] é bom lembrar que um dos principais grupos militares da ‘revolta autonomista dos 100 dias’, iniciada em Cruzeiro do Sul, pelos idos de junho de 1910, era designado de Batalhão Patriótico Plácido de Castro” (Carneiro, 2015, p. 46; 48).

Um desses jornais que se enquadrava naquela perspectiva, citado no contexto deste trabalho, foi o *Folha do Acre* de agosto de 1910, na então cidade da Empresa, e há apenas sete anos de anexação do Acre ao Brasil.

É sobre alguns de seus exemplares, principalmente daquele ano, que estamos nos reportando nesta análise.

Tal jornal surgiu, como vimos, no contexto do auge da luta autonomista e, como todos os jornais daquele período, como assinala Assmar, tinha uma...

excelente qualidade na editoração, apresentando bom acabamento e qualidade gráfica, sendo impresso em máquinas Marioni, surpreendentemente modernas para a época. Contudo, considerando a precariedade dos recursos tipográficos naquele momento, pode-se constatar que a imprensa riobranquense surgiu vencendo desafios que iam desde a dificuldade imposta pela confecção artesanal dos jornais até às sanções políticas, que muitas vezes, determinavam o caráter efêmero da produção jornalística (Assmar, 2007, p. 51-52).

A redação e oficinas do jornal *Folha do Acre* localizavam-se à Rua General Olímpio da Silveira, no Primeiro Distrito, e tinha como diretor Theophilo Maia, e como redator-secretário, Nelson Noronha. Era adquirido através de assinatura anual com o custo de 50\$000 e semestral a 30\$000. Em alguns exemplares, na primeira página à esquerda, lia-se – *Folha do Acre – Órgão dos interesses do povo* (propriedade de uma Associação). Sua periodicidade, no que tange ao ano 1910, era quinzenal, para mais ou para menos. O número total de páginas era geralmente de três a quatro folhas, dependendo da quantidade dos anunciantes, que faziam aumentar ou não a última página.

Seus anunciantes variavam entre: casas comerciais, hotéis, restaurantes, farmácias, médicos, dentistas, etc. Havia também, pequenas notícias de assuntos gerais, como policiais, fúnebres, escolares, financeiros, estatísticas, religiosos, sociais, etc., que permitiam contextualizar a dinâmica da cidade Empresa.

Folha do Acre era editado sob a responsabilidade do Partido Constructor Acreano, um daqueles “partidos” que surgiram no bojo daquele movimento Au-

tonomista. Sua linha editorial, segundo Assmar, voltava-se aos interesses do comércio, em oposição ao poder oficial (Assmar, 2007).

Porém, dentro das perspectivas que estamos analisando, é certo que o jornal *Folha do Acre* era dirigido por um seringalista – Cel. Antonio Antunes de Alencar, no ano em que foi editado.

Ele é considerado o primeiro prefeito de Tarauacá e foi um dos que lutaram no rio Acre, juntamente com Plácido de Castro e Joaquim Vitor e Rodrigues de Carvalho na “Revolução Acreana”, quando foi chefe de um batalhão chamado Acreano, composto por aproximadamente 360 homens. Foi também membro do Conselho Municipal de Xapuri (desfeito logo após Plácido de Castro tomar frente na Revolução), criado pelo intendente boliviano Joan de Dios Bulientes, com o intuito de pacificar e assim, ter domínio sobre o território acreano (O Estadão, 2010 *apud* Tarauacá Notícias, 2012).

Vimos também, ao longo deste trabalho, que o Cel. Antunes de Alencar, à época da revolta autonomista, foi aclamado governador provisório do “Estado do Acre”, pelo Partido Autonomista do Juruá (PAJ), justamente por causa do prestígio que tinha como ex-combatente na guerra do Acre. Vimos também sobre a sua controversa participação naquele episódio, quando este se mostrou pouco interessado em assumir a cadeira de governador e que daí à traição, segundo Neves, tinha se infiltrado no movimento. Antunes de Alencar tratou de isolar o Juruá, dizendo, naqueles momentos tensos, que não poderia contar com o Alto Purus e Alto Acre, numa possível resistência daquela luta.

Esteve hoje pela manhã em conferência com o sr. Francisco Sá, ministro da viação, o coronel Antunes de Alencar, recém chegado do Acre. Tendo partido do Acre antes do movimento há pouco ocorrido em Cruzeiro do Sul, no Juruá, e do qual se teve notícia depois da sua chegada a Manáus, o sr. Alencar disse que não é emissário dos revolucionários. Vem a esta capital como portador de uma representação pacífica que os brasileiros domiciliados no território do Acre, usando do direito constitucional de petição, dirigem aos poderes públicos, solicitando medidas que interessam o bem estar dos povos que habitam aquella região do Amazonas. O sr. Antunes de Alencar mandou emissários aos três departamentos do Acre, aconselhando os amigos a absterem-se de qualquer movimento e desacato ás leis e autoridades da União. Espera receber até 29 do corrente mez a noticia de estar restabelecida a ordem legal onde foi perturbada (O Estadão, 2010 *apud* Tarauacá Notícias, 2012).

Vemos revelada nesse artigo de outubro de 2010, a não incumbência pelo Cel. Antunes em ser emissário dos revolucionários quando de sua visita ao Rio de Janeiro, e solicitando medidas que trouxessem o bem estar dos habitantes e aconselhando a amigos que se abstivessem de movimento que desacatasse as leis

e as autoridades. Queria ele, então, nos parece, um desfecho pacífico, dentro da ordem no Juruá, o que não estancaria o fluxo da borracha para os poderosos aviadores e exportadores.

Tudo indica que foi também com essas perspectivas descritas acima que o Cel. Antunes de Alencar dirigiu o jornal *Folha do Acre*, no que tange ao movimento Autonomista, sob a responsabilidade do Partido Constructor, e que este possuía todas aquelas características já assinaladas pelos jornais municipais do começo do século XX.

Por isso, é interessante transcrevermos especialmente alguns editoriais e notícias daquele periódico de 1910, em totalidade ou fragmentos, no intuito de verificarmos em sua linha editorial conteúdos relacionados à autonomia do Acre, advindas das tensões naquele momento e que nos darão uma dimensão dos anseios daquele grupo, quanto ao destino desse território.

O primeiro editorial data de 14 de agosto de 1910. É um texto longo e seu título é *Acre-Brazil, Cidade da Empresa*, em que apresenta o jornal como um novo órgão da imprensa local, a quem se propõe e a quem se destina, quais suas aspirações. Exortou em seus primeiros parágrafos o povo acreano, a natureza da região, a perspectiva moral, que a todos emocionava e arrebatava.

Após essas considerações eloquentes, passou a descrever, em seus últimos parágrafos, as críticas quanto à situação em que se encontrava o Acre e acreanos naquela conjuntura, clamando por mudanças urgentes e falando sempre em nome do povo. Abaixo, esses trechos finais daquele primeiro editorial:

E é doloroso e pungente ver que um povo assim preparado para os mais altos desígnios e cuja dedicação e patriotismo o tenham afirmado tão brilhantemente, não só na luta da conquista que realizou contra as pretensões do estrangeiro que ambicionava o domínio dessas paragens tão caras, mas também que se encontra empenhado para o engrandecimento do solo querido que defendeu com o seu próprio sangue; é doloroso e compunge, dizíamos ver que esse povo seja atirado desapiadadamente ao ostracismo, ao abandono dos poderes públicos que o deviam auxiliar no seu louvável empenho secundando os deus e dando-lhe no conceito oficial do paiz o lugar de honra a eu pelos seus feitos gloriosos já fez jus no espírito de todos os bons patriotas. O que realmente têm feito em prol do Acre os poderes constituídos da República, desde que os acreanos lhe restituíram a sua soberania nesta opulenta e vasta região? (...) O Acre só o preocupa em relação ao que produz. As suas mais urgentes necessidades, o nosso commercio, a instrução dos nossos filhos, nada consegue despertar a sua atenção, sem embargo dos esforços nesse sentido empregados pela nossa dedicação. O povo acreano permanece sem direitos, sem garantias, sem meios de promover o preparo intelectual dos seus futuros cidadãos, sem incentivo e sem recursos para o levantamento de sua indústria e de sua lavoura. Manifestado sob um regimen

retrogrado e inconstitucional, podemos dizer, envergonhados embora, que a obra gigantesca do inolvidável Plácido de Castro libertou-nos da prezada tutela do estrangeiro, mas deixou-nos jungidos ao domínio oneroso e infrutífero da nossa própria pátria. Mas não foi esse o sonho do eminente patriota, não é a aspiração que nutre o nosso espírito. Amamos a nossa pátria, extremecemos-a, queremos-a grande e respital-a. Mas para isso queremos prestar-lhe não só o nosso recurso material mas também o nosso contingente moral e intelectual, queremos enfim, trabalhar como homens livres e nunca como uns escravizados de quem exige todo o trabalho, a quem se impõe todas as obrigações, mas a quem se não às prerrogativas e os direitos decorrentes do cumprimento dessas obrigações (Folha do Acre, Anno I – Número 1, 14 ago. 1910).

Em outro editorial do jornal *Folha do Acre*, de 21/08/1910, em sua primeira página, lemos um artigo de Euzébio de Queiroz¹⁸, magistrado e político, autor da lei em 1850, que leva o seu nome, determinando a proibição do tráfico negreiro no Brasil, o qual naquele momento participou da discussão no Congresso Nacional sobre a questão autonomista, quando a exalta e apoia, citando o Cel. Antunes Alencar como pessoa capacitada para dirigir os destinos do Acre. Apresentamos alguns trechos:

Assim também o sol, quando vai despontando no levante illumina com as primícias alviçareiras dos seus raios somente a grimpada das montanhas; d'ahi é que a luz vai se derramando pelas encostas, pelas quebradas, pelas planuras, até o Valle mais esconso. Essa lei de progredimento evolutivo manifesta-se com a mais eloquente precisão no tocante à questão da nossa autonomia. A despeito dos timoratos, dos descrentes, dos rotineiros, dos indiferentes e dos egoístas, o ideal autonomista nasceu, deitou raízes no coração dos acreanos, congregou num só pensamento, em torno de um mesmo chefe, os três departamentos, affirmou fora do Acre sua existência, e agora já não pára. A autonomia do Acre é, na verdade, uma ideia vencedora, que já não tarda a crystallizar-se em facto, que já não pode ser abalada pela ignorância, nem sufocada pelo egoísmo. (...) A autonomia do Acre é ainda mais feliz, já não encontra em seu advento obstáculos nem mesmo dessa ordem, pois, para a nossa honra e nossa glória, já não há escravocratas no Brasil. A nossa causa conta com o apoio do paiz inteiro, é hoje, sem exagero, uma expiração nacional. E qual o dever do governo brasileiro? Elle vai cumprir, assim prometeu um ministro de Estado, em nome do governo, ao illustre chefe do partido autonomista acreano, em; telegramas já hoje conhecidos de todo o Acre: - Promover perante o congresso a urgente decretação de uma organização que atualmente satisfaça as aspirações do povo acreano e reconhecer d'ora em diante a nossa política o valor que na verdade tem, pois está convencido de que, o novo partido, representado pelo exmo. sr. coronel Antunes Alencar, tem capacidade de dirigir os destinos desta terra. (...) O governo da República sabe perfeitamente que a vontade do povo não conhece diques (Folha do Acre, Anno I – Número 2, 21 ago. 1910).

18 O jornal publicou o artigo de Euzébio de Queiroz *in memoriam*.

Prosseguindo, na primeira página ainda e logo abaixo do texto de Euzébio de Queiroz, temos um artigo denominado *A nossa inauguração*, onde se exprime o contentamento em trazer ao público o jornal, bem como retrata o acolhimento do mesmo pelo povo acreano, representado ali pela cidade Empreza, que excedeu a expectativa:

Mais uma vez afirmou-se, assim, numa demonstração inequívoca, o ardor patriótico dos acreanos pela suas liberdades e pelo seu progresso, revelando-se também, não menos evidente, o grau de civilização que se impõe nesta terra considerada pelo os que não a conhecem, como uma região inhospita e inulta para onde só se vem arriscar a vida na aspereza de um clima desesperador e flagellante, pela fortuna que mana das seringueiras abundantes e ricas de seiva que avultam em nossas florestas. Não, o Acre já não é apenas o pomo dos aventureiros arrojados, a zona de clima mortífero, o ninho das especies venenosas, a malóca dos indios bravios. Aqui já ha uma sociedade de homens civilizados, de patriotas destemidos e abnegados que lutam pelo progresso para o engrandecimento da terra onde desenvolvem a sua actividade intelligente é proficua. E para provar o nosso asserto está abi a grandiosa manifestação que se fez em torno da inauguração deste jornal. O povo acreano, desmentindo as tradições equivocadas que lhe attribuem em pontos distantes, no paiz e no estrangeiro, acaba de dár o eloquente testemunho de que não ignóra o valor das conquistas da civilização, de que não é alheio aos triumphos do progresso, conhecendo que a imprensa, é o mais poderoso elemento para a realização dessas conquistas, para a consecução desses triumphos (Folha do Acre, Anno I – Número 2, 21 ago. 1910).

Também na primeira página do mesmo jornal, vemos um longo editorial, intitulado *A autonomia do Acre*, onde reiteram o clamor veemente ao poder central por justiça e liberdade, sempre em nome do povo:

O Acre O Acre atravessa incontestavelmente uma phase animadora de agitações progressistas. O nosso povo parece surgir duma longa noite de soffrimentos e sacrificios para um dia de fulgurantes reivindicações. (...)As contemporizações, suffocadas nas suas consequências retardatarias do progresso de nossa terra, são repellidas com a masculina energia de quem exige uma solução definitiva sobre os seus próprios, destinos infelicitados por uma situação duvidosa creada pelos que se não decidem a respeito por lhes convir essa duvida. Basta de promessas, não temos mais logar em nosso espirito para conter novas esperanranças. O que queremos agóra são factos, realidades/ e esse querer vehemente, positivo, está ali inequívocamente expresso, illudivelmente manifestado nos assomos de heroísmo dos nossos irmãos contra o pezo oneroso do regimem administrativo que nos opprime. Não, é de hoje que o governo da Republica tem ouvido os clamores dos nossos direitos conculcados, o brado da nossa revolta contra a sua indiferença no que diz respeito aos interesses acreanos. Como única resposta a os nossos reclamos os poderes, públicos, do alto da cathedra governamental, ou nos exclamam o eterno esperem! Ou os ameaçam com o terror vermelho de suas armas. Não estamos mais dispostos a acceitar quer uma, quer outra dás soluções que nos offerecem. E em nome nos brios ida nação, em nome do direito e da razão clamamos – Justiça! Justiça, sim, porque estamos sob o pezo duma iniquidade revoltante de que nos resulta essa energia que nos avigora

o animo para a lucta era que nos achamos empenhados. (...) O povo acreano está nestas condições. Opprimido nos seus direitos e na sua liberdade, tem procurado triumphar desta oppressão. (...) Refflectam bem os que estão á frente dos destinos da nação. Nada mais odioso do que uma lucta entre irmãos e nós não a deseiamos. Somos brasileiros, amantes de nossa patria, mas não prescindimos das nossas prerrogativas, desde que não nos furtamos também ao cumprimento dos deveres que nos ocorrem como cidadãos dessa grande patria amada e livre. Ás nossas exigências estão na razão das obrigações que nos reconhecemos. (...) Temos, é certo, até, agora temporizado, mas na pratica verificamos que as nossas, condescendencias importam não só em nosso prejuízo, como em prejuízo da nação a que nos cumpre servir com abnegação e amor. O nosso progresso, reverterá em beneficio da pátria, e não poderemos progredir se continuarmos manietados, subjugados a esse regimem atrophizador que nos priva dos nossos direitos. (...) Que todos os bons patriotas nos auxiliem nessa campanha de reivindicação, certos de que não só praticarão um acto que os recomtendará á gratidão do nosso povo, como prestarão um relevante serviço ao Brazil (Folha do Acre, Anno I – Número 2, 21 ago. 1910).

Logo após o referido editorial, há um pequeno artigo onde asseguram que a notícia que desenvolveram no número anterior produziu a melhor impressão possível na cidade da Empresa, a qual tratava sobre os detalhes dos movimentos autonomistas que aconteceram nos departamentos do Purus e Juruá e sobre a exaltação ao cel. Antunes de Alencar naquele momento:

(...) a nossa apreciação a respeito, as nossas informações sobre a attitude assumida pelo eminente chefe político acreano, coronel Antônio Antunes Alencar, e sobre as promessas feitas pelo Governo da Republica em face dos acontecimentos revolucionarios, todo o texto da noticia despertou o mais vivo interesse no seio da nossa população. Veio tal facto comprovar que os habitantes da Empresa estão perfeitamente accordes com os seus irmãos de toda a vasta região acreana na communhão das idéas libertadoras. As felicitações que recebemos por motivo dessa noticia são uma prova vibrante, um attestado forte e vigoroso de adhesão á cauza commum da emancipação do Acre que precisa resurgir do pezadello que o opprime para um futuro de liberdades e de conquistas. Urge que desponte no firmamento de nossa terra a estrella bemdita da nossa redempção, tão anciosamente querida e tão ardentemente esperada (Folha do Acre, Anno I – Número 2, 21 ago. 1910).

No editorial de 20/09/1910, denominado *A união acreana*, o jornal cita cel. Antunes Alencar como guia e conselheiro dessa união. E inicia dizendo que a importância do progresso resulta da união e harmonia dos elementos que formam as Nações e que o mesmo sucede em relação aos estados, municípios e cidades em que se dividem. Assim:

Sendo assim, desejamos vês sempre o Acre, representando pelos trez departamentos de que se compõe, numa aliança indestructivel e vigorosa, todos cooperando para o seu engradecimento e prosperidade, sem distincções, numa comunhão harmoniosa de interesses, de idéas, de aspirações e de sentimentos. (...) Effectivamente, o Juruá, o Acre e o Purús nos têm dado as pro-

vas mais evidentes dessa aliança, numa compreensão nítida e inteligente dos bons destinos que lhes hão de advir desse procedimento patriótico e criterioso. (...) O movimento que surgiu no Jurúá encontrou um apoio unânime em todo o território que manifestou a sua solidariedade, agindo todos depois guiados pela confiança que depositam no chefe único de quem obedeceram as instruções em benefício geral. Esse facto veio ainda corroborar as nossas afirmativas, e confirmar o prestígio do benemerito cidadão coronel Antunes Alencar em tão boa hora escolhido para nosso guia e conselheiro. São os nossos votos os mais ardentes, para que perdure essa unidade de pensar e agir entre os trez departamentos irmãos. (...) Não acreditamos, portanto, que, em hypothese alguma, se fraccione o nosso território e quando alguém o tentasse fazer, estamos convencidos de que em todos os acreanos bem intencionados e amantes desta terra esse propósito dissolvente encontraria uma opposição inexpugnável. (...) E quando um dia se escrever a historia deste povo generoso e soffredor, consigne-se nas suas paginas, entre os seus mais nobilitantes e alevantados actos de civismo, e como um exemplo edificante aos nossos vidoiros, que foi a nossa verdadeira fraternidade que nos tornou um povo livre grande e feliz (Folha do Acre, Anno I – Número 4, 20 set. 1910).

Ainda no número 4 do jornal citado, à página 2, lemos um artigo dando notícias vindas do governo federal, no Rio de Janeiro, sobre o movimento Autonomista, a respeito do qual ansiosamente esperavam ter um rápido desfecho. O título é *A autonomia do Acre*:

O governo mostra-se disposto a conceder a autonomia do Acre. – Os trabalhos do Congresso Nacional neste seglido. – A opinião da imprensa. – Echos e noticias.

As ultimas noticias de que tivemos conhecimento, procedentes do Rio, a propósito dos successos autonomistas do Acre, confirmam que o governo federal está disposto a conceder-nos o que lhe solicitamos, isto é, os direitos e liberdades a que temos jús, como cidadãos brasileiros. Neste sentido o eminente sr. dr. Nilo Peçanha, presidente da Republica, conferenciou com os srs. Barão do Rio Branco e dr. Esmeraldino Bandeira, ministros das pastas do exterior e justiça, respectivamente. – O Congresso Nacional tratava de apressar a discussão e approvação do projecto de autonomia do Acre, ampliando-o de modo a attender tanto quanto possivel as aspirações dos acreanos. – A imprensa do Rio e de varios Estados da União; mostrava-se sympathica á nossa cauza, justificando a nossa attitude referente aos últimos acontecimentos do Jurúá e Purús. – Dizem os jornaes do Rio que, a chamado do sr. coronel Francisco Freire de Carvalho, prestimoso chefe do movimento autonomista no Alto Jurúá, embarcara naquella capital com destino á sede desse departamento, o sr. dr. João Virgolino de Alencar. – O deputado Justiniano de Serpa, em uma publicação que fez no Rio a respeito do Acre, affirma que o seu afamado projecto de autonomia do Acre obedeceu a indicações da commissão acreana (Folha do Acre, Anno I – Número 4, 20 set. 1910).

Nesse mesmo número 4 do jornal, à página 2, temos um artigo com uma entrevista referente ao Cel. Antunes Alencar, quanto a sua viagem ao Rio de Janeiro.

ro, como então representante do movimento. Tal entrevista também vem confirmar a repercussão dada pela imprensa na questão Acre e a posição do Cel., quanto ao desfecho da revolta autonomista. Num primeiro momento desse artigo, descrevem o roteiro do Cel. Antunes para chegar ao Rio de Janeiro e posteriormente a entrevista:

No percurso da viagem que empreendeu ao Rio de Janeiro em cumprimento da honrosa e elevada missão que lhe foi confiada pelos acreanos, o prestimoso cidadão coronel Antonio Antunes Alencar tem sido ensejo de verificar o grau de estima e consideração que lhe vae dispensando o paiz inteiro, pelo seu patriotismo, pela sua sinceridade e abnegação. S. exc chegou ao seu destino a 21 de julho ultimo. Em todos os pontos por onde passou, como na capital da republica, recebeu significativos cumprimentos de pessoas influentes na política nacional, chefes de Estados, representantes do commercio, industria e imprensa, conforme lemos nos telegrammas e noticias dos ultimos jornaes que recebemos. (...) A 7 do mesmo mez [junho] foi entrevistado em Fortaleza pelo representante da Agencia Americana sobre os successos do Acre, tendo o mesmo representante telegraphado para o Rio, o resultado dessa internista, nos seguintes termos: Fortaleza, 7 – Acabo de ser recebido pelo coronel Antunes Alencar, chefe da revolução acreana, que aqui se encontra de passagem para o Rio de Janeiro. Resumo as perguntas e respostas que se trocaram entre mim e o acreano, na parte referente á questão do dia: – Como começou o movimento acreano? Quaes as causas que o determinaram? – Os acreanos, suppondo que o projecto Serpa não seria discutido ainda este anno, em virtude da nomeação dos novos prefeitos, e convencido de que o systema prefetural não podia convir ao desenvolvimento do Acre, resolveram proclamar a autonomia do territorio, contando com a solidariedade dos outros departamentos, aos quaes enviaram emissarios. – Com que elementos contam os revolucionarios? Quantos homens pegaram em armas? – Actualmente não existem mais de trezentos homens em armas, mas em caso de necessidade, esse numero poderá ser elevado ao decuplo, não faltando munições de guerra e de bocea. – Qual o fim que v. ex. tem em vista, indo ao Rio de Janeiro? – Os acreanos nomearam-me para ir ao Rio como seu representante, para conseguir algumas modificações ao projeto Serpa, de fórma que sómente quando cheguei a Manaus tive conhecimento dos acontecimentos de Juruá. – Que attitude adoptou o se. João Cordeiro, em face do facto consumado da revolução. – AS idéas liberaes do sr. João Cordeiro são bem conhecidas pelo paiz inteiro. Assim o sr. João Cordeiro assumiu a unica attitude compativel com os seus sentimentos patrioticos, e nem outra coisa era de esperar. Não quiz tomar sobre si responsabilidade de derramar sangue brasileiro e perturbar a paz, á sombra da qual se está fazendo o nosso resurgimento financeiro. Procedeu assim com exemplar lealdade para com o governo, que lhe confiara um cargo de confiança, visto que recusou a chefia do movimento, que lhe foi offerecida pelos revoltosos. E’ um homem de bem. – O irmão do saudoso patrota Placido de Castro adheriu ao movimento? – A revolução explodiu no Juruá e o irmão do sr. Placido de Castro reside no Acre, onde como no Purús, a ordem continua inalterada. – Que fez a Junta Revolucionaria respectivamente ao poder judicial? Funcionam os tribunaes? – O Tribunal de Appellação funecianará em Senna Madureira, onde não noto, por emquanto, nenhuma alteração da ordem. Ignoro si com a retirada do juiz de direito a Junta resolveu organizar o poder judiciario. O

seu primeiro decreto é, porém, mantendo os juizes federaes. – Estão os revolucionarios resolvidos a enfrentar as forças legaes? – Estou convencido que nada ha a recear em vista da segurança dada pelo governo, de que tratará de apresentar o reconhecimento da autonomia pelos altos corpos da Republica. Si, porém, a luta se encetasse, pode ficar certo de que os acreanos não seriam facilmente vencidos, visto que quando foi da Bolivia resistimos um anno, por vezes alcançando victorias e então não estavamos preparados. Agora é diferente. Nada nos falta e seria insensato suppor que deporiamos armas logo que desembarcassem os soldados federaes. – Qual á a opinião individual de v. ex. a proposito dos acontecimentos? – Estou completamente convencido da boa fé e lealdade do governo, como tenho igual confiança no patriotismo e dedicação das meus amigos, esperando que tudo terminará em paz, conforme o lemma que nortea a politica do actual chefe de Estado, dr. Nilo Peçanha. Assim terminou a conferencia, que apenas reproduzo na sua parte essencial, visto que o coronel Antunes Alencar teve para o correspondente da Agencia Americana attentões e delicadezas que muito o penhoraram, palestrando despreoccupadamente e parecendo falar sempre com sinceridade, como quem não queria nem precisava de esconder o proprio pensamento. A impressão que me deixou o illustre acreano foi de que está certo do triumpho e convencido realmente de que tudo se conseguirá por mutuo accôrdo, sem necessidade de derramar generoso sangue de brasileiros. O coronel Antunes Alencar tem sido aqui muito visitado, sendo geraes as sympathias que despertou. Amanhã, ás 11 horas, ser-lhe-á offerecido um almoço no hotel do Norte (Folha do Acre, Anno I – Número 4, 20 set. 1910).

No editorial nº 7, de 23/10/1910, lemos uma matéria intitulada *A autonomia do Acre*, que foi reeditada do jornal *Tribuna de Santos*, sobre a emergência da solução autonomista acreana:

Com a devida venia e extraordinaria satisfação reeditamos hoje o vibrante artigo publicado pela Tribuna, de Santos, sobre o Acre. Eil-o: As graves noticias, que estão chegando da sede de um dos departamentos do Acre, não podem absolutamente surpreender as pessoas que prestam attenção a marcha dos nossos negócios políticos. Aquillo era uma cousa esperada, que o modo de agir das autoridades federaes tornou inevitavel e necessária. Na brilhante agitação da vida carioca, solicitados a cada momento pelos assumptos mais varios e absorventes, os diretores da nossa politica, á excepção do sr. barão do Rio Branco, não souberam até hoje ter uma noção exacta é justa da situação em que se encontra aquelle nobre pedaço da patria brasileira. O nosso modo de agir para com os irmãos do Acre já deixou de ser apenas uma injustiça, nascida da indiferença, para transformar-se numa revoltante crueldade. Não é de hoje que os acreanos empregam todos os esforços legaes e pacíficos ao seu alcance, para fazer comprehender ao Congresso e ao governo da Republica a triste situação de vexame e de inilludivel humilhação em que foram atirados, desde que o seu indomito valor, secundado pela clariviciencia do sr. ministro das relações exteriores, os incorporou á communhão nacional brasileira. Se não fosse o alto espirito de patriotismo, superiora todas as contingências, que inspirou o movimento dos seringueiros contra a dominação boliviana, elles estavam perfeitamente no direito de se confessarem arrependidos de tanto civismo inutil e mal recompensado. A verdade irrefutável e bem triste é que os brasileiros do Acre só têm tido até hoje, em troca do grande e irresistivel amor á pátria, que revelaram na sua admirável

campanha contra o estrangeiro, uma serie desesperadora de injustiças de toda ordem e de extorções verdadeiramente escandalosas. Passe-se em rápida revista a história administrativa do Acre, desde que o nosso pavilhão lá foi firmado, ainda sob a fumarada dos últimos tiroteios. Ella é uma sequencia assombrosa de desacertos e desatinos. Os acreanos foram tratados, não como irmãos que acabavam de voltar á pátria com o heroico sacrificio do próprio sangue, mas como inimigos submettidos, num paiz conquistado. Começou-se por negar-se-lhes o direito de se constituírem em Estado autónomo, sob o pretexto de que as condições sociaes da região não permittiam ainda liberdades tão amplas. Em seguida, sob as inspirações francamente hostis dos representantes do Amazonas, que argumentavam com embaraços fiscaes nas fronteiras do Estado, equiparam-se os impostos sobre a borracha acreana á exaggerada tributação das tarifas amazonenses. Essa medida fiscal já era uma clamorosa iniquidade, desde que o território do Acre não soffria dos apertos orçamentarios em que as más administrações lançaram o Estado seu visinho. Os acreanos não podiam ser culpados pelas escandalosas necessidades de dinheiro dos governos de Manaus. Argumentou-se, porém, com a necessidade que havia de repôr nos orçamentos da Republica a importância despendida com a indemnização conferida ao governo da Bolívia pelo Tratado de Petropolis. Não bastavam áquelle atribulado povo os sacrificios de vidas e os largos-dispendios que lhe custára a guerra contra os soldados vindos dos Andes. Elles se submeteram sem mais uma queixa. Mas, em alguns annos a tributação sobre o fecundo trabalho daquelles homens, cuja actividade só encontra parrelhas no seu legendário heroísmo, havia coberto diversas vezes a somma despendida com a indemnização boliviana. A situação do Acre, com a crise que chegou á industria da borracha, tornara-se de serias difficuldades, e já os productores do interior não conseguiam fazer face aos compromissos assumidos com os commissários de Manáos e de Belém. Mandaram, então, os acreanos ao Rio, commissões de representantes seus, solicitar do governo federal uma solução equitativa para um tão deplorável estado de coisas. Veio em pessoa o coronel Plácido de Castro o chefe benemerito é laureado, que soubera conduzir a victoria as armas da revolução contra a Bolivia. O bravo commandante do exercito libertador do Acre falou ao sr. presidente da Republica, fez-se ouvir pela commissão de finanças da Camara, foi ás columnas da imprensa, por toda a parte onde devia fazer ouvir a sua voz auctorisada e digna do maior respeito, demonstrou, discutiu, provou á evidencia a justiça da causa que vinha advogar. Mas, nada foi efficaz, O Acre continuou a pagar os seus impostos, de accordo com as estupendas exigências orçamentarias do Amazonas. Além desse triste estado de escravidão financeira, o malsinado território vivia na mais completa desorganização administrativa e judiciaria. Os funcionarios nomeados no Rio de Janeiro pareciam ser escolhidos de propósito para ali deshonrar a administração federal. A distribuição da justiça era uma caça vergonhosa á bolsa dos pobres habitantes e as auctoridades administrativas só se faziam notar pela mais despejada corrupção, alliada a uma brutalidade sem limites, nos seus processos policiaes. Surras, expulsões á viva força, assassinatos- eram as epigraphes obrigada; das noticias do Acre. A ferocidade das autoridades acreanas chegou ao ponto de ser um dia assassinado, numa emboscada, o bravo Plácido de Castro, com manifesta connivencia do prefeito do Alto Acre. Os criminosos nada soffreram e ao prefeito nem ao menos foi perguntado porque não procurou prender os assassinos. Foi por causa de todos esses monstruosos attentados que os habitantes do Acre mandaram uma ultima comissão ao

governo federal, o anno passado, solicitar leis e garantias que puzessem a salvo de tanta e tão criminosa immoralidade as suas bolsas, as suas vidas, a sua dignidade de homens. Falou-se então numa remodelação no mecanismo administrativo do Acre, um projecto de organização municipal chegou mesmo a ir á Camara – mas tudo nisso ficou. Ora, os acreanos dessa commissão, antes de deixar o Rio de Janeiro, de volta aos seus seringaeas, não occultaram as disposições, em que todos estavam, de tentar obter pela força os legítimos direitos que criminosamente lhes têm sido negados. Essas disposições, vão sendo cumpridas. As noticias do Alto Juruá são claras. O prefeito deposto, um governo provisório aclamado e logo em seguida a preparação do uma organização eleitoral. É o Estado que se organisa por si mesmo, em nome dos direitos humanos. Agora, em face desses acontecimentos, qual deve ser a conducta do governo da Republica? Mandar espingardear os nossos patriocios, que a tão longo tempo reclamam rudimentares garantias para as suas vidas e bens, seria uma iniquidade sem nome e uma vergonha para a civilização americana. Além disso, é preciso que o governo não se illuda com as collossaes difficuldades que encontraria essa triste empresa, de sclerados. O acreano está em sua casa, reclamando um direito sagrado, e como sabe ele defender-se, na sua alta e nobre comprehensão do dever cívico, diz perfeitamente a campanha heroica por eles mantida contra a Bolivia. Uma guerra contra elles, além de ser um crime hediondo, seria tambem uma formidavel inepcia. Se o sr. presidente da Republica não encontrar na sua consciencia de honrem civilisado e republicano a solução que está a impôr-se para o caso acreano, procure s. ex. na historia dos Estados Unidos o exemplo de situações perfeitamente semelhantes. Lá como agora no Brazil, houve territórios que se levantaram contra a inferioridade politica a que estavam sujeitos, em face dos seus irmãos emancipados. Por um movimento revolucionário, elles repudiaram as auctoridades federaes, crearam a sua organização administrativa e mandaram imediatamente os seus deputados ao Congresso de Washington. Estavam esses deputados legitimamente eleitos, pela vontade do povo que vinham representar. O Congresso os reconheceu, reconhecendo assim a autonomia dos novos Estados, e foi salva, por esta fórmula sabia e justa, a honra dos Estados Unidos. Saibam tambem agora, o governo e o Congresso do Brasil evitar que, em face do mundo culto, caiam deploravelmente os nossos fóros de nação civilizada e livre (Folha do Acre, Anno I – Número 7, 23 out. 1910).

Quanto ao editorial número 10, de 13 de novembro de 1910, verificamos a continuidade dos recortes dos jornais editados pelo país, dando apoio ao movimento Autonomista:

Conforme promettemos aos nossos amigos e leitores continuamos a recorrer dos jornaes do paiz as noticias e referencias por elles publicados sobre o Acre a proposito dos movimentos autonomistas que consuiram prender a atenção nacional, concitando-a a nosso favor. Assim respigamos das ultimas folhas que nos chegaram ás mãos os seguintes trechos: – A Tribuna, do Rio, em o seu numero de 25 de julho, diz o seguinte: Os jornaes publicaram hontem as declarações do coronel Antonio Antunes Alencar, chegado do Acre e para o qual a furia dos civileiros pedia a cadeia, como castigo pela audacia de vir ao Rio de Janeiro, quando o Acre diz revolucionado. Essas declarações mostram como o Sr. Antunes Alencar nada tem que ver com o movimento revolucionario do territorio acreano e como seria injusto qual-

quer constrangimento, que, sob o pretexto de sua corresponsabilidade em tal successo, lhe fosse feito. O coronel Antunes não é de facto emissario dos autonomistas revolucionados do Acre, mesmo até porque a sua partida do Acre é anterior a qualquer movimento convulsionario na região. A sua missão é trazer aos poderes federaes mais uma representação pacifica que os nossos patricios domiciliados no Acre lhes dirigem, ainda esperançados de que não se torne uma mentira a promessa feita pelo Congresso Nacional, a que o presidente da Republica já solicitou tratasse dos grandes e legitimos interesses dos acreanos. A verdade é que, já em Manaos e sabendo do que começava a occorrer no Alto Juruá, o coronel Antunes Alencar expedira (...) departamentos acreanos, pedindo a todos os seus amigos que se mantivessem calmos, obedientes e respeitadores das leis e autoridades federaes. Esperava mesmo o coronel Antunes Alencar receber em breves dias a noticia de que haviam de todos aquietado os animos no Acre. Por essas palavras e explicações do coronel Antunes Alencar vê-se bem em que razões se fundavam aquelles que, por opposição ao actual governo, o censuravam por não haver mandado aprisionar o mesmo coronel, mettel-o num calabouço e processal-o como réo de crime de rebellião... O Correio da Manhã, de 18 de Agosto traz esta local: Esteve hontem no palacio do Cattete o coronel acreano Antunes Alencar, que, depois de participar ao presidente da Republica que se achava em Manaos na occasião em que se deu a sublevação de um dos departamentos do territorio do Acre, e interpretando os sentimentos dos brasileiros que ali trabalhavam e concorrem para a riqueza publica, declarou que dentro em pouco o Acre voltará a acatar o a obedecer a autoridade do governo do paiz. – O correspondente da agencia americana, em Manaus, a 31 de agosto telegraphou para o Rio: Chegou do Juruá o vapor Lobato, trazendo a bordo o Dr. Carlos de Vasconcelhos e o coronel João Bussons. Entende o Sr. Bussons que a pacificação esta feita e consolidada, mostrando me a acta que foi lavrada em Cruzeiro do Sul, na sessão realizada em 2 de agosto, em que o directorio do partido autonomista, sob proposta do coronel Bussons, resolveu restabelecer a legitima autoridade federal, aguardando confiante a promessa feita pelo governo de promover, pelas vias legais, a autonomia acreana. A proposta do Sr. Bussons foi aprovada por todos os membros do directorio, excepto dois, que assignaram vencidos. O Sr. Bussons affirmou-me que todo o departamento ficara absolutamente transquillo e que estava autorizado pelo directorio a communicar essas resoluções, pelo telegrapho, ao chefe acreano, coronel Alencar, actualmente no Rio de Janeiro. – São do Jornal do mommercio de Manaus, esses telegrammas: Rio 15 de Agosto. – O coronel Antunes Alencar, embaixador dos acreanos, conferenciou com diversos politicos que lhe garantiram a approvação da autonomia do Acre antes do fim do anno. Rio 16. – O dr. Nilo Peçanha, presidente da Republica, receberá ainda esta semana o coronel Antunes Alencar afim de dar-lhe uma prova de apreço pela sua intervenção decisiva nos acontecimentos do Acre. – Os amigos do coronel Antunes Alencar vão offerecer-lhe um banquete. – O dr. Esmeraldino Bandeira, ministro da Justiça, recebeu informações de que o departamento do Juruá está pacificado. Rio, 17. O coronel Antunes Alencar, embaixador dos acreanos junto ao governo federal, foi hoje recebido em audiencia especial pelo presidente da Republica. O dr. Nilo Peçanha disse ao coronel Alencar que enviaria nova mensagem ao Congresso considerando governamental o projecto apresentado pelo deputado Justiniano de Serpa, devidamente ampliado, e que agradecia a sua intervenção na pacificação do Acre, afirmando desejar auvil-o sempre que se tratasse dos interesses admi-

nistrativos do Acre. Rio, 3 de setembro. – Entre o presidente da Republica, o coronel Antunes Alencar e o dr. Esmeraldino Bandeira ministro do Interior, foram combinadas as nomeações de prefeito e outras auctoridades dos departamentos do Acre, sendo os decretos assignados no proximo despacho presidencial. – Das resoluções governamentais que foram tomadas no proximo despacho colectivo, o dr. Nilo Peçanha fará communição official ao Acre. D' A Republica de Fortaleza, extrabimos os seguintes telegrammas: Rio, 6 de setembro. – O presidente da Republica recebeu innumerous telegrammas de felicitações por terem voltado a legalidade os revolucionarios do Acre. – O senador Pires Ferreira, justificou no Senado um projecto auctoriando os revolucionarios do Acre (Folha do Acre, Anno I – Número 10, 13 nov. 1910).

Em artigo na página 2 do referido periódico, em seu número 13, de 29/11/1910, com o título *Malfadados intentos*, vislumbramos mais um reforço à causa autonomista e citando a imprensa brasileira, numa animadora demonstração dos sentimentos de fraternidade, reconhecendo a legitimidade da aspiração pela referida causa:

O não querer a autonomia do Acre não se explica e não se comprehendo senão por um sentimento impatriótico que para honra e felicidade da nossa terra está circumscripto a um grupo de individuos cujas aspirações so limitam aos proprios interesses que lhes embotam n'alma o nobre instincto do civismo. O verdadeiro acreano, aquelle que não deseja apenas usufruir as vantagens que as riquezas e opulencias da nossa região lhe offercem, mas deseja também, em recompensa aos beneficios que recebe, a prosperidade desta mesma região, trabalhando igualmente para o bem commum; todo homem bem intencionado, todo cidadão cujas virtudes não se deixam ofuscar pelo cegueira das ambições desmedidas, sente vibrar-lhe n'alma crente nos bons destinos da patria uma natural disposição para trabalhar pela causa do Acre, pugnando pela reivindicação dos seus direitos politicos. Assim, não há quem seriamente negue ser justa a campanha em favor do ideal de liberdade e progresso que reúne debaixo da mesma bandeira todos os que se interessam por este obscuro, mas glorioso trecho do Brazil. Os que se atrevem a constestar os direitos que reclamamos, os que nos ousam negar esses direitos, só o fazem sob o dominio de paixões que o bom senso repelle e que na propria consciencia encontram a mais severa reprovação. A despeito, porém, de toda a má vontade dos que assim procedem, a causa acreana vae dia a dia conquistando o maior sympathy que agora já não se restringe ao circulo da população do nosso território, mas se vae generalizando no paiz inteiro e até mesmo na esfera em que gyram os altos poderes da nação. A imprensa brasileira, os nossos irmãos de todos os Estados, numa animadora demonstração dos sentimentos de fraternidade que a todos nos ligam, vão cada vez mais reconhecendo a legitimidade da nossa aspiração e fazendo-nos a devida justiça. Por sua vez, o governo da Republica mostra-se disposto a atender-nos e assim procura consultar os verdadeiros interesses da collectividade acreana quando, tem de resolver assumptos que nos dizem respeito. Tem desta forma galgado a nossa causa os primeiros passos para uma victoria definitiva, deixando numa confusão acabrunhada os systematicos e ambiciosos inimigos do Acre. Teimosos, porém, e recalitrantes, no desespero das suas decepções, ainda mesmo deante da realidade dos factos,

longe de penitenciar-se, insistem na inglória campanha que movem contra o ideal vencedor. Malfadados intentos esses, que enquanto, nos seus últimos arrancos, lavantam a grita oposicionista, recebem o choque esmagador da verdade contra a aleivosia com que pretenderam triumphar passando por cima da vontade soberana de um povo altivo e digno. Outra sorte, porém, não lhes podia estar reservada. A justiça tarda, mas chega sempre. De nós ella já se aproxima, embora tanto se fizesse esperar. Os acreanos lutaram e soffreram, passaram por duras e amargas provações; as suas glórias fôram quase esquecidas, as suas victorias haviam sido atiradas a uma cruel indifferença. Houve mesmo ingratição quando depois do nosso triumpho contra o estrangeiro invasor, se fizeram sobre o nome da Acre em quasi todo o Brazil um silencio e menospreso que nos entristeceram deveras. Mas a dedicação e o valor dos acreanos não arrefeceram. Foi preciso encetar uma nova campanha, e lutamos ainda uma vez. Se desta vez não fôram as armas que nos deram a victoria, foi o empenho patriótico e decidido que nos fez triumphar da indifferença dos nossos irmãos, que era para nós um jugo não menos insuportável do que o do estrangeiro audaz e ganancioso. A obra não está completa. Mas o seu inicio se nos anuncia debaixo dos melhores auspícios que são a segurança do bom êxito da nossa causa. Assim, já podemos com desvanecimento dizer: – Malfadados intentos os dos nossos inimigos! (Folha do Acre, Anno I – Número 13, 29 nov. 1910).

Verificamos no editorial de 11 de dezembro de 1910, jornal número 15, em data próxima ao encerramento do ano, que não houve arrefecimento quanto à defesa dos princípios propalados sobre a autonomia acreana, sempre colocados em nome do povo:

Nenhum povo conquistou mais do que o acreano o direito de viver em plena liberdade e no conforto resultante dos beneficios do progresso, porque nenhum mais do que ele sabe lutar e sofrer, sendo capaz de todos os sacrificios e abnegações. Affrontando as perseguições e os reveses, sob o peso das oppressões e dos soffrimentos mais excruciantes e terríveis, têm os denodados brasileiros que habitam esta opulenta região tantas vezes patenteado a sua coragem, a extraordinária fecundidade de suas energias, os seus inexcedíveis sentimentos de patriotismo, que já hoje sobre sua conducta cívica, sobre sua capacidade em todos os ramos da atividade humana, não paira duvida alguma. Embrenhando-se pelas nossas bastas florestas, arcando contra as intempéries, vencendo dificuldades e não recuando deante de todos os obstáculos, o acreano tira dos próprios sacrificios os meios que lhe asseguram a subsistência. E ao mesmo tempo que assim trabalha e luta não esquece os seus deveres para com a pátria que extremece, não esquecendo também a obrigação que tem de pugnar pelo engrandecimento da terra donde tira o alimento que o nutre e onde em cada sol que vê descambar no horizonte conta um dia de dedicação pela família, pela sociedade e pela patria. No entanto, a esse povo assim digno e generoso se negam todos os direitos de constituir-se em uma collectividade autônoma, se recusa o privilegio de governar-se por si mesmo, negando-se-lhe capacidade para tal, com uma injustiça que revoita, com uma iniquidade que causa indignação e relembra as negras epochas d'outr'ora em que a tyrannia dos déspotas e o absolutismo das velhas monarchias concentravam em si todo o poder, enquanto o povo se debatia nas afflicções do mando asfixiante e nefasto. O systema que nos rege é affectivamente a negação de todos os princípios liberaes consagrados

pelo código republicano. O povo acreano está reduzido ás tristes e vexatórias condições das sociedades antigas subjugadas, sem regalias, sem prerrogativas, humilhadas. E ainda há vilões que lhe contestam o direito de reclamar contra esse ignominiosa situação, ainda há scepticos que não crêem no vigor das energias deste povo que assim oprimido clama contra todas as injustiças que sofre. A resignação tem os seus limites, e abusar da generosidade de um povo que tem demonstrado por feitos inequívocos que assim como é capaz da suprema audácia; abusar da bondade dos acreanos é commetter uma temeridade. Assim, esperamos que não tarde o dia da nossa redempção; esperamos que dentro em breve os poderes constituídos de nossa patria reconhecendo, alfim, os direitos que temos de ser livres como o são todos os brasileiros, num rasgo de patriotismo assignem a carta da nossa emancipação politica. Na historia de todos os oprimidos e escravizados há exemplos que patenteiam a impossibilidade da permanência de todas as opressões. Desde a qué da da bastilha até a libertação dos negros no Brasil há um mundo de demonstrações inconfundíveis que pela voz poderosa e edificante da historia vem afirmando que a liberdade dum povo ou duma raça é um poder que sobrepuja a todas as conveniências, a todos os outros poderes da terra. A força de uma collectividade pugnando pela sua liberdade, por menor que seja essa collectividade, representa uma força maior do que aquella que pode ser adquerida pelo conjucto de todos os Exercitos do mundo. Uns tem realizado a conquista de sua emancipação pelas armas, pela revolta; outros a têm conquistado pela própria evolução das idéas, pela propaganda, pela lucha moral e intelectual. Nós, os acreanos, queremos fazer parte desta ultima legião. Não desejamos ver derramado o sangue dos nossos irmãos; não se iludam, porem, os que pensam que os acreanos pelos seus direitos e pelas suas liberdades não sejam capazes de todos os sacrificios. Não desejamos a lucha fraticida, mas em ultima instancia os acreanos não vacilariam em incorporar-se na historia áquelles que venceram por todos os meios ao seu alcance. Para isso ele tem brio, conta com as suas energias retemperadas no próprio sofrimento e tem para atestar a sua coragem todo um passado de glorias e triumphos (Folha do Acre, Anno I – Número 15, 11 dez. 1910).

Confirmamos com esses exemplares do *Folha do Acre*, de 1910, época em que o cel. Antonio Antunes de Alencar atuava como seu diretor, que houve uma contribuição dessa imprensa sobre a emancipação do Acre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saga pela autonomia do Acre foi pautada por diversos e longos conflitos, contradições e resistências, chegando a termo somente em 1962, quando finalmente foi elevado à categoria de Estado da Federação brasileira.

O processo incluiu atuações mais extremadas, em forma de luta armada, bem como inserções oficiais junto ao governo central do Brasil.

Nesse contexto, os jornais desempenharam um papel importante para o desenrolar dos acontecimentos, especificamente o jornal *Folha do Acre*, de 1910, lançado em meio àquela luta.

A cidade da Empreza, hoje Rio Branco, foi o ambiente que proporcionou as condições para que se desenvolvessem os debates nos editoriais e artigos do jornal. Nestes se destacava o anseio pela autonomia, principalmente na figura de seu diretor, o Coronel Antônio Antunes Alencar, e de seus seguidores.

O jornal *Folha do Acre* cristalizava e fortalecia a vontade política que refletia uma tendência à consolidação pacífica o quanto antes possível, cujos pressupostos iam sendo impressos em suas tiragens.

REFERÊNCIAS

1. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ASSMAR, Olinda Baptista (org.). **Editoriais dos jornais de Rio Branco – séc. XX** – Antologia, vol. II. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2008, 665p.

ASSMAR, Olinda Baptista. **Fragments da memória do Acre Território**. Antologia das cartas comentadas dos jornais de Rio Branco, 1908-1962. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2016, 507p.

ASSMAR, Olinda Baptista; BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante; LIMA, Gleyson Moura de. **O imaginário social: estudo dos editoriais nos jornais de Rio Branco, séc. XX**. Vol. 1. João Pessoa: Idéia, 2007, 198p.

BANDEIRA, Carolyn Pinheiro. **O Ministério das Relações Exteriores: diplomacia brasileira e o Tratado de Petrópolis**. Rio Branco: Ufac, 2018, 80p. (Monografia História-bacharelado).

BASILIO, Sandra Teresa Cadiolli. **A luta pela terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus (1970-1980)**. 2019. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editora/livros/Alutapelaterra_PUBLICACAO.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1994, 112p.

BEZERRA, Maria José. **A invenção da cidade: Rio Branco segundo o pensamento e a ação de Guiomard Santos (1946-50)**. Rio Branco: EAC Editor, 2018, 244p.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de Território a Estado – um olhar social...** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, 2006, 383p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-105457/publico/TESE_MARIA_JOSE_BEZERRA.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

BEZERRA, Maria José. **Álbum da cidade de Rio Branco**. A marca de um tempo: história, povo e cultura. Rio Branco: Globo, 1993, 88p.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. **Ideologia e poder: uma análise do discurso dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” durante a Ditadura Militar (1977-1981)**. Rio Branco: Cida, 2007, 124p.

CABRAL, Francisco Pinto. **Plácido de Castro e o Acre brasileiro**. Brasília: Thesaurus, 1986, 147p.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri**: contribuição à história das idéias políticas. Rio Branco: Fundação Elias Mansour/Governo do Estado do Acre, 2003, 260p.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Aquiri, 1898-1909**: os padrões e a construção da ordem. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUSA, José Dourado de. **Acre**: uma história em construção. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre, 1985, 223p.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, 78p.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A epopeia do Acre e a manipulação da história no movimento autonomista no governo da Frente Popular**. Rio Branco: EAC Editor, 2015a, 139p.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A formação da sociedade econômica acriana**: sangue e lodo no surto da borracha (1876-1914). Rio de Janeiro: Editora AMC Guedes, 2015b, 114p.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A fundação do Acre**: uma história revisada da anexação (fase invasiva, fase militar e fase diplomática). Rio Branco: EAC Editor, 2015c, 152p.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O discurso fundador do Acre (ano)**: história & linguística. Rio Branco: EAC Editor, 2017, 140p.

CASTRO, Ferreira de. **A selva**. Lisboa: Guimarães Editores, 2006, 249p.

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 56, 2005, 332p.

COÊLHO, Enice Mariano. **Acre**: o ciclo da borracha (1903-1945). Niterói: UFF/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Centro de Estudos Gerais, 1982, 108p.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental** – contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez Editora, 1992, 189p.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental**. 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2001, 233p.

COSTA, Francisco Pereira. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal** (1904-1918). Rio Branco: Edufac, 2005, 323p.

COSTA, Homero de Oliveira. Os partidos políticos no Acre (1945-1978). In: **CADERNOS UFAC**, Série “A”, nº 2 – Estudos Sociais. Rio Branco: Ufac, 1992, 43-68.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental** (subsídios para a história do Território do Acre). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, 213p.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido** (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia). Rio de Janeiro: Editora José Olympio/Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1986, 277p.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1986, 134p.

FERNANDES, Marcos Inácio. **PT: a expressão política de amor ao Acre**. Natal: Offset Editora, 2018, 193p.

FERREIRA DA SILVA, Adalberto. **Ocupação recente das terras do Acre: transferência de capitais e disputa pela terra**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1982.

FRANCA, Soad Farias. **A expansão da fronteira acreana**. Brasília: Dupligráfica Editora, 2009, 294p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1988, 248p.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, 88p.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. 2ª Ed. Rio Branco: Edufac/Edições M. M. PAIM, 2018, 366p.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana. 2016. Rio Branco: Edufac. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editora/livros/JESUS_Acreanidade.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

NASCIMENTO, Luciana Marino do; SIMÕES, Socorro Galvão (org.). **Traços e laços da Amazônia**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, 221p.

NEVES, Marcos Vinícius. **Histórias acreanas no miolo de pote**. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 2018, 257p.

O ESTADÃO. Tributo ao Passado - Acre Há 102 Anos - Cel. Antônio Antunes de Alencar. 24 out. 2010. In: **TARAUACÁ NOTÍCIAS**, *blog*, 24 jul. 2012. Disponível em: <<https://tarauacanoticias.blogspot.com/2012/07/tributo-ao-passado-acre-ha-102-anos.html>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro** (os cem anos de andanças da população acreana). Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 1967, p. 24-66. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4416425/mod_resource/content/1/SEMIN%C3%81RIO%20%20_PARK%2C%20Robert%20-%20A%20cidade_%20Sugest%C3%B5es%20para%20a%20Inven%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comportamento%20Humano%20n.pdf. Acesso em: 8 nov. 2019.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 1992, 165p.

PESSOA, Enock da Silva. **Trabalhadores da floresta do Alto Juruá** – cultura e cidadania na Amazônia. 2ª Ed. Rio Branco: Edufac, 2007, 338p.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Editora Paka-Tatu Ltda, 2003, 350p.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 364p.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre** (1870-1912). 1ª Ed. Rio Branco: Edição M. M. PAIM, 1992, 160p.

RANZI, Pedro. **Vamos falar o acreanês**. Rio Branco: Edufac, 2017, 111p.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...** de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 239p.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania**: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: Edufac, 2004, 328p.

SANTOS, Luís Claudio Villafañe G. **Juca Paranhos, o Barão de Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 559p.

SANTOS, Luís Claudio Villafañe G. **O evangelho do Barão**. Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, 173p.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia** (1800-1920). São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1980, 358p.

SILVA, Francisco Bento da. **Autoritarismo e personalismo no poder executivo acreano** (1921-1964). Rio Branco: Edufac, 2012, 131p.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. 1ª Ed. Rio Branco: Edição M. M. PAIM, 1992, 103p.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade**: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta. Manaus: Valer Editora, 2017, 519p.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neo-colonialismo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977, 217p.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994, 174p.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a, 253p.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Segundo volume. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982b, 545p.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982c, 804p.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1993, 371p.

2. JORNAIS

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 1, 14 ago. 1910.

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 2, 21 ago. 1910.

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 4, 20 set. 1910.

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 7, 23 out. 1910.

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 10, 13 nov. 1910.

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 13, 29 nov. 1910.

FOLHA DO ACRE, Anno I – Número 15, 11 dez. 1910.

SOBRE A AUTORA



Sandra Teresa Cadiolli Basilio

Possui Graduação em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992); Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001); Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Grande Área em Linguística, Letras e Artes, Subárea: Linguística Aplicada (2020). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, Norte e Nordeste. Professora Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, atualmente aposentada.



Edufac